

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Direito

Programa de Pós-Graduação em Direito

Pedro Luiz Rodrigues Barreto

“TOMANDO O DESTINO EM NOSSAS MÃOS”:

agonia e fortuna do despertar geopolítico da Europa

Belo Horizonte

2024

Pedro Luiz Rodrigues Barreto

“TOMANDO O DESTINO EM NOSSAS MÃOS”:

agonia e fortuna do despertar geopolítico da Europa

Dissertação de Mestrado desenvolvida sob orientação do Professor Titular. José Luiz Borges Horta, financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Estado, Razão e História

Área de estudos: *European studies*

Belo Horizonte

2024

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

B273t Barreto, Pedro Luiz Rodrigues
“Tomando o destino em nossas mãos” [manuscrito]: agonia e fortuna do despertar geopolítico da Europa / Pedro Luiz Rodrigues Barreto. - 2024.

Orientador: José Luiz Borges Horta.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

1. Direito - Teses. 2. Geopolítica - Europa - Teses. 3. Política internacional - Teses. 4. União Europeia - Relações internacionais - Teses. I. Horta, José Luiz Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito.
III. Título.

CDU: 911.3:32



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO **PEDRO LUIZ RODRIGUES BARRETO**

Realizou-se, no dia 18 de junho de 2024, às 09:00 horas, em Plataforma Virtual, pela Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *"TOMANDO O DESTINO EM NOSSAS MÃOS": agonia e fortuna do despertar geopolítico da Europa*, apresentada por PEDRO LUIZ RODRIGUES BARRETO, número de registro 2022655596, graduado no curso de CIÊNCIAS DO ESTADO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Jose Luiz Borges Horta - Orientador (UFMG), Prof(a). Cristina Soreanu Pecequilo (UNIFESP), Prof(a). Jamile Bergamaschine Mata Diz (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada, tendo obtido a nota 100

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2024.

Prof(a). Jose Luiz Borges Horta (Doutor) Nota:

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE LUIZ BORGES HORTA
Data: 27/12/2024 17:18:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Cristina Soreanu Pecequilo (Doutora) Nota:

Documento assinado digitalmente
gov.br CRISTINA SOREANU PECEQUILO
Data: 18/06/2024 13:00:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Jamile Bergamaschine Mata Diz (Doutor) Nota:

Para Araci Mônica Rodrigues Costa (*in memoriam*),
cuja vida me legou uma inextinguível herança de
amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, doador de toda boa dádiva, que, na viva comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, tem me guiado em graça pelos maravilhosos caminhos de sua Providência. *Soli Deo Gloria*.

Agradeço ao Professor José Luiz Borges Horta, meu orientador, que é o intelectual mais instigante com quem tenho o privilégio de dialogar. Ao professor Horta, e à sua persistente fé em mim, devo meu ingresso pelas veredas da pesquisa acadêmica. À medida que passa, o tempo só me faz reconhecer nele o luminoso exemplo de uma vida dedicada à excelência acadêmica e ao Estado de Direito.

Agradeço à Universidade pública brasileira, gratuita e de excelência, sem a qual seria impossível qualquer iniciativa de pesquisa relevante no País. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo corpo docente e discente foram de imenso relevo para minha formação. Especialmente, na pessoa da Professora Jamile Bergamaschine Mata Diz, agradeço ao Centro de Excelência Jean Monnet em Estudos Europeus da UFMG (CEJ-UFMG), no âmbito do qual este trabalho foi desenvolvido. Estendo tais agradecimentos ao programa Erasmus+, da União Europeia, que financia o Centro Jean Monnet na UFMG. Ademais, também agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento de nossa pesquisa.

Agradeço aos Professores Paulo Roberto Cardoso e Hugo Rezende Henriques, cujas generosas contribuições para com toda a minha formação foram indispensáveis para o meu ingresso no Mestrado.

Agradeço, muito afetuosamente, a João Pedro Braga de Carvalho, Gabriel Niquini Mota, Dante Alexandre Ribeiro das Chagas, João Paulo Rodrigues Barros, Gabriel de Souza Oliveira e Silva, Maria Regina Duarte Reis, Nikolas Mendes Salvador, Pedro Luiz de Jesus Beletabla Bravo, Marco Túlio Duarte Oliveira, bem como a todos os colegas e amigos do

Gabinete 1305, cujos convívio, apoio e companheirismo ao longo desses dois anos renderam-me momentos profundamente enriquecedores e divertidos.

Agradeço ao Corpo Editorial da Revista de Ciências do Estado (REVICE), o qual eu tive a alegria de integrar, nas pessoas de seus dedicados editores-chefe, Lucas Antônio Nogueira Rodrigues e Theo Augusto Apolinário Moreira Fonseca, estes também queridos amigos e companheiros do Gabinete 1305. A REVICE cintila a excelência do protagonismo dos discentes em Ciências do Estado, e desperta em nós os melhores sonhos para com o futuro do curso. Contribuir com suas atividades rendeu-me verdadeiras lições sobre a riqueza das construções coletivas.

Agradeço a Ana Vitória Batista Dumbá e Arthur Bernardo Coelho Ribeiro Monteiro e Silva, os quais, ao lado de outros graduandos já mencionados aqui, são expressão da vigorosa qualidade dos discentes que continuam a ingressar no Bacharelado em Ciências do Estado e a contribuir com a sua construção.

Agradeço aos amigos Kaique Bernardes Ferreira e Stephane Bragança Amorim, pelos laços de afeto e de recíproca admiração que nos têm unido desde meus primeiros dias na Faculdade de Direito.

Agradeço também a todos os amigos que a vida me deu, nas pessoas de Raquel Mello, Filipe Mendes Rodrigues Randazzo, Camila Moura Randazzo, os quais estiveram comigo no que foi o dia mais difícil desses dois últimos anos.

Por fim, agradeço, muito especialmente, à minha família. Agradeço a Fernando e Regina, meus pais, que nunca mediram esforços para me abrir os caminhos da educação. Desde cedo, deles veio o permanente estímulo aos estudos, do qual a conclusão desse Mestrado é inegavelmente fruto. Agradeço a Luiz Fernando, meu irmão, cuja vida é para mim símbolo da superação.

Europe cannot stay united without the United States. There is no moral center in Europe.

JOE BIDEN

Nós, europeus, temos verdadeiramente de tomar o nosso destino nas nossas próprias mãos. [...] Temos de saber que devemos lutar sozinhos pelo nosso futuro, pelo nosso destino como europeus.

ANGELA MERKEL

RESUMO

O projeto europeu passa por um ponto de virada histórico. Com a transição da ordem internacional para um mundo multipolar, a Europa integrada parece experimentar um despertar geopolítico, o qual se traduz na crescente busca europeia para ampliar sua autonomia estratégica. Esse movimento, por sua vez, tem exigido a idealização de uma perspectiva estratégica para a União Europeia e seus membros adequada às novas realidades do jogo de poder mundial. Nesse sentido, o trabalho se propõe a refletir sobre as relações entre a dinâmica geopolítica mundial e o desenvolvimento histórico da integração europeia, de forma a reconhecer os limites e as possibilidades, a agonia e a fortuna, do processo de afirmação da dimensão política do projeto europeu.

Palavras-chaves: Europa; geopolítica; autonomia estratégica; mundo multipolar.

ABSTRACT

The European project is at a historic turning point. With the transition of the international order to a multipolar world, integrated Europe seems to experience a geopolitical awakening, which translates into the growing European quest to expand its strategic autonomy. This movement, in turn, has required the idealization of a strategic perspective for the European Union and its members suited to the new realities of the global power game. In this sense, the work proposes to reflect on the relationships between global geopolitical dynamics and the historical development of European integration, in order to recognize the limits and possibilities, the agony and fortune, of the process of affirming the political dimension of the project European.

Keywords: Europe; geopolitics; strategic autonomy; multipolar world.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. DA BIPOLARIDADE À MULTIPOLARIDADE: A EUROPA NA TRANSIÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL	26
1. 1. A Europa fraturada: o mundo europeu na ordem bipolar.....	26
1. 2. A emergência da União Europeia: a Europa no pós-Guerra Fria	51
1. 3. A efetividade da União Europeia: a emergência da ordem multipolar.....	62
II. O DESPERTAR GEOPOLÍTICO DA EUROPA: A QUESTÃO POR AUTONOMIA ESTRATÉGICA.....	68
2. 1 Autonomia ou soberania? O desenvolvimento de um conceito	69
2. 2. Tomando o destino em nossas mãos: a década da crise (2011-2020)	76
2. 3. Projeto de paz <i>vs</i> projeto de poder: qual Europa?.....	89
III. DE VOLTA À HISTÓRIA; SOBRE A IDEIA DE UM DESTINO	95
3.1 Dialética civilizacional; a UE entre Rússia, China e EUA.....	101
3.2 Do território à narrativa: giro cultural na geopolítica europeia	117
3. 3 O despertar estratégico da Europa: o futuro do Estado de Direito	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

INTRODUÇÃO

Há algo de sinfônico no desenvolvimento do projeto europeu. Depois de quase três décadas mergulhado em violentos conflitos civis — em uma *era de catástrofe*, na expressão de Eric Hobsbawm — o mundo europeu encontrava-se destruído, esgotado e militarmente ocupado por potências estrangeiras.¹ Embora livre da ameaça nazi-fascista, as nações europeias do pós-1945 viveriam um drama que até então lhes parecia inédito: a necessidade concertar-se sob o ritmo de uma geopolítica que já não mais controlavam. A Europa já não mais detinha as rédeas do sistema internacional que ela mesma construía, e sob o qual ela imperara durante os anos de *era dos impérios*.² Assim, o destino escapara-lhes das mãos. Sob esse signo, o projeto europeu foi concebido e executado. É precisamente nisso que repousa o drama fundamental do desenvolvimento da integração regional europeia.

¹ Eric Hobsbawm denomina por era da catástrofe aquilo que considera ser a primeira fase do século XX, a qual compreende o período entre o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e o término da Segunda Guerra, em 1945. Para ele: “[...] o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos”. (HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*; o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p. 30).

² HOBSBAWN, Eric. *The Age of Empires (1870-1914)*. New York: Vintage Books, 1989. Sobre a formação do sistema internacional pelos europeus, comenta José Luís Fiori: “[...] a formação do sistema político mundial não foi o produto de uma somatória simples e progressiva de territórios, países e regiões, foi uma criação do poder expansivo de alguns estados nacionais europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram entre si pela conquista e monopolização das hegemonias regionais e do ‘poder global’. Como resultado deste movimento competitivo e expansivo, os europeus criaram seus ‘territórios políticos’ supranacionais e seus impérios coloniais de onde vieram a nascer a maioria dos estados do Sistema Mundial, criados fora da Europa, e sem as características políticas e econômicas das Grandes Potências. De uma forma ou outra, a maioria dos novos estados nacionais extra-europeus se transformou imediatamente após suas independências, em aliados ou protetorados militares das Grandes Potências. Muitos deles ainda não conquistaram uma verdadeira soberania interna e externa, não têm uma identidade nacional nítida, nem muito menos demonstraram, até hoje, qualquer tipo de ‘ímpeto imperial’. E mesmo os que se propuseram a mudar de posição hierárquica, tiveram enorme dificuldade para acumular os recursos de poder indispensáveis à condição de candidato à Grande Potência, com a grande exceção dos Estados Unidos, Alemanha e Japão que conseguiram ingressar no núcleo central do sistema no início do século XX”. (FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global.In: FIORI, José Luís(org.). *O Poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 40-41).

Concretizar a antiga aspiração de unidade foi, assim, o meio pelo qual os atores europeu buscaram dar a si mesmos algum tipo de rumo coletivo em um mundo clivado pelas acirradas competições entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Desde então, a iniciativa revelou-se um incessante esforço de orquestração dos múltiplos ideais, ambições e contingência que vem compondo a polifônica cena europeia. Conferir a essa polifonia algum grau de harmonia e coerência era um imperativo que, conquanto complexo, figurava então inafastável.

Polifônicos também seriam os múltiplos aportes e influências que animavam o antigo sonho de unidade na Europa. Nesse sentido, a União Europeia materializa um imaginário que esteve vivamente presente no mundo europeu, ao menos, desde as experiências pan-europeias de Carlos Magno e, também, de Napoleão Bonaparte — as quais não deixam de ser, de algum modo, reminiscências do antigo Império Romano.³ Ao mesmo tempo, ela também nasce sob os influxos conceituais de diferentes iniciativas filosóficas que, longinquamente, dedicaram-se a formular caminhos para a paz do Velho Mundo, entre as quais se encontram, por exemplo, os projetos de *paz perpétua* de Immanuel Kant ou de Abbé de Saint-Pierre.⁴

³Quanto à menção a Napoleão, importa reconhecer que ao lado do reinado de Carlos Magno e da integração europeia pós-Segunda Guerra Mundial, foi o período napoleônico o momento histórico em que a Europa mais se aproximou de uma unificação territorial e civilizacional. O europeísmo constitui-se ao tempo de Napoleão, como também ao nosso, um projeto “com mais de uma fonte de inspiração e modelo de concretização”, nos termos de José Emanuel Sardica. Buscou o imperador dos franceses tocá-lo, no entanto, orientado por um viés prático e realista, continuamente adaptando sua execução a mudanças das circunstâncias. O projeto europeu de Bonaparte foi algo que, nesse sentido, “significou muitas coisas ao longo do tempo.” (SARDICA, José Emanuel. *Messianismo Revolucionário e Europeísmo Francocêntrico: dos Estados Gerais a Santa Helena*. In: MORUJÃO, Carlos; OLIVEIRA, Cláudio. *A ideia de Europa de Kant a Hegel*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010, p. 72; p. 71).

⁴ Cf. KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2018; SAINT-PIERRE, Abbé de. *Projetos para tornar perpétua a paz na Europa*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB/IPRI, 2003. Para um estudo do projeto kantiano de paz, ver: SALGADO, Karine. *A paz perpétua de Kant: atualidade e efetivação*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008; MIRANDA, Rodrigo Marzano Antunes. *A paz em Kant: uma abordagem macrofilosófica do projeto de paz*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019 (Dissertação, Mestrado em Direito).

Assim, as diferentes vozes e mãos que executam o sinfônico projeto europeu o fizeram a partir de uma tessitura composta de ideias e representações, algumas das quais cultivadas por séculos.

Nada obstante, a sinfonia que se montava no palco europeu seria ditada pelas transformações na estrutura global de poder, cuja expressão geográfica se daria nas disputas pelos territórios alemães. Ao tempo de sua emergência, tal estrutura foi condicionada pela competição essencialmente geopolítica de dois sistemas imperiais, o norte-americano e o soviético.⁵ Muito embora apresentasse, sim, nuances ideológicas, no coração da disputa entre Washington e Moscou estava a luta por poder e influência, como argumenta Brzezinski:

Esta luta não é apenas de ideias ou pelos “corações e mentes das pessoas”. É certo que a competição ideológica desempenha um papel, mas esta dimensão da colisão desvaneceu-se nos últimos anos com o declínio do fervor revolucionário soviético e de seu apelo ideológico. O conflito é expresso predominantemente através da extensão do poder e da influência sobre territórios e povos; e através da aquisição de poder militar destinado a intimidar ou conter o oponente. São as considerações geopolíticas e estratégicas que são críticas para determinar o foco, a subsistência e, eventualmente, o resultado deste conflito histórico.⁶

⁵ Para Zbigniew Brzezinski, “A disputa americano-soviética não é apenas entre duas nações. É entre dois impérios. Ambas as nações adquiriram atributos imperiais mesmo antes da sua colisão pós-Segunda Guerra Mundial, mas essa colisão aumentou a importância estratégica dos seus respectivos ativos imperiais e intensificou o seu crescimento imperial. [...] Utilizo o termo ‘império’ como moralmente neutro para descrever um sistema hierárquico de relações políticas, irradiando a partir de um centro”. (BRZEZINSKI, Zbigniew. *Game plan; a geostrategic framework for the conduct of the US-Soviet contest*. Boston: The Atlantic Monthly Press, 1986, p. 16) [tradução nossa]. No original: “The American-Soviet contest is not only between two na-tions. It is between two empires. Both nations had acquired imperial attributes even before their post-World War II colli-sion, but that collision has heightened the strategic importance of their respective imperial assets and has intensified their imperial growth. [...] I use the term ‘empire’ as morally neutral to describe a hierarchical system of political relationships, radiating from a center”.

⁶ BRZEZINSKI, *Game plan; a geostrategic framework for the conduct of the US-Soviet contest*, *cit.*, p. 11 [tradução nossa]. No original: “This struggle is not just one of ideas or for ‘the hearts and minds’ of people. To be sure, ideological competition plays a role, but this dimension of the collision has faded in recent years with the decline in Soviet revolutionary fervor and ideological appeal. The conflict is expressed predominantly through the extension of power and influence over territory and people and through the acquisition of military might designed to in- timidate or contain the opponent. It is geopolitical and strategic considerations that are critical in determining the focus, the substance, and eventually the outcome of this historical conflict”. Nesse sentido, Immanuel Wallerstein também relativiza o antagonismo ideológico entre

A integração regional condicionou-se pela ordem geopolítica bipolar, na esteira da qual a Europa, fundamentalmente, deixava de ser o sujeito do grande jogo político global para converter-se em seu objeto.⁷

Aqui, nossa, digamos, alegoria da sinfonia nos exige que respondamos uma questão crucial: *quem, então, veio a reger a Europa?*

Ora, entre os dois polos de poder em que, à época, centrava-se a dinâmica internacional, os europeus ocidentais associaram-se indubitavelmente aos EUA. À sombra de seu campo hegemônico, foram impelidos a se abrigar para reconstruírem-se e reorganizarem-se.⁸ Assim, a batuta de Washington, inegavelmente, se faria sentir na condução da Europa integrada. Afinal, os laços de dependência em relação aos americanos tornaram-se um aspecto estruturante da cena europeia ocidental. Não se pode ignorar, ademais, que a indefinida permanência militar dos americanos na Europa pós-1945, quer sob a bandeira dos EUA, quer sob a bandeira da organização transatlântica de segurança,

as superpotências da Guerra Fria: “La ventaja final para Estados Unidos residió en la réplica de la ventaja final para la URSS. Un discurso ideológico alimentaba al otro, y ninguno resultaba verosímil sin el otro. La guerra fría permitió que cada bando, en nombre del americanismo y del leninismo, mantuviera un orden estricto dentro de sus respectivos campos, hiciera una limpieza general cuando lo considerara oportuno y reorientara las mentalidades de las generaciones futuras”. Para ele, a retórica ideológica encobria uma espécie de acordo tácito entre americanos e soviéticos: “La enorme atención pública que han centrado los componentes militares de este punto muerto que supone la guerra fría ha ocultado el acuerdo político-económico crucial que subyace bajo el equilibrio europeo del período 1945-1989. Lo que Estados Unidos ofreció a la URSS y lo que ésta aceptó de buena gana fue la creación de una *chasse gardée* soviética en Europa oriental, dentro de la cual la URSS podía establecer la reglas políticas, económicas y culturales, siempre y cuando permaneciera dentro de esos límites”. (WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolítica y geocultura*; ensayos sobre el moderno sistema mundial. Trad. Eugenia Nacarino. Barcelona: Kairós, 2007, p. 17; p. 16).

⁷ Cf. BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997, p.4-5.

⁸ Hélio Jaguaribe considera necessário compreender a hegemonia norte-americana a partir da ideia de campo. Em seu sentir: “Trata-se de algo que se aproxima mais da ideia de ‘campo’, no sentido em que falamos de campo gravitacional ou campo magnético. Consiste num sistema de constrangimentos extremamente poderosos, financeiros, econômicos, tecnológicos, políticos e, quando necessário, militares, em virtude do qual os dirigentes das ‘províncias’ mantêm os aspectos formais de independência e soberania, mas são compelidos, pela conjugação do poder das multinacionais que dominam suas economias e da pressão de Washington, a dar satisfatório atendimento às demandas procedentes dessas fontes.” (JAGUARIBE, Hélio. *Fundamentalismo, unilateralismo e as alternativas históricas do mundo*. In: JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, mundo e o homem na atualidade*. estudos diversos. Brasília: FUNAG, 2008, p.129)

opera uma verdadeira inibição da autonomia. Na verdade, tal permanência garantiu que a Europa fosse (como ainda o é) um **protetorado militar americano**.⁹

Embora de incidência perene, o poder estadunidense sobre o Velho Continente não se expressou de modo estático; sofrendo alterações consideráveis conforme o desenrolar das disputas geopolíticas no decurso das décadas. Ademais, a própria estrutura imperial norte-americano conferiu certo grau de autonomia aos europeus, principalmente, para que tocassem seu processo de integração e organizassem seu espaço econômico.

A Europa integrada, por outro lado, também se construiu como uma iniciativa dos europeus para alargar sua liberdade de ação — sempre dentro, porém, dos marcos da hegemonia norte-americana. De certo modo, uma disputa pela regência do mundo europeu nunca deixou de existir.

Foi apenas com o fim da Guerra Fria que essa disputa poderia ser melhor colocada. Com o colapso da União Soviética, em 1991, a ordem internacional bipolar encerrou-se definitivamente. Com este evento, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência sobre o globo. Era o início do chamado momento unipolar.¹⁰

⁹ A percepção da Europa como um protetorado dos EUA encontra-se explicitada nas próprias formulações geoestratégicas norte-americanas, principalmente no pensamento de Zbigniew Brzezinski, para quem: “Atualmente, a Europa — apesar da sua força econômica, da significativa integração econômica e financeira e da autenticidade duradoura da amizade transatlântica — é um protetorado militar *de facto* dos Estados Unidos. Esta situação gera necessariamente tensões e ressentimentos, especialmente porque a ameaça direta à Europa que tornava tal dependência algo palatável diminuiu obviamente. No entanto, não é apenas um fato que a aliança entre a América e a Europa é desigual, mas também é verdade que a assimetria de poder existente entre os dois irá provavelmente aumentar ainda mais a favor da América.” (BRZEZINSKI, Zbigniew. *The geostrategic triad; living with China, Europe and China*. Washington: CSIS, 2000, p. 19) [tradução nossa]. No original: “Currently, Europe—despite its economic strength, significant economic and financial integration, and the enduring authenticity of the transatlantic friendship—is a *de facto* military protectorate of the United States. This situation necessarily generates tensions and resentments, especially since the direct threat to Europe that made such dependence somewhat palatable has obviously waned. Nonetheless, it is not only a fact that the alliance between America and Europe is unequal, but it is also true that the existing asymmetry in power between the two is likely to widen even further in America's favor”. É digno de nota que tal percepção aparece reiteradamente nas considerações Brzezinski. Cf. BRZEZINSKI, Zbigniew. *Game plan; a geostrategic framework for the conduct of the US-Soviet contest*. Boston: The Atlantic Monthly Press, 1986, p. 196-197; BRZEZINSKI, Zbigniew. *Strategic vision: America and the crisis of global power*. New York: Basic Books, 2012, p. 12.

¹⁰ A expressão ficaria consagrada por Charles Krauthammer, para quem: “A característica mais marcante do mundo pós-Guerra Fria é a sua unipolaridade. Não há dúvida de que a multipolaridade chegará com o tempo. Talvez dentro de mais ou menos uma geração, existirão grandes potências em pé de igualdade com

Vale dizer que essa reorganização da geopolítica mundial produziu seus véus ideológicos. No plano teórico, por exemplo, ele se manifestou de forma mais significativa na tese do Fim da História, de Francis Fukuyama.¹¹ Já no plano retórica do *establishment* norte-americanos, sobre uma *new world order*. Esse último ficaria especialmente vocalizado pelo então presidente estadunidense George H. W. Bush (1989-1993):

[...] pode emergir uma nova ordem mundial, uma nova era – mais livre da ameaça do terror, mais forte na busca pela justiça e mais segura na busca pela paz. Uma era em que as nações do mundo, Leste e Oeste, Norte e Sul, possam prosperar e viver em harmonia. Cem gerações procuraram este caminho indescritível para a paz, enquanto milhares de guerras assolavam o esforço humano. Hoje esse novo mundo luta para nascer, um mundo bem diferente daquele que conhecemos. Um mundo onde o império da lei suplanta o estado da selva. Um mundo em que as nações reconheçam a responsabilidade partilhada pela liberdade e pela justiça. Um mundo onde os fortes respeitem os direitos dos fracos.¹²

os Estados Unidos, e o mundo irá, em estrutura, assemelhar-se à era pré-Primeira Guerra Mundial. Mas ainda não chegamos lá e ali não estaremos por décadas. Agora é o momento unipolar. (KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. *Foreign Affairs*. New York, v. 70, n. 1, 1990/1991, pp. 23-33, p. 23-24) [tradução nossa]. No original: “The most striking feature of the post-Cold War world is its unipolarity. No doubt, multipolarity will come in time. In perhaps another generation or so there will be great powers coequal with the United States, and the world will, in structure, resemble the pre-World War I era. But we are not there yet nor will we be for decades. Now is the unipolar moment”.

¹¹ Cf. FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 1992.

¹² BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the Persian Gulf Crisis and the Federal Budget Deficit [September 11th, 1990]. *The American Presidency Project*. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-persian-gulf-crisis-and-the-federal-budget>. Acesso em: 06 de setembro, 2021 [tradução nossa]. No original: “[...] a new world order can emerge, a new era — freer from the threat of terror, stronger in the pursuit of justice, and more secure in the quest for peace. An era in which the nations of the world, East and West, North and South, can prosper and live in harmony. A hundred generations have searched for this elusive path to peace, while a thousand wars raged across the span of human endeavor. Today that new world is struggling to be born, a world quite different from the one we've known. A world where the rule of law supplants the rule of the jungle. A world in which nations recognize the shared responsibility for freedom and justice. A world where the strong respect the rights of the weak.”

Apesar das aspirações dos Estados Unidos, balança de poder mundial não se conservaria indefinidamente a seu favor, tendo sido possível, já nos anos 1990, nela identificar uma tendência à multipolaridade.¹³

Nesse mesmo período, o projeto de integração se adensou consideravelmente, com o nascimento formal da União Europeia. Como União, a Europa integrada reunia mais condições de pleitear pela regência de seu destino, consagrando-se como um dos centros de poder mundial. Segundo Jaguaribe:

[...] a instabilidade do presente sistema internacional tende a conduzi-lo, até meados do século, a uma alternativa básica: consolidação da hegemonia americana, gerando um longo período de Pax Americana, ou, diversamente, formação de um novo sistema multipolar, em que os Estados Unidos deverão, seguramente, exercer um papel relevante, mas em que tenderão a ser também relevantes países ou sistemas como China, Rússia, União Européia e alguns outros. As mais importantes variáveis para o segundo cenário são, por um lado, o continuado desenvolvimento da China e a superação, pela Rússia, de suas condições caóticas e, por outro lado, a adoção pela UE de uma política externa e de defesa própria. Não dispondo os Estados Unidos de condições para a eliminação de rivais (China e Rússia) ou preventivo controle da UE, a tendência de que venha a prevalecer, em meados do século XXI, uma ordem mundial multipolar [...]¹⁴

¹³ Cf. WALTZ, Kenneth. Structural Realism After the Cold War. *International Security*. Cambridge, v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000, p. 36-37. A percepção de que o sistema internacional tenderia a uma multipolaridade também foi expressa por Henry Kissinger: “O sistema internacional do século XXI será marcado por uma aparente contradição: de um lado, a fragmentação; de outro, a crescente globalização. Quanto às relações entre estados, a nova ordem mais parecerá o sistema de estados europeu dos séculos XVIII e XIX do que o padrão rígido da Guerra Fria. Consistirá de no mínimo seis potências maiores — Estados Unidos, Europa, China, Japão, Rússia e, provavelmente, Índia — e grande número de países de tamanho médio e pequeno. Ao mesmo tempo, as relações internacionais tornaram-se globais mesmo”. (KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Trad. Saul Gefter e Ann Mary Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 23).

¹⁴ JAGUARIBE, Hélio. Mercosul: problemática factual e institucional. In: HOFMEISTER, Wilhelm; TREIN, Franklin, (Org.). *Anuário Brasil-Europa: instituições e integração*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2001. p. 18-19.

Como já assinalado, é inegável que a Europa integrada figura como um pilar de sustentação da hegemonia norte-americana.¹⁵ Nesse sentido, a Europa pode desempenhar um papel crucial na (re)configuração da ordem global.

A longo prazo, o aparecimento de uma Europa verdadeiramente unida politicamente implicaria uma mudança básica na distribuição do poder global, com consequências tão abrangentes como as geradas pelo colapso do império soviético e pela subsequente emergência da preponderância global dos americanos. O impacto de uma tal Europa na própria posição da América no mundo e no equilíbrio de poder da Eurásia seria enorme [...], gerando inevitavelmente graves tensões transatlânticas vindas dos dois lados.¹⁶

É notável que, desde seu nascimento formal, a União Europeia tem empregado esforços para construir capacidades institucionais em matéria de defesa e de diplomacia. Com o Tratado de Maastricht (1992), por exemplo, os europeus estabeleceram os princípios para uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Depois do Tratado de Amsterdã (1997), a União criou o posto de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança — o qual ficaria responsável pela condução da PESC. Em 2001, o Conselho da União Europeia aprovou a criação do Comitê Militar da União Europeia, um fórum para consulta e cooperação militares entre Estados Membros no campo da prevenção de conflitos e do manejo de crises. E finalmente, o Tratado de Lisboa (2007) estabeleceu o Serviço Europeu para Ação Externa, proporcionando à União seu próprio corpo diplomático.

No entanto, as lideranças europeias só passariam a se preocupar mais seriamente com uma busca por autodeterminação a partir da década de 2010, quando a própria União Europeia viria atravessar condições consideravelmente adversas. Isso ficou evidenciado a

¹⁵ Cf. JAGUARIBE, Hélio. General Introduction. In: JAGUARIBE, Hélio; VASCONCELOS, Álvaro de. (org.). *The European Union, Mercosur and the new world order*. Portland: Frank Cass, 2003, p. 5.

¹⁶ BRZEZINSKI, Zbigniew. *The geostrategic triad; living with China, Europe and China*. Washington: CSIS, 2000. p. 18 [tradução nossa]. No original: “In the longer run, the appearance of a truly politically united Europe would entail a basic shift in the distribution of global power, with consequences as far-reaching as those generated by the collapse of the Soviet empire and by the subsequent emergence of Americans global preponderance. The impact of such a Europe on America's own position in the world and on the Eurasian power balance would be enormous [...], inevitably generating severe two-way transatlantic tensions”.

partir do lançamento da Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (*Global Strategy for the European Union 's Foreign And Security Policy*), em 2016. O documento fora concebido de modo a orientar o bloco a desenvolver respostas consistentes e integradas aos novos desafios políticos. Ele também apresentava a visão europeia da cena internacional, caracterizando-a em termos de “crise existencial”:

Vivemos tempos de crise existencial, dentro e fora da União Europeia. A nossa União está ameaçada. O nosso projeto europeu, que trouxe paz, prosperidade e democracia sem precedentes, está sendo questionado. A Leste, a ordem de segurança europeia foi violada, enquanto o terrorismo e a violência assolam o Norte de África e o Oriente Médio, bem como a própria Europa. O crescimento econômico ainda não ultrapassou a demografia em algumas partes de África, as tensões de segurança na Ásia estão a aumentar, enquanto as alterações climáticas provocam novas perturbações.¹⁷

Em paralelo, a Estratégia Global proporcionou uma interessante revisão na maneira como a Europa integrada percebia a si mesma no palco do mundo — um tipo de *player* não mais definido exclusivamente por seus expressivos recursos de poder brando (*soft power*), mas também por suas significativas capacidades militares.

A União Europeia sempre se orgulhou do seu poder brando – e continuará a fazê-lo, porque somos os melhores neste domínio. No entanto, a ideia de que a Europa é uma “potência exclusivamente civil” não faz justiça a uma realidade em evolução. Por exemplo, a União Europeia desenvolve atualmente dezessete operações militares e civis, com milhares de homens e mulheres a servirem sob a bandeira europeia em prol da paz e da segurança – a nossa própria

¹⁷ EUROPEAN UNION (2016). *Shared Vision, Common Action; a stronger Europe* (a global strategy for the European Union's Foreign and Security Policy), p. 7. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eugs_review_web_0.pdf. Acesso em: 14 de agosto, 2020 [tradução nossa]. No original: “We live in times of existential crisis, within and beyond the European Union. Our Union is under threat. Our European project, which has brought unprecedented peace, prosperity and democracy, is being questioned. To the east, the European security order has been violated, while terrorism and violence plague North Africa and the Middle East, as well as Europe itself. Economic growth is yet to outpace demography in parts of Africa, security tensions in Asia are mounting, while climate change causes further disruption”.

segurança e a dos nossos parceiros. Para a Europa, o *soft power* e o *hard power* andam de mãos dadas.¹⁸

Em nossa perspectiva, o documento consagra o esforço institucional da UE em perseguir a chamada *autonomia estratégica europeia*.¹⁹ O termo, cujo sentido será melhor discutido posteriormente, emerge das páginas da Estratégia como uma ambição fundamental, como um imperativo “para a capacidade da Europa de promover a paz e a segurança dentro e fora das suas fronteiras”.²⁰

A Estratégia alimenta a ambição de autonomia estratégica para a União Europeia. Isto é necessário para promover os interesses comuns dos nossos cidadãos, bem como os nossos princípios e valores [...] A nossa política externa e de segurança tem de lidar com pressões globais e dinâmicas locais, tem de lidar com superpotências, bem como com identidades cada vez mais fraturadas.²¹

A Europa integrada, assim, demonstrava uma nova disposição para tomar o mais profundo distanciamento da esfera de influência norte-americana. Aos europeus, parecia

¹⁸ EUROPEAN UNION, *Shared vision, cit.*, p.04 [tradução nossa]. No original: “The European Union has always prided itself on its soft power – and it will keep doing so, because we are the best in this field. However, the idea that Europe is an exclusively ‘civilian power’ does not do justice to an evolving reality. For instance, the European Union currently deploys seventeen military and civilian operations, with thousands of men and women serving under the European flag for peace and security – our own security, and our partners. For Europe, soft and hard power go hand in hand”. Sobre a diferença entre soft power e hard power, argumenta Joseph Nye Jr.: “Em geral, os tipos de recursos associados ao poder duro incluem coisas tangíveis como força e dinheiro. Os tipos de recursos associados ao poder brando muitas vezes incluem fatores tangíveis, como instituições, ideias, valores, cultura e legitimidade percebida das políticas.” (NYE, Joseph S. *The future of power*. New York: Public Affairs, 2011) [tradução nossa]. No original: “In general, the types of resources associated with hard powers include tangible things such as force and money. The types of resources associated with soft power often include tangible factors such as institutions, ideas, values, culture and perceived legitimacy of policies.”

¹⁹ Para uma defesa institucional da autonomia estratégica europeia, ver: BORRELL, Josep. Pourquoi l'Europe doit-elle être stratégiquement autonome?. *L'Institut Français de Relations Internationales*, 2021. Disponível em: <https://www.ifri.org/fr/publications/editoriaux-de-lifri/leurope-etre-strategiquement-autonome>. Acesso em: 13 de setembro, 2021.

²⁰ EUROPEAN UNION, *Shared vision, cit.*, p. 19 [tradução nossa]. No original: “[...] for Europe’s ability to promote peace and security within and beyond its borders.”

²¹ EUROPEAN UNION, *Shared vision, cit.*, p. 4 [tradução nossa]. No original: “The Strategy nurtures the ambition of strategic autonomy for the European Union. This is necessary to promote the common interests of our citizens, as well as our principles and values [...] Our foreign and security policy has to handle global pressures and local dynamics, it has to cope with super-powers as well as with increasingly fractured identities.”

necessário “tomar nosso destino em nossas mãos” — como o havia postulado a então chanceler alemã Angela Merkel.²² Isto é: engajar esforços políticos, econômicos e militares em uma União mais forte e independente.

A Europa integrada, assim, dava sinais de estar concebendo uma *nova mentalidade estratégica* — a experimentar um *despertar geopolítico* — a partir da qual a problemática da segurança se tornaria um imperativo fundamental para a construção do projeto europeu.²³ Alguns movimentos da política externa europeia — nomeadamente a conclusão do livre comércio com o Mercosul (2019),²⁴ o estabelecimento de uma parceria estratégica com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN),²⁵ e o acordo de investimento de comércio e investimento com a República Popular da China (2020)²⁶ — mostrou a

²² Nas palavras da líder alemã: “Os tempos em que podíamos depender completamente dos outros acabaram, até certo ponto. Eu experimentei isso nos últimos dias. Nós, europeus, temos verdadeiramente de tomar o nosso destino nas nossas próprias mãos. [...] Temos de saber que devemos lutar sozinhos pelo nosso futuro, pelo nosso destino como europeus (HENLEY, Jon. Angela Merkel: EU cannot completely rely on US and Britain anymore. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/may/28/merkel-says-eu-cannot-completely-rely-on-us-and-britain-any-more-g7-talks>. Acesso em: 18 de Agosto, 2020). [tradução nossa]. No original: “The times in which we could completely depend on others are, to a certain extent, over. I’ve experienced that in the last few days. We Europeans truly have to take our fate into our own hands. [...] We have to know that we must fight for our future on our own, for our destiny as Europeans.”

²³ Cf. MIGUEL, Bernardo de. Europa despierta de su letargo geoestratégico. *El País*, 2020. Disponível em: <https://elpais.com/ideas/2020-08-22/europa-despierta-de-su-letargo-geoestrategico.html>. Acesso em: 25 de agosto, 2020; BERGMANN, Max. Europe’s Geopolitical Awakening. *Foreign Affairs*, 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2020-08-20/europes-geopolitical-awakening>. Acesso em: 20 de Agosto, 2020; MIDDELAAR, Luuk van. Europe’s Geopolitical Awakening. *Groupe d’études géopolitiques*, 2021. Disponível em: <https://geopolitique.eu/en/2021/04/15/europes-geopolitical-a-waken-ing/>. Acesso em: 30 de agosto, 2021.

²⁴ EUROPEAN UNION. *EU and Mercosur reach agreement on trade* [press release]. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_19_3396?fbclid=IwAR3Be_1CVRoXUpPqp_q2xVdKCsC6F2B5ZBOHEF2MfZdqX7Rfryd-etNBELTg_. Acesso em: 7 de Agosto, 2020. Para um estudo do Acordo de Associação entre União Europeia e Mercosul, cf. DIZ, Jamile Mata The Mercosur and European Union relationship: an analysis on the incorporation of the Association Agreement in Mercosur. *Eur. World*. 2022. Vol. 6(1). DOI: 10.14324/111.444.ewlj.2022.01.

²⁵ EUROPEAN UNION. *EU and ASEAN elevate relations to a Strategic Partnership*. Disponível em: [²⁶ “Nas últimas horas de 2020, a União Europeia chegou a um acordo de princípio sobre investimento com Pequim. \[...\] O acordo dá às empresas europeias melhor acesso e proteção nos mercados chineses, mas os analistas ficaram principalmente impressionados com a sua importância estratégica — a UE, por si mesma,](https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-and-asean-elevate-relations-strategic_partnership_und_en#:~:text=Acesso em: 2 de outubro, 2023. Formada em 1967, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é uma união econômica composta por 10 Estados membros no Sudeste Asiático, a saber: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja. Tem uma população combinada maior do que a União Europeia e um produto interno bruto combinado de 2,5 bilhões de dólares.</p>
</div>
<div data-bbox=)

ambição da União por mais espaço no tabuleiro internacional. Ademais, a criação da Estratégia Gateway, que visa patrocinar projetos de infraestrutura de interesse europeu em países não-integrantes da União, reforçava essa nova perseguição da Europa por projeção.²⁷

A seu turno, o despertar geopolítico europeu coincide, de modo inequívoco, com os expressivos sinais de um aprofundamento da crise da hegemonia norte-americana, ou (melhor dizendo) com a emergência de uma dinâmica geopolítica mais multipolar — a qual tem sinalizado para o advento de um mundo pós-ocidental ou, mais especificamente, pós-americano.²⁸ Essa mudança na configuração do sistema global de poder vem ganhando acentuado fôlego com a ascensão da China, o renascimento diplomático-militar da Rússia e a própria articulação dos BRICS.

Diante de um tal quadro, importa ressaltar que recursos de seus Estados-membros, se conjugados, concorrem por tornar a União Europeia uma potência expressiva.²⁹ Nesse

realizou um ato político. (MIDDELAAR, Luuk van. EU China agreement; a sign of European geopolitical awakening. *Clingendael*, 2021. Disponível em: www.clingendael.org/sites/default/files/2021-03/Alert_EU_China_agreement_geopolitical_awakening. Acesso em: 30 de Agosto, 2021) [tradução nossa]. No original: “In the last hours of 2020, the European Union reached an agreement in principle on investment with Beijing. [...] The agreement gives European companies better access and protection on Chinese markets, but analysts were mainly struck by its strategic importance – the EU, on its own, accomplished a geopolitical act”.

²⁷Cf. EUROPEAN UNION. *Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank: The Global Gateway*, 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021JC0030>. Acesso em: 14 de março, 2023.

²⁸ Cf. ACHARYA, Amitav. *The end of American World Order*. Malden: Polity, 2014; STUENKEL, Oliver. *Post-western world; how emerging powers are remaking global order*. Malden: Polity, 2016.

²⁹ “A Europa é hoje uma verdadeira superpotência e provavelmente continuará a sê-lo durante as próximas décadas. Pela maioria das medidas objetivas, rivaliza ou supera os Estados Unidos e a China na sua capacidade de projetar um espectro completo de poder militar, econômico e de influência global. A Europa mobiliza consistentemente tropas militares dentro e fora da sua vizinhança imediata. Manipula o poder econômico com uma habilidade e um sucesso incomparáveis a qualquer outro país ou região. E a sua capacidade de empregar o ‘soft power’ para persuadir outros países a mudarem o seu comportamento é única” (MORAVCSIK, Andrew. Europe is still a superpower. *Foreign Policy*, 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/04/13/europe-is-still-a-superpower/>. Acesso em: 17 de setembro, 2021.) [tradução nossa]. No original: “Europe today is a genuine superpower and will likely remain one for decades to come. By most objective measures, it either rivals or surpasses the United States and China in its ability to project a full spectrum of global military, economic, and soft power. Europe consistently deploys military troops within and beyond its immediate neighborhood. It manipulates economic power with a skill and success unmatched by any other country or region. And its ability to employ ‘soft power’ to persuade other countries to change their behavior is unique.”

diapásão, a Europa integrada poderia pleitear converter-se em um dos centro de poder dessa nascente ordem internacional. Paralelamente, no entanto, percebe-se que a União experiencia uma trajetória de declínio, mesmo em termos econômicos. Como pontua Nuno Rodrigues:

A UE tem ficado para trás em vários domínios, em particular no domínio tecnológico. Ouvimos falar de empresas tecnológicas a nível mundial como a “GAFAM” — Google, Apple, Facebook, Amazon e Meta — e outras empresas muito conhecidas como a Huawei e a Samsung, mas nenhuma é europeia. A Europa está, de fato, num grande impasse. Qual é o poder que a UE tem hoje em dia? A meu ver — é o que eu tenho escrito e defendido — trata-se de um poder regulatório, ou seja, o poder de editar normas que influenciam o comportamento a nível mundial. [...] Portanto, hoje em dia, em termos geoestratégicos, a situação mundial é diferente da que era há 30 ou 40 anos, com o fim do Muro de Berlim, com a emergência do bloco econômico chinês, se quiserem, e com a perda cada vez maior da relevância da UE enquanto potência econômica.³⁰

Em face de tais circunstâncias, dos grandes impasses (como prefere Nuno Rodrigues), parece claro que a busca por autonomia coloca a União Europeia em um ponto de virada histórica. Isso porque uma concepção mais geopolítica do projeto europeu demanda uma ruptura conceitual com as bases da integração tal qual a conhecemos hoje.

Conceber uma grande estratégia europeia para o tempo presente se mostra, nessa mesma perspectiva, historicamente desafiador também dada a dificuldade dos principais Estados da Europa em idealizar um projeto estratégico claro desde o pós-Guerra Mundial. Concomitantemente, isso parece ser uma exigência da própria quadra histórica contemporânea. “Não há alternativa a uma Europa autônoma”, argumentam Haddad e

³⁰ RODRIGUES, Nuno Cunha.; RODRIGUES, Lucas Antônio Nogueira. BARRETO, Pedro Luiz. Rodrigues. FONSECA, Theo Augusto. Apolinário Moreira.; REIS, Maria Regina Duarte. Da União Europeia para o mundo. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 1–12, 2023, p. 2-3. DOI: 10.35699/2525-8036.2023.49365. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e49365>. Acesso em: 25 de fevereiro 2024.

Polyakova, “Uma Europa inteira, livre e em paz significa uma Europa capaz de se defender sozinha no cenário mundial”.³¹

Diante dessa exposição introdutória, nos perguntamos: qual o significado histórico de tal despertar geopolítico? Como pode afetar o desenvolvimento do projeto europeu? Envolveria algum tipo de inovação institucional dentro da União Europeia?

À luz dessas considerações, o trabalho busca refletir sobre como o despertar geopolítico da Europa, o qual se traduz no renovado compromisso da União Europeia por autonomia estratégica, pode proporcionar uma evolução conceitual no projeto europeu.

Desse modo, ele busca interpretar o projeto europeu desde uma perspectiva geopolítica, situando-o na emergência de uma ordem internacional multipolar.

Para tanto, ele adota por orientação epistêmica uma abordagem macroscópica e não-fragmentada da construção de conhecimento, buscando se afastar dos limitantes esquemas metodológicos hiper-especializados que imperam no campo das Humanidades.³² De fato, tal perspectiva parece ser apropriada para nossas reflexões geopolíticas — uma vez que, desde suas concepções clássicas, a geopolítica apresenta uma espécie de *senso de totalidade*, uma concepção da interconectividade da realidade.³³

Nessa perspectiva, a transversalidade disciplinar impõe-se como aspecto central da construção da pesquisa. Isso porque é própria das reflexões geopolíticas e estratégicas uma

³¹ HADDAD, Benjamin; POLYAKOVA, Aline. Is Going It Alone the Best Way Forward for Europe? *Foreign Affairs*, 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2018-10-17/Benjamin-Haddad-and-Alina-Polyakova>. Acesso em: 13 de Agosto, 2020 [tradução nossa]. No original: “There is no alternative to an autonomous Europe” [...] A Europe whole, free, and at peace means a Europe able to fend for itself on the world stage”.

³² “Tenemos pues que equilibrar la tendencia excesiva, limitadora, castradora y acrítica que identifica lo epistémico riguroso a lo micro, marginando así las grandes cuestiones macro. No niego que la estrategia hiperespecializadora ha dado históricamente grandes frutos, pero hoy muestra su agotamiento y además experimentamos con urgencia la necesidad de contrarrestar tal tendencia en todos los saberes. Las cuestiones cósmicas y macro tienen que volver a ser asumidas en todas y cada una de las disciplinas”. (MAYOS SOLSONA, Gonçal. Limites da hiperespecialização: necessidade da macrofilosofia. *Revista de Ciências do Estado*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–21, 2021, p. 21. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/arti%20cle/view/e35658>. Acesso em: 20 de setembro, 2021).

³³ GUZZINI, Stefano. Prefácio à edição brasileira; da geografia da política para a política da geografia. In: GUZZINI, Stefano (org.). *O retorno da geopolítica na Europa?: mecanismos sociais e crises de identidade de política externa*. Trad. Bárbara V. de Carvalho Motta. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 20.

certa visão de conjunto baseada em temas e saberes abrangentes.³⁴ Interessa-nos, assim, as visões sintéticas, que lancem luz aos conflitos políticos e culturais, na mesma esteira de História do Direito (e do Estado) advogada por José Luiz Borges Horta:

Pensamos na História do Direito não como a estéril e cansativa descrição do advento e do desenvolvimento de institutos jurídicos, de resto temário vasto e frutuoso que abre os apetites dos publicistas, privatistas e processualistas (ou seja, dos cientistas de Direito), mas como a compreensão — a um tempo construtora e a outro reconstrutora — do universo cultural de que emerge a ordenação jurídica da vida humana. É, portanto, o locus privilegiado da reflexão totalizante, sintética, a englobar toda a plêiade de elementos (fáticos e normativos, de modo mais imediato, mas sobretudo, com olhos mais penetrantes, axiológicos) na evidente contradição do plano da cultura.³⁵

Considerando seu eixo geopolítico, nossas reflexões tendem a sublinhar as relações de *poder* na conformação da cena internacional; em especial, no sinfônico processo de construção europeia. Ora, a geopolítica é antes de tudo política de poder — significando que cada grande fenômeno no tabuleiro global precisa ser interpretado à luz das disputas dos Estados por poder, força e influência.

Dessa forma, aproximamo-nos de uma abordagem realista: de acordo com a qual as relações inter-estatais são marcadamente conflituosas;³⁶ e o direito e as organizações

³⁴ COSTA, Wanderley Messias. *Geografia política e geopolítica*; discursos sobre o território e o poder. São Paulo: EdUSP, 2020.

³⁵ HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 21

³⁶Nossa perspectiva guarda similitudes com a de Kenneth Waltz, segundo o qual: “Diz-se frequentemente que o Estado entre Estados conduz os seus assuntos à sombra da violência. Dado que alguns Estados podem, a qualquer momento, recorrer à força, todos os Estados devem estar preparados para o fazer — ou viver à mercê dos seus vizinhos militarmente mais vigorosos. Entre os Estados, o estado de natureza é um estado de guerra. Isto não se entende no sentido de que a guerra ocorre constantemente, mas no sentido de que, com cada Estado a decidir por si próprio se deve ou não usar a força, a guerra pode eclodir a qualquer momento.”(WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979, p. 102) [tradução nossa]. No original: “The state among states, it is often said, conducts its affairs in the brooding shadow of violence. Because some states may at any time use force, all states must be prepared to do so-or live at the mercy of their militarily more vigorous neighbors. Among states, the state of nature is a state of war. This is meant not in the sense that war constantly occurs but in the sense that, with each state deciding for itself whether or not to use force, war may at any time break out”.

internacionais são “moldados e limitados pelos Estados que os fundaram e os sustentam e têm um pequeno efeito independente”.³⁷

Situado no centro das disputas geopolíticas, o Estado é concebido como uma realidade histórico-cultural, a qual é expressão do espírito de um povo (*Volksgeist*).³⁸ Consequentemente, nossa visão sobre a União Europeia está enraizada na ideia de *historicidade*. A UE é produto de um longo processo histórico moldado pela tensão dialética entre as nações europeias — cujas relações são atravessadas tanto pelo seu senso de identidade comum e, ao mesmo tempo, pelas suas profundas divisões políticas e culturais. A Europa é um continente em permanente passagem, cuja integração não deve ser considerada uma obra concluída, mas, ao contrário, como um projeto aberto a novas formas e a desenhos alternativos.

³⁷ WALTZ, Structural Realism, *cit.*, p. 18 [tradução nossa]. No original: “[...] shaped and limited by the states that found and sustain them and have a little independent effect.”

³⁸ HORTA, *História do Estado de Direito*, *cit.*, *passim*. Nessa mesma perspectiva, afirma Luiz Alberto Moniz Bandeira: “Os Estados, ditos nacionais, são organismos vivos, surgiram e conformaram-se em determinadas condições históricas, e comportam-se conforme a tradição e herança sedimentadas na cultura dos respectivos povos, que eles politicamente organizam e representam. Seu real conteúdo, como Hegel definiu, é o próprio espírito do povo (der Geist des Volkes), ou seja, sua cultura, e eles são animados por esse espírito em suas especiais oportunidades, guerras, instituições, etc. Os Estados são o que suas ações revelam”. (MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 41).

I. DA BIPOLARIDADE À MULTIPOLARIDADE: A EUROPA NA TRANSIÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

1. 1. A Europa fraturada: o mundo europeu na ordem bipolar

No decurso da primeira metade do século XX, a Europa passou a ser considerada um ponto sensível para os interesses securitários dos Estados Unidos. De certo modo, foi essa percepção que levou Washington a engajar-se militarmente nos teatros da Segunda Guerra Mundial. Isso porque, rapidamente, o pensamento geopolítico estadunidense se apercebeu das implicações geoestratégicas de um eventual êxito da aliança nipo-alemã para o seu país. Afinal, com a Europa Ocidental tomada por Berlim e o Leste asiático sob controle de Tóquio, as duas extremidades da Eurásia poderiam servir como ponto de projeção das potências do Eixo sobre as Américas, em especial, a América do Norte.³⁹ Com efeito, uma espécie de cerco aos Estados Unidos poderia facilmente ser concertado entre Alemanha e Japão a partir do Atlântico e do Pacífico.

[...] o fato mais significativo da situação que enfrentávamos no início de 1942, quando a Alemanha e o Japão alcançaram boa parte de seus objetivos, era a existência de uma aliança política entre eles. Fomos então confrontados com a possibilidade de um cerco completo, no qual poderíamos ter de enfrentar o poder unificado de toda a massa de terra da Eurásia. A força dos centros de poder do hemisfério oriental seria então avassaladora. Teria sido impossível para nós preservar nossa independência e segurança. Se quisermos evitar a realização desse cerco no futuro, a nossa preocupação constante em tempos de paz deve ser guiada pela certeza de que nenhuma nação ou aliança de nações possa emergir como uma potência dominante em qualquer uma das duas regiões do Velho Mundo que ameace a nossa segurança. É óbvio, portanto, que as relações de poder internas entre os Estados do continente eurasiático determinarão, em grande medida, o curso de nossas próprias políticas. Devemos

³⁹ Seria o geógrafo Nicholas Spykman que melhor expressaria essa percepção: “Nossa posição de poder no mundo, a qual sempre dependeu da existência de um equilíbrio na Europa e na Ásia, está agora ameaçada pela combinação de hemisférios unificados além-mar. O resultado da Segunda Guerra Mundial determinará se os Estados Unidos continuarão uma grande potência, com voz nos assuntos do Velho Mundo, ou tornar-se-ão um mero Estado tampão entre os poderosos Impérios alemão e japonês”. (SPYKMAN, Nicholas. *Os Estados Unidos no mundo*. Trad. Braz Baracuchy. In: BARACUCHY, Braz (org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica*; Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021, p. 18).

compreender as forças geopolíticas em ação no Hemisfério Oriental e descobrir qual efeito elas terão em nossa própria posição.⁴⁰

Desde então, o controle da Europa despertaria de tal modo a ansiedade estratégica dos americanos que, tão logo consumada a vitória dos Aliados em 1945, Washington se veria inescapavelmente em confrontação com o poder militar que, avançando desde o coração da Eurásia, veio a dominar as porções central e oriental da Europa: a União Soviética. O receio de um controle soviético sobre a totalidade do espaço europeu deu ensejo a uma escalada das tensões entre ambas as potências.

Nessa esteira, a política externa do então presidente Henry Truman consagraria a permanência dos Estados Unidos na dinâmica europeia do imediato pós-guerra. Em 1947, ele lançaria a chamada Doutrina Truman, que postulava a defesa das “nações livres” contra o avanço do comunismo como um imperativo para a segurança de seu país.⁴¹ Na leitura da *intelligentsia* norte-americana, a URSS se caracterizava por uma política externa de viés expansionista, o qual tornava pouco crível a possibilidade de um convívio harmônico entre Moscou e os ditos “países ocidentais” (especialmente, os Estados Unidos).⁴² Para o então

⁴⁰ SPYKMAN, Nicholas. A posição do Hemisfério Ocidental. Trad. Braz Baracuhy. In: BARACUHY, Braz (org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica*; Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 202, p.578.

⁴¹ A chamada Doutrina Truman foi lançada por ocasião do pronunciamento do presidente em sessão do Congresso norte-americano solicitando o apoio financeiro dos EUA à Turquia e à Grécia. Nela, postulava o líder do país: “Acredito que deve ser política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que resistem às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. [...] Os povos livres do mundo recorrem a nós em busca de apoio na manutenção das suas liberdades. Se falharmos na nossa liderança, poderemos pôr em perigo a paz do mundo — e certamente poremos em perigo o bem-estar da nossa própria nação”. No original “I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures. [...] The free peoples of the world look to us for support in maintaining their freedoms. If we falter in our leadership, we may endanger the peace of the world — and we shall surely endanger the welfare of our own nation”. TRUMAN, Henry. President Harry S. Truman's message to Congress recommending assistance to Greece and Turkey. [12.03. 1947] *National Archives*. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine#transcript>. Acesso em: 23 de janeiro, 2024.

⁴² Em texto originalmente publicado em 1946, o diplomata norte-americano George Kennan comentaria: “Está claro que os Estados Unidos não podem esperar, em um futuro próximo, desfrutar de intimidade política com o regime soviético. Ele deve continuar a considerar a União Soviética como um rival, e não como um parceiro, na arena política. Deve continuar a esperar que as políticas soviéticas não refletirão nenhum amor abstrato pela paz e pela estabilidade, nenhuma fé real na possibilidade de uma coexistência feliz e permanente dos mundos socialista e capitalista, mas antes uma pressão cautelosa e persistente no sentido da ruptura e enfraquecimento de toda influência rival e poder rival”. (KENNAN, George. *The Sources of Soviet Conduct*. In: KENNAN, George. *American diplomacy*. Chicago: University of Chicago

embaixador George Kennan, conquanto destinado à rivalidade sistêmica com soviéticos, Washington não deveria operar desde uma lógica de confrontação direta, dado que o *modus operandi* da atuação eslavo-soviética no plano exterior — historicamente marcada por flexibilidade, persistência e prudência — recomendava uma abordagem alternativa àquela adotada, por exemplo, contra os nazistas. Para eles:

Estas considerações tornam a diplomacia soviética ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil de lidar do que a diplomacia de líderes agressivos individuais como Napoleão e Hitler. Por um lado, é mais sensível à força contrária, mais disposto a ceder a setores individuais da frente diplomática quando essa força é considerada demasiada forte e, portanto, mais racional na lógica e na retórica do poder. Por outro lado, não pode ser facilmente derrotado ou desencorajado por uma única vitória por parte dos seus adversários. E a persistência paciente que o anima significa que pode ser eficazmente combatido não por atos esporádicos que representam os caprichos momentâneos da opinião democrática, mas apenas por políticas inteligentes de longo alcance por parte dos adversários da Rússia [...].⁴³

Desse modo, Kennan postulava que a disputa com a potência eurasiática deveria ser manejada em termo de uma política de contenção (*containment policy*). Em suas palavras: “o elemento principal de qualquer política dos Estados Unidos em relação à União Soviética

Press, 2012, p. 123, [tradução nossa]. No original: “It is clear that the United States cannot expect in the foreseeable future to enjoy political intimacy with the Soviet regime. It must continue to regard the Soviet Union as a rival, not a partner, in the political arena. It must continue to expect that Soviet policies will reflect no abstract love of peace and stability, no real faith in the possibility of a permanent happy coexistence of the Socialist and capitalist worlds, but rather a cautious, persistent pressure toward the disruption and weakening of all rival influence and rival power”.

⁴³ KENNAN, *The Sources of Soviet Conduct*, *cit.*, p. 125 [tradução nossa]. No original: “These considerations make Soviet diplomacy at once easier and more difficult to deal with than the diplomacy of individual aggressive leaders like Napoleon and Hitler. On the one hand it is more sensitive to contrary force, more ready to yield on individual sectors of the diplomatic front when that force is felt to be too strong, and thus more rational in the logic and rhetoric of power. On the other hand it cannot be easily defeated or discouraged by a single victory on the part of its opponents. And the patient persistence by which it is animated means that it can be effectively countered not by sporadic acts which represent the momentary whims of democratic opinion but only by intelligent long-range policies on the part of Russia’s adversaries [...]”.

deve ser o de uma contenção paciente, mas firme e vigilante, a longo prazo, das tendências expansivas russas”.⁴⁴

Ao propor a contenção, Kennan fornecia o esquema conceitual a partir do qual os americanos reorientariam o seu engajamento geoestratégico no quadro da emergente Guerra Fria. Isso, por certo, traria profundas implicações para a Europa e seu projeto de integração regional.

Dada a pertinência estratégica do espaço europeu, a Administração Truman buscou converter a Europa em peça no seu jogo da contenção aos soviéticos. Foi por isso que, em 1948, o Congresso estadunidense aprovou sua proposta de ajuda econômica aos países europeus devastados pela guerra. Com os recursos do chamado Programa Europeu de Recuperação (*European Recovery Program*) — mais conhecido como Plano Marshall — Washington logrou impulsionar o soerguimento econômico do Continente. Para os norte-americanos, além de proporcionar um mercado para a exportação de seus bens nacionais, uma Europa economicamente revigorada estaria menos suscetível à projeção de poder da União Soviética.

O Plano Marshall representou um ponto de virada histórico para a Europa. Muito embora a adesão ao plano por parte dos países europeus tenha sido voluntária, e a administração dos recursos nele previstos tenha se dado de forma relativamente multilateral — sob o escopo da recém criada Organização para a Cooperação Econômica Europeia (posteriormente convertida em Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE) —, as implicações político-econômicas da iniciativa se mostrariam inequívocas: o ingresso da Europa ocidental na esfera de influência de Washington. Para os franceses, por exemplo, eram nítidas as implicações político-estratégicas da Ajuda Marshall

[...] aceitar o plano Marshall equivalia efetivamente a aceitar a dependência econômica e, portanto, política da França [...] Esta dependência, embora sem dúvida consensual e negociada, levou a um grau inevitável de controle dos EUA sobre a tomada de decisões

⁴⁴ KENNAN, George. *The Sources of Soviet Conduct*, *cit.*, p. 132 [tradução nossa]. No original: “[...] it is clear that the main element of any United States policy toward the Soviet Union must be that of a long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies”.

nacionais, moldando, ao mesmo tempo, a notável transformação, ao longo das décadas seguintes, não apenas da economia, mas também da sociedade francesa e, até certo ponto, da cultura francesa.⁴⁵

Nessa perspectiva, buscando evitar que o mesmo ocorresse com as regiões sob sua ocupação militar, Moscou vetou a participação dos países do Leste europeu no Plano Marshall. Com isso, a nova abordagem transatlântica dos norte-americanos, a despeito dos esforços dos franceses, desencadearia uma aceleração da divisão geopolítica do Velho Continente entre os Blocos Ocidentais e Orientais.

Concomitantemente aos estadunidenses, a URSS também despertava a ansiedade dos europeus. Temendo uma eventual agressão militar dos soviéticos, eles buscavam organizar entre si uma iniciativa coletiva de defesa; assim, em 1948, Reino Unido, França, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos assinaram o Tratado de Amsterdã.⁴⁶ Nada obstante, era evidente aos signatários do Tratado em tela que, mesmo congregadas, suas capacidades militares ainda eram profundamente limitadas diante da ameaça que viam em Stalin. Pareceu-lhes, assim, necessário obter um contrapeso defensivo mais efetivo ao poder soviético. Por isso, buscaram costurar junto aos americanos um entendimento sobre a dinâmica securitária europeia.

Da confluência de receios transatlânticos, concertou-se entre os signatários do Tratado de Amsterdã, os Estados Unidos e outras seis nações (Canadá, Islândia, Dinamarca, Portugal, Itália e Noruega) uma aliança militar que ficaria consagrada com a assinatura, em 1949, do Tratado de Washington: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Organização redefiniu a dinâmica securitária europeia, tensionando ainda mais a bipolarização do continente (e também do mundo).

⁴⁵ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945: an introduction*. Trad. Jonathan Hensher. New York: Berghahn Books, 2016, p. 15 [tradução nossa]. No original: “[...] accepting the Marshall plan amounted effectively to accepting the economic and hence political dependence of France [...] This dependence, while undoubtedly consensual and negotiated, led to an inevitable degree of US control over national decision-making while at the same time moulding the remarkable transformation, over the following decades, not just of the economy, but also of French society and even, to a certain extent, France’s culture”.

⁴⁶ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945, cit.*, p. 17.

Naquele mesmo ano, o Conselho Parlamentar instituído pelos *Landers* alemães ocidentais promulgaram um texto (pretensamente) constitucional designado Lei Fundamental de Bonn — o qual criava formalmente, nas zonas ocupadas por americanos, britânicos e franceses, a República Federal da Alemanha (RFA).⁴⁷ A organização dessa Alemanha Ocidental foi promovida pelos americanos, em cooperação com a França e o Reino Unido, como parte de sua tentativa de dar forma à política de contenção. Dessa forma, “Washington subordinou a questão alemã ao confronto com a União Soviética” e pretendeu “pôr um fim ao desmantelamento da indústria alemã”⁴⁸ Pouco meses depois, na zona de ocupação soviética, seria organizado um Estado alemão oriental, a República Democrática da Alemanha (RDA).

Uma vez selada a divisão dos territórios alemães, a Europa se convertia, assim, em um continente fraturado pela rivalidade entre as duas superpotências — condição que espelhava a própria bipolaridade do cenário global.

Na virada da década, a crise de segurança que se verificava no Velho Continente foi ganhando novos contornos. Em primeiro lugar, a União Soviética logrou, ainda em 1949, detonar sua primeira bomba nuclear. Com isso, ela veio a se equipar aos americanos como potência nuclear. Em segundo lugar, a fundação da República Popular da China, pela vitoriosa revolução de Mao Zedong, e a deflagração da Guerra da Coreia estenderam

⁴⁷ Dadas as condições em que foi concebida, a Lei de Bonn não pode ser considerada, a rigor, um texto constitucional. É digno de nota que nem mesmo os seus redatores conferiram a essa legislação a alcunha de Constituição. Afinal, como observa Câmara: “A decisão do Conselho Parlamentar foi de submeter aos aliados o projeto, não de uma Constituição – que em sentido estrito se refere a um Estado soberano e a uma assembleia constituinte, o que não se aplicava num e noutro caso –, mas de uma ‘Lei Fundamental’”. Na verdade, pode-se dizer que os integrantes do Conselho Parlamentar consideravam a Lei de 1949 um arranjo jurídico de tal modo provisório que estabeleceram (nas disposições do art. 146) que a vigência do texto legal deveria se encerrar tão logo o povo alemão detivesse reais condições de promulgar soberanamente uma autêntica Constituição— na esteira de uma futura reunificação dos territórios da Alemanha. *In verbis*: “Art. 146 [Prazo de vigência da Lei Fundamental] Esta Lei Fundamental que após a consumação da unidade e da liberdade da Alemanha, é válida para todo o povo alemão, deixará de vigorar no dia em que entrar em vigor uma Constituição, que tenha sido adotada em livre arbítrio por todo o povo alemão”. (CÂMARA, Marcelo. *A política externa alemã na República de Berlim*: de Gerhard Schröder a Angela Merkel. Brasília: FUNAG, 2013, p. 38; REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. *Lei Fundamental da República Federal da Alemanha* [1949]. Trad. Assis Mendonça. Art. 146).

⁴⁸ MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 236.

rapidamente ao Leste da Ásia os impasses da confrontação bipolar.⁴⁹ A região, assim, tornou-se uma espécie de *segundo frente* da Guerra Fria.⁵⁰ Para aquela região, então, os americanos se viram forçados a direcionar seus recursos — o que impôs a necessidade de remobilização das forças transatlânticas no próprio contexto europeu. Com efeito, isso “acelerou a militarização da política de contenção”.⁵¹ Nessa esteira, pode-se dizer que:

Considerações militares passaram a predominar na formulação da política externa americana no segundo mandato de Truman. Na Europa como no Leste Asiático, a contenção do comunismo tornou-se a justificativa para a pax Americana. Em vez do mundo pluralista a que poderia ter levado o Plano Marshall, foi sendo montada uma estrutura imperial. Os gastos militares explodiram: de 12 bilhões de dólares anuais, no imediato pós-guerra, saltaram para 50 bilhões de dólares em 1953. Pactos e alianças militares começaram a ser assinados. Na altura de 1955, os EUA dispunham de 450 bases militares em 36 países.⁵²

Diante de tal circunstância, o êxito da política de contenção dependia cada vez mais que a Europa Ocidental desenvolvesse suas próprias capacidades de resiliência, tanto econômica, quanto militar.

Era preciso alguma forma de integração defensiva europeia, que canalizasse os recursos da Grã-Bretanha, França, Países Baixos e Itália, ou o rearmamento da Alemanha ou alguma combinação das

⁴⁹ Nesse sentido comenta Simms: “Em agosto de 1949, a União Soviética detonou a sua primeira bomba atômica e embora seu arsenal se houvesse de manter durante muitos anos marcadamente inferior ao dos Estados Unidos, o espectro da chantagem pelo monopólio nuclear americano tinha sido banido. Ao mesmo tempo, os russos- que até recentemente tinham olhado o resto do mundo como uma distração inconveniente das questões europeias-procuraram exercer uma pressão global sobre os Estados Unidos a fim de forçar os americanos a afrouxarem o seu domínio sobre a Europa, e especialmente sobre a Alemanha. Em março de 1949, com a derrota em Berlim a perfilar-se no horizonte, Estaline concordou finalmente em fornecer ao líder da Coreia do Norte, Kim Il-Sung, grandes quantidades de armamento moderno. Nesse mesmo ano, Mao triunfou finalmente na Guerra Civil Chinesa, que já durava muitos anos, e obrigou o seu rival, Chiang, a procurar refúgio na Ilha de Formosa (Taiwan). O seu desejo de restaurar a posição global da China - e vingar assim um século de ‘humilhação’ às mãos de potências estrangeiras-foi uma forçar motriz crucial para os comunistas”. (SIMMS, Brendan. *Europa; a luta por supremacia*. Trad. Miguel Freitas de Costa. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 485).

⁵⁰ BRZEZINSKI, *Game plan*; a geostrategic framework for the conduct of the US-Soviet contest, *cit.*, 1986, p. 45.

⁵¹ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945*, *cit.*, p. 21.

⁵² OLIVEIRA, Amaury Porto de. A questão alemã desgasta a Pax Americana. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alemanha*; visões brasileiras. Brasília: IPRI/ FUNAG, 2000, p. 15.

duas abordagens. [...] A preferência de Washington era clara. Só uma Europa política e militarmente unida — ou, pelo menos, um esforço concertado europeu ocidental — podia mobilizar as energias económicas, morais e militares necessárias para deter Estaline e aliviar o fardo dos americanos.⁵³

Por isso, Washington procurou reabilitar (militar e diplomaticamente) a República Federal da Alemanha, fomentando, para tanto, a recomposição — diga-se, controlada — de suas forças de defesa (contra as expectativas dos franceses, e para espanto dos soviéticos).⁵⁴ Concomitantemente, aos desígnios estratégicos norte-americanos, era necessário coesionar seus parceiros euro-atlânticos a fim de fortalecer sua recuperação económica e social. Esta última medida seria importante também para impedir qualquer eventual ressurgimento da ameaça alemã; algo que os americanos jamais deixaram de recluir.⁵⁵ Desse modo, os Estados Unidos passaram a pressionar por um processo de integração da Europa.

Para tanto, Washington atribuiu à França o papel de condutor desse processo — na visão dos americanos, “Paris era a chave para que fossem alcançados os objetivos da política para Alemanha”.⁵⁶ Ciente de seu peso nos assuntos continentais, o governo francês sentiu a necessidade de se adaptar às mudanças de rumos na cena internacional. Àquela altura, a República Francesa já havia desistido de suas intenções de manter o território alemão como mera zona de ocupação dos Aliados; isto é, fragmentada, desindustrializada e destituída do

⁵³ SIMMS, *Europa*; a luta por supremacia, *cit.*, p. 487.

⁵⁴ Na verdade, a partir de 1950, os americanos passaram a exigir a contribuição militar de Bonn na construção do sistema de defesa euro-atlântico; isso era preliminar condição para que Washington assumisse maiores compromissos com a proteção da Europa Ocidental. Cf. BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945*, *cit.*, p. 21.

⁵⁵ Havia uma espécie de ambivalência na abordagem que os Estados Unidos adotaram no pós-guerra em sua relação com as duas principais potências do antigo Eixo, Alemanha e Japão, que pode ser interpretada como um *jogo de dupla contenção*. Isso porque “Os americanos não podiam, contudo, deixar de preocupar-se com a ameaça de um renascimento do militarismo alemão ou japonês, tendo assim de recorrer ao que os historiadores vieram a chamar a “dupla contenção”, isto é, ao mesmo tempo que Alemanha e Japão foram tomados como sócios menores na contenção do comunismo, cuidaram os EUA de encerrar cada um dos novos aliados numa teia de laços defensivos, políticos e econômicos”. (OLIVEIRA, Amaury Porto de. A questão alemã desgasta a Pax Americana, *cit.*, p. 15-16).

⁵⁶ MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 239.

controle sobre seus recursos estratégicos. Dado que a reabilitação da República Federal da Alemanha — pela qual Washington incessantemente trabalhava — figurava irreversível, Paris adaptou sua abordagem em relação à questão alemã.

A França teve de abandonar definitivamente a visão de um antigo Reich permanentemente subjugado e fragmentado; os objetivos da França seriam agora melhor servidos se tentasse exercer a sua influência sobre a criação de uma entidade política e econômica da Alemanha Ocidental e, em última análise, de um Estado da Alemanha Ocidental, o que seria o resultado previsível deste processo.⁵⁷

Por força das circunstâncias, foi necessário admitir o governo de Bonn como um ator no novo concerto europeu. Aliás, a própria evolução do quadro da Guerra Fria propiciou essa mudança de perspectiva — afinal “a profunda reviravolta na relação de ambas as superpotências, Estados Unidos e Rússia, fazia com que a Alemanha se tornasse um inimigo secundário para a França”, muito embora seguisse a inquietar Paris.⁵⁸ Para os franceses, conduzir o processo de unificação da Europa era algo especialmente interessante, uma vez que lhe permitia alcançar múltiplas ambições: recobrar algum nível de influência no mundo bipolar; conter o perigo soviético, conservando, no entanto, certa liberdade de ação frente ao poderio estadunidense; e administrar a recuperação da Alemanha de modo a inviabilizar quaisquer pretensões hegemônicas por parte de Bonn —por conseguinte, os franceses teriam “novas formas de conter o poderio alemão”,⁵⁹ mediante a integração europeia.

Em maio de 1950, o então Ministro dos Negócios Estrangeiro, Robert Schuman, veio esboçar uma proposta para a integração do espaço europeu. Através da chamada *Declaração Schuman*, ele apontava para a necessidade de selar a paz na Europa através da unidade, construindo gradativamente uma solidariedade de fato entre os países europeus.

⁵⁷ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945*, cit., p. 15 [tradução nossa]. No original: France had to abandon for good the vision of a permanently subdued and fragmented former Reich; France's objectives would now be better served by attempting to exert its influence over the creation of a West German political and economic entity, and ultimately a West German state, which would be the predictable outcome of this process”.

⁵⁸ MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. cit., p. 237.

⁵⁹ SIMMS, Brendan. Europa; a luta por supremacia, cit., p. 472.

Explicitou o chanceler que, no âmago de tal proposta, estava a tarefa histórica de operar a reconciliação entre Alemanha e França, pondo termo a séculos de antagonismo franco-alemão. Para isso, Schuman propunha congregar as produções de carvão e aço de ambos os países, a fim de prover-lhes uma base comum para seu desenvolvimento (e recuperação industrial). Aberta à participação das demais nações europeias, a intenção da iniciativa era levar a fusão econômica dos mercados a um tal ponto que uma confrontação entre alemães e franceses se tornaria não só impensável, como impossível. Na visão dele, ao se dar esse primeiro passo, pavimentar-se-ia o caminho para a construção de uma “federação europeia”.⁶⁰

A proposta do governo francês era particularmente atraente para o então chanceler alemão Konrad Adenauer, do partido democrata-cristão (CDU). À frente do governo de Bonn desde a organização da República Federal da Alemanha, Adenauer empreendeu uma política externa centrada na busca de inserção pacífica de seu país na dinâmica europeia e transatlântica, uma vinculação ao Ocidente (*Westbindung*).⁶¹ Por óbvio, como líder de um país militarmente ocupado, Adenauer não dispunha de outras opções senão cooperar com as potências ocupantes, sobretudo França e Estados Unidos. Para ele, os “espaços de ação autônoma só poderiam ser conquistados pela cessão voluntária de elementos de soberania e pelo alinhamento às estruturas de poder”.⁶² Seu intuito era ampliar gradativamente o nível de autonomia da Alemanha Ocidental, à medida que as desconfianças de Paris e de Washington fossem se dissipando. Ademais, ciente do papel estratégico que sua posição geográfica lhe conferia no âmago da contação, Bonn passou a explorar isso para barganhar

⁶⁰ Em termos objetivos, Schuman propunha delegar a um Alta Autoridade a coordenação do setor de carvão e aço. O órgão teria como objetivo a modernização da produção e a melhoria de sua qualidade; o abastecimento dos mercados dos países aderentes em padrões idênticos; e o desenvolvimento de exportação comum para outros países. Além disso, Schuman propunha o fim de barreiras alfandegárias para o setor em tela. Cf. SCHUMAN, Robert. *Declaração Schuman* [09.05. 1950]. Disponível em https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_pt. Acesso em: 24 de Janeiro, 2024.

⁶¹ CÂMARA, Marcelo. *A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel*, cit., p. 41.

⁶² CÂMARA, *A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel*, cit., p. 42,

novas concessões por parte dos Estados Unidos e da Aliança Atlântica. Afinal, a lógica da contenção:

[...] atribuía à República Federal, situada na linha de cisão da Guerra Fria papel especial na estratégia ocidental de oposição à União Soviética. A luta contra o inimigo ideológico apresentava, outrossim, razões para que Bonn pleiteasse a reconstrução de suas forças armadas e sua participação, em condições isonômicas, nos círculos decisórios ocidentais.⁶³

Abandonando de vez os postulados da *Geopolitik* alemã, a República de Bonn buscou promover uma representação *européizante* da identidade nacional alemã, aderindo à ideia de uma *Alemanha europeia*.⁶⁴

Com isso, “‘Europa’ [...] passaria a assumir a função de um sucedâneo, um substitutivo ou conceito ampliado de nação para a República Federal”.⁶⁵

Fruto da convergência entre franceses e alemães, a Europa integrada concebida por Schuman ganharia forma com a assinatura do Tratado de Paris, em 1951, que criou a então Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Além da República Federal da Alemanha e da República Francesa, entre os signatários do Tratado estavam o Reino dos Países Baixos, a República Italiana, o Reino da Bélgica e o Grão-Ducado de Luxemburgo. Inaugurou-se, assim, uma proposta de integração europeia de orientação continental, tendo

⁶³ CÂMARA, *A política externa alemã na República de Berlim*. de Gerhard Schröder a Angela Merkel, *cit.*, p. 52.

⁶⁴ “Enquanto a *Geopolitik* apontava que a identidade europeia apropriada estaria localizada apenas na Alemanha e em oposição às outras potências europeias, a narrativa da Guerra Fria e a narrativa sobre a identidade alemã no momento de unificação enfatizam a associação e a internalização da identidade ocidental e europeia na Alemanha. De certo modo, o ‘fluxo’ de identidade é revertido. Enquanto a *Geopolitik* procurava criar um espaço europeu a partir da ‘essência’ da Alemanha, a narrativa da *Bonner Republik* construiu uma Alemanha europeizada que absorveu os valores e as normas civilizacionais da Europa” (BEHNKE, Andreas. O tema que não ousa falar o nome; geopolitik, geopolítica e a política externa alemã desde a unificação. In: GUZZINI, Stefano (org.). *O retorno da geopolítica na Europa?: mecanismos sociais e crises de identidade de política externa*. Trad. Bárbara V. de Carvalho Motta. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 222).

⁶⁵ CÂMARA, *A política externa alemã na República de Berlim*. de Gerhard Schröder a Angela Merkel, *cit.*, p. 51.

como polo condutor o entendimento franco-alemão.⁶⁶ De tal entendimento, emergiu um projeto de *unidade econômica para a paz*:

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), o primeiro estágio de integração da UE, tentou privar seus primeiros seis estados membros [...] dos meios necessários para irem à guerra, unindo seus mercados de carvão e aço. [...] a ideia era integrar os recursos necessários para a fabricação de armamentos em uma estrutura que impedisse seu uso para fins militares e promovesse a cooperação entre as elites e a coexistência pacífica das nações europeias.⁶⁷

Em acréscimo, subjacente a esse projeto, estava um pacto energético e industrial; isto é, a constituição de uma moldura institucional coletiva que assegurasse aos países parceiros um amplo abastecimento de recursos energéticos vitais ao florescimento econômico do continente (carvão), bem como prover as condições para produção de bens industriais de base (aço).⁶⁸

Mesmo com a ampla adesão ao plano de Schuman, as pressões estadunidenses não cessaram. Washington passou a exigir contrapartidas mais expressivas de seus parceiros

⁶⁶ Pode-se dizer que o caráter continental do projeto europeu inaugurado em 1951 difere-o daquele que estava sendo gestado no âmbito da OTAN. Na visão de Oliveira, “A OTAN [...] sempre pretendeu ser mais do que uma aliança militar”. Isso porque, subjacente à fundação da Organização, estava também o propósito de promover um certa ideia de unidade europeia, orientada desde o Atlântico, cujo pedra angular seria a própria OTAN. Tal propósito foi explicitada no Tratado de Washington: “Artigo 2.º As Partes contribuirão para o desenvolvimento das relações internacionais pacíficas e amigáveis mediante o revigoramento das suas livres instituições, melhor compreensão dos princípios sobre que se fundam e o desenvolvimento das condições próprias para assegurar a estabilidade e o bem-estar. As Partes esforçar-se-ão por eliminar qualquer oposição entre as respectivas políticas económicas internacionais e encorajarão a colaboração económica entre cada uma delas e qualquer das outras ou entre todas”. Dessa forma, no começo da Guerra Fria, tomaram forma duas propostas diferentes para a união da Europa, uma continental e outra atlantista. Ambas se desenvolveram paralelamente e foram vistas por muitos como complementares. Com o tempo, porém, ficariam evidentes os contrastantes pendores (sobretudo estratégicos) que as animavam (OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A questão alemã desgasta a Pax Americana*, *cit.*, p. 92/ OTAN. *Tratado do Atlântico Norte* [1949], art. 2).º

⁶⁷ COSTA, Oliveira. *A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 30-31).

⁶⁸ Nesse sentido, a diáde “energia-indústria” encontra-se na base da contemporânea unidade europeia, sendo aspecto ainda sensível à coesão da Europa integrada. As propostas de transição energética que hoje procuram remodelar o espaço europeu não podem negligenciar esse fato. Caso contrário, poderão prejudicar o próprio futuro do projeto de integração.

europeus em troca de uma participação mais no esquema defensivo da Europa Ocidental. Era um contexto em que a própria natureza da ajuda americana à Europa se alterava

O plano Marshall terminou em 1951; certamente tinha dado frutos, mas outra forma de ajuda dos EUA estava agora tomando seu lugar. Porque a guerra na Coreia não só levou à militarização da estratégia de contenção, mas também à militarização da ajuda dos EUA à Europa Ocidental, cujo rearmamento os Estados Unidos estavam agora a assumir, em grande medida, através do Ato de Segurança Mútua. No entanto, a assistência militar dos EUA veio com ainda mais restrições do que a ajuda do plano Marshall; no duplo contexto da organização da defesa da Europa no quadro da NATO e da intensificação da guerra na Indochina, os Estados Unidos procuraram influenciar as escolhas das nações europeias em matéria de armamento e estratégia.⁶⁹

Em paralelo, a avidez com que os americanos continuavam a perseguir o rearmamento alemão preocupava imensamente Paris. Para além de seus receios quanto ao ressurgimento de uma hegemonia alemã, os franceses também temiam que a remilitarização da Alemanha Ocidental provocasse respostas agressivas da União Soviética — a qual era contundentemente contrária a essa iniciativa. Ademais, isso também representava um desafio ao projeto europeu tal qual concebido originalmente pelos franceses; uma vez que o Plano Schuman “visava evitar a remilitarização da Alemanha, evitando que o país, a nível nacional, controlasse a base industrial necessária para qualquer potencial rearmamento”.⁷⁰

Nesse contexto, as lideranças da República Francesa tentaram aplicar a tal matéria a mesma abordagem que usaram no setor de carvão e aço. Por sugestão de Jean Monnet, o então presidente do Conselho de Ministro francês, René Pleven, propôs o lançamento de um mecanismo de defesa coletiva exclusivamente europeu — a Comunidade Europeia de

⁶⁹ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945*, cit., p. 25 [tradução nossa]. No original: “The Marshall plan ended in 1951; it had certainly borne fruit, but another form of US aid was now taking its place. For the war in Korea had not only led to the militarization of the strategy of containment, but also to the militarization of US aid to western Europe, whose rearmament the United States was now to a large extent taking charge of through the Mutual Security Act. Yet US military assistance came with still more strings attached than Marshall plan aid; against the dual background of the organization of the defence of Europe within the NATO framework and of the intensification of the war in Indochina, the United States sought to influence the choices of European nations regarding weaponry and strategy”.

⁷⁰ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945*, cit., p. 21.

Defesa. No âmbito dessa Comunidade, seria organizado um exército supranacional europeu, cujos efetivos seriam providos pelos seus Estados integrantes. Com isso, Paris almejava apaziguar a Administração Truman, ao mesmo tempo que buscava colocar o reaparelhamento do poder militar alemão sob o controle de uma estrutura comunitária — sobre a qual os franceses poderiam influir mais diretamente.⁷¹ A “Europa” era uma resposta francesa à questão alemã. Após alguma resistência, o governo dos EUA foi convencido pelo general Dwight Eisenhower, então comandante supremo da OTAN, da pertinência da iniciativa.⁷² Assim, em 1952, um novo tratado foi assinado em Paris pelos mesmos signatários da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. A integração europeia parecia avançar para o campo da segurança. A proposta, no entanto, foi rejeitada pela Assembleia Nacional Francesa, em 1954. O viés federalista a partir do qual o governo da França tentava — por inspiração de seus quadros burocráticos, Monnet e, em alguma medida, Schuman — encampar a integração não encontrava grande adesão do elemento político-popular, representado no Parlamento. Paradoxalmente, a fórmula de uma Europa integrada com órgãos dotados de poderes supranacionais despertava desconfiança nas elites do mesmo país que, no plano exterior, queria efetivá-la. Nesse sentido, apesar das lideranças francesas terem optado por uma reconciliação com a Alemanha, a opinião popular da França ainda não se via completamente livre dos receios de uma eventual reemergência do poderio militar alemão.⁷³ De forma concomitante, certas mudanças que ocorreram na cena internacional influíram para tornar a Comunidade de Defesa um tópico de divisão entre as elites de Paris.

A morte de Stalin, em Março de 1953, lavou a uma queda nas tensões Leste-Oeste, reduzindo a percepção de urgência do rearmamento alemão e minando assim a lógica da CED. Mais importante ainda, a atitude dos Estados Unidos falharia espetacularmente: com a chegada de Dwight D. Eisenhower à Casa Branca em Janeiro de 1953, a política dos EUA começou a parecer cada vez mais uma cruzada pela EDC; mas a pressão crescente de Washington apenas alimentou as dúvidas das classes políticas francesas, que começavam

⁷¹ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945*, cit., p. 22.

⁷² Eisenhower, a seu turno, fora persuadido a apoiar a Comunidade Europeia de Defesa pelo próprio Jean Monnet. Cf. MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. cit., p. 246.

⁷³ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945*, cit., p. 28.

a questionar até que ponto o projeto servia realmente o interesse nacional [...]⁷⁴

Pode-se dizer que, longe de traduzir uma exclusividade francesa, o naufrágio da Comunidade de Defesa preludiou uma contradição fundamental do processo de integração europeia: a incompatibilidade entre certos desígnios dos estamentos burocráticos europeus (ávidos por impulsionar a unidade do continente a todo custo) e as preferências político-populares dos cidadãos e de seus representantes.

A rejeição francesa à proposta de segurança comunitária de seu próprio governo era reflexo dos dilemas que sua política externa enfrentava. Por óbvio, o episódio fragilizava a posição da França como condutora da recuperação da Europa e de sua unificação; o que a forçava a se engajar mais ativamente no fórum transatlântico. Embora tivesse suas ressalvas quanto à estrutura da OTAN, era interessante a Paris que o armamento da Alemanha Ocidental fosse ali discutido — em vez de deixar que tal assunto fosse tratado exclusivamente entre Washington e Bonn, em âmbito bilateral.⁷⁵ Em concertação com o Reino Unido, a República Francesa propôs uma revisão do antigo Tratado de Amsterdã, para criar uma União da Europa Ocidental, de que também viriam a fazer parte Itália e Alemanha.

Enquanto os debates sobre a Comunidade Europeia de Defesa ainda estavam em curso, a União Soviética buscou meios para reverter a militarização da República Federal da Alemanha. Além de preocupar-se com o possível retorno do perigo alemão, Moscou via como impertinente a emergente estrutura defensiva euro-atlântica, no âmbito da qual os norte-americanos mantinham sua presença militar na Europa. Nessa perspectiva, Viatcheslav Molotov, então Ministro das Relações Exteriores da URSS, buscou costurar um entendimento junto aos governos americano, francês e britânico que alterasse o quadro

⁷⁴ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945, cit.*, p. 28-89 [tradução nossa]. No original: “The death of Stalin, in March 1953, heralded a drop in East-West tensions, reducing the perceived urgency of German rearmament and thus undermining the rationale for the EDC. More importantly, the attitude of the United States would misfire spectacularly: with the arrival of Dwight D. Eisenhower in the White House in January 1953, US policy began to look more and more like a crusade for the EDC; but Washington’s growing pressure merely fuelled the doubts of the French political classes, who were beginning to question the extent to which the project really served the national interest”.

⁷⁵ BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945, cit.*, p. 33.

que se desenhava no continente. Molotov propôs aos países da Europa Ocidental a construção de um Acordo Geral Europeu sobre a Segurança Coletiva na Europa. Nessa estrutura alternativa à OTAN, a participação dos Estados Unidos, embora não desejada, poderia ser admitida por Moscou como forma de dissipar os receios dos europeus ocidentais em relação ao que consideravam ser intenções hegemônicas dos soviéticos.⁷⁶ Com o eventual aceite do Acordo, além disso, a diplomacia soviética estaria disposta a pleitear o ingresso de seu país no próprio Pacto do Atlântico Norte — algo que fora cogitado por Stalin, em anos anteriores.⁷⁷ Conquanto esperassem esvaziar gradativamente a OTAN (e a Comunidade Europeia de Defesa), os soviéticos julgavam que, uma vez partícipes da aliança transatlântica, poderiam ingerir sobre sua configuração com vistas a reduzir os efetivos militares estadunidenses na Europa.

Por mais que a proposta de Molotov tenha sido concebida à luz dos interesses estratégicos de seu país, seu gesto não deixava de indicar que, naquela quadra da Guerra Fria, ainda interessava a Moscou manejar de forma menos conflituosa a reconfiguração do sistema de poder na Europa. Essa abordagem se revelaria infrutífera dado o não-aceite dos integrantes da aliança atlântica à proposta do Acordo Geral. Ademais, os antagonismos entre os eixos Leste e Oeste chegariam a um ponto crítico em meados daquela década. Com o ingresso oficial da República Federal da Alemanha à Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1955, já não seria mais possível apostar em qualquer iniciativa de conciliação.⁷⁸ Para Moscou, ficava evidente que a remilitarização da Alemanha e a edificação do sistema euro-atlântico estavam sendo conduzidas com propósitos agressivos aos seus interesses. Afinal, “com a admissão da Alemanha Ocidental, o Pacto Atlântico, que

⁷⁶ O próprio Molotov detalha os termos de tal proposta de acordo em memorando a Nikita Khrushchev e Geórgiy Malenkova, em 26 de março de 1954. Cf. MOLOTOV, Vyacheslav. Molotov's Proposal that the USSR Join NATO. *The Postil Magazine*, 2024. Disponível em: <https://www.thepostil.com/molotovs-proposal-that-the-ussr-join-nato/>. Acesso em: 14 de fevereiro, 2024.

⁷⁷ Cf. TIMOFEITCHEV, Aleksêi. Stálin considerou se juntar à OTAN após 2ª Guerra Mundial. *Russia Beyond*, 2023. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/79808-stalin-juntar-se-otan>. Acesso em: 14 de fevereiro, 2024.

⁷⁸ A adesão da Alemanha Ocidental à OTAN correspondeu, ao lado da admissão da Turquia e da Grécia (em 1952), ao primeiro movimento de expansão da aliança. Posteriormente, em 1982, a Espanha também se tornaria signatária do Tratado de Washington. Assim, a própria década de 1950 testemunhava o início da gradual marcha da Organização para o Leste, que seria retomada com ímpeto ao fim do século XX.

originalmente previa ações ‘no caso de retomada de política de agressão alemã’, passou a ter exclusivamente linha de ação antissoviética”.⁷⁹

A situação, portanto, exigia uma contra-resposta contundente. Naquele mesmo ano, a URSS celebraria junto aos Estados da Europa Oriental e Central uma outra aliança militar, a Organização do Tratado de Varsóvia (ou Pacto de Varsóvia, como ficaria mais conhecida), de que fariam parte: a República Popular da Polônia, a República Socialista da Romênia, a República Popular da Hungria, a República Socialista de Tchecoslováquia, a República Popular Socialista da Albânia e a República Democrática da Alemanha, além da própria URSS.

O advento de uma segunda aliança militar consagrava, assim, a fissura geopolítica da Europa pós-1945, bem como do próprio mundo. Como observado por Simms:

A partição foi o facto central do mundo pós-1945 [...] A própria Europa foi repartida entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) e o Pacto de Varsóvia. No coração do conflito, porém, estava a Alemanha dividida: um país dividido no meio de um continente dividido, no centro de um mundo dividido. A luta por esse espaço dominava a política internacional. Ambos os lados procuravam conquistar os alemães, ou pelo menos negá-los ao outro lado. Estavam também determinados a impedir a re-emergência do poderio alemão. Os projetos paralelos da NATO e da integração europeia foram concebidos com esse duplo propósito em mente; tal como a presença militar permanente dos Estados Unidos, fazendo de Washington garante do acordo europeu.⁸⁰

Por mais que o aprofundamento da bipolarização servisse como vetor de coesão da parceria transatlântica, as transformações da própria cena internacional provocariam atritos entre americanos e europeus. Especialmente, aos britânicos e franceses interessava conservar alguma forma de domínio sobre as possessões ultramarinas de seus antigos impérios coloniais — os quais se encontravam em franco desmantelamento desde o fim da

⁷⁹ CÂMARA, Marcelo. *A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 43-44.

⁸⁰ SIMMS, Brendan. Europa; a luta por supremacia, *cit.*, p. 456.

Segunda Guerra Mundial.⁸¹ Washington, por sua vez, recusava-se a oferecer apoios substantivos aos pleitos coloniais de seus parceiros europeus, a despeito das sucessivas demandas destes.

Foi no bojo das lutas coloniais que então se desenrolaram no chamado Terceiro Mundo que eclodiu a Crise de Suez. Em 1956, o general Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, e ícone do movimento pan-arabista, ordenou a nacionalização do Canal de Suez, no Mar Vermelho, o qual até hoje consiste em rota comercial marítima fundamental para o abastecimento da Europa. Como resposta, Paris e Londres, coordenadamente, instigaram o Estado de Israel a executar uma operação militar contra as forças egípcias. A ideia era que, quando instalado o conflito entre ambos os países, franceses e britânicos poderiam ali intervir militarmente, para “restaurar” a paz e retomar o controle sobre Suez. No entanto, Washington receava que o envolvimento de Paris e de Londres precipitasse a aproximação do Egito junto aos integrantes do Pacto de Varsóvia; e que, por conseguinte, abriria caminho para que Moscou projetasse influência sobre o mundo árabe. Em razão disso, o governo do então presidente Dwight Eisenhower exigiu que França e Reino Unido interrompessem suas ações.

Às demandas de Eisenhower, Paris e Londres se viram, igualmente, forçadas a ceder. No entanto, a inferência americana na política externa das duas potências levou a reações diferentes nos dois lados do Canal da Mancha. Se, por um lado, a atitude britânica reforçava sua posição de conformidade para com a atuação hegemônica dos Estados Unidos; por outro, o gesto francês veio acompanhado de um acrescido receio em relação aos americanos. Para a França, a antiga entente cordial franco-britânica — que, anos anteriores, enfrentara o nazismo — perdia sua pertinência estratégica; porquanto Londres, em nome de uma “amizade especial” anglo-saxã, deliberadamente se resignava a uma diplomacia subalternizada a Washington. Com isso, Paris foi levada a aumentar as apostas em sua

⁸¹ Pontua Simms: “A experiência da guerra, as suas persistentes ambições internacionais e o aperto financeiro do pós-guerra tiveram profundas implicações para os impérios coloniais europeus. Para os britânicos e para os franceses, manter as possessões ultramarinas e reafirmar o controle imperial sobre territórios ocupados pelo Eixo era essencial, não só para compensar os recursos que faltavam na Mãe Pátria como também a fim de aumentar o seu peso na cena europeia e mundial”. (SIMMS, Brendan. *Europa; a luta por supremacia*, *cit.*, p. 467).

parceria com os alemães. As alianças sofriam, assim, expressivas reconfigurações no novo concerto europeu. O motor franco-alemão, de fato, ganhava tração. Concomitantemente, a República Francesa reforçou sua determinação em desenvolver seu próprio programa nuclear, como forma de reduzir sua distância das superpotências.

Ambos os eventos, a crise de Suez e o rechaço à CED, condicionaram o contexto no qual os europeus deram o próximo passo de sua integração. O primeiro contribuiu por reforçar as confluências entre Paris e Bonn, as quais viabilizaram politicamente a execução de uma nova etapa do projeto europeu. Já o segundo concorreu para que se operasse uma reformulação conceitual da integração; ou, melhor, para que adotasse uma perspectiva mais restrita da unidade europeia. Diante da necessidade de evitar novas rejeições nas esferas nacionais, a ênfase do projeto, agora, passava a ser econômica. Nesse sentido, em 1957, os integrantes da comunidade minerária assinaram em Roma um tratado que estabelecia a criação de um mercado comum. Era, pois, criada a Comunidade Econômica Europeia, que sucederia a CECA.

Em vez de enveredar por uma abordagem setorial, como o fizera o Acordo de Paris, o Tratado de Roma albergaria um plexo mais abrangente de questões. Em termos políticos, porém, as ambições da nova estrutura comunitária eram mais tímidas. Circunscreviam-se à “política miúda”, na expressão de Middelhaar. Nessa esteira, o paradigma supranacional sofreu um nítido relaxamento, razão pela qual os governos nacionais conferiram a si meios formais para intervir na dinâmica comunitária.

Mesmo assim, ela cumpriria um papel importante ao, gradativamente, fortalecer a esfera política intermediária — que se colocava entre o plano nacional e o plano exterior-do projeto europeu. Disso resulta a coesão dos participantes da iniciativa de integração regional.

A chegada do general Charles de Gaulle ao comando da França, em 1958, imporia uma mudança de ritmo ao processo de integração, como também realçaria as diferenças conceituais subjacentes aos projetos para a Europa. O general empreendeu uma política externa centrada no revigoramento da grandeza — *la grandeur* — do Estado francês, o que, para ele, implicava desvencilhar seu país das amarras hegemônicas dos EUA. Em razão disso, durante seus anos como chefe de Estado, Paris colocou-se em rota de colisão com a

estrutura transatlântica de segurança, sobre a qual Washington detinha inequívoca primazia. Os atritos se desenrolam de tal modo que, em 1967, de Gaulle comunicaria ao governo americano sua decisão em retirar a França do quadro militar da OTAN.⁸² Nesse sentido, pode-se dizer que:

[...] a independência era a base imutável da política gaullista dentro da Aliança. Primeiro, a independência militar. Após o seu regresso ao poder, de Gaulle decidiu desligar a França do mecanismo de integração atlântica que [...] lhe pareceu totalmente incompatível com a soberania nacional. Em segundo lugar, a independência estratégica. Na sua opinião, as armas nucleares, garantes da própria existência da nação, não poderiam ser partilhadas, o que apenas reforçou a lógica da secessão da integração na NATO. Finalmente e acima de tudo, independência política. Em contraste com os seus antecessores, o objetivo de De Gaulle não era colocar a França em pé de igualdade com a Grã-Bretanha, como segundo violino em relação aos Estados Unidos; mas, na verdade, fazer com que os seus aliados reconhecessem sua estatura de potência mundial — um objetivo que ele considerou incompatível com a integração dentro da OTAN.⁸³

Mesmo com as polêmicas transatlânticas, Paris seguiria investindo na vertente europeia de sua política exterior. A orientação nacionalista de de Gaulle não o levaria a ignorar a pertinência estratégica da Europa integrada para suas ambições. Nada obstante, sob sua liderança, a França postularia uma abordagem alternativa de integração, a partir da qual o projeto europeu deveria ser concebido em termos de uma *Europa das pátrias*, isto é, em um esquema de cooperação no qual os limites e a soberania dos Estados-nacionais deveriam ser preservados. Nessa acepção, a dinâmica da coletividade europeia deveria

⁸² Por sua vez, a decisão implicou a remoção de todos os efetivos militares norte-americanos do território francês e, também, na transferência da sede da Organização de Paris para Bruxelas.

⁸³ BOZO, Frédéric. *Two strategies for Europe: De Gaulle, the United States, and the Atlantic Alliance*. Trad. Susan Emanuel. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001, p. xi [tradução nossa]. No original: “This was because independence was the immutable bedrock of Gaullist policy within the Alliance. First, military independence. After his return to power, de Gaulle decided to disengage France from the machinery of Atlantic integration which [...] appeared to him wholly incompatible with national sovereignty. Second, strategic independence. In his view, nuclear weapons, guarantor of the very existence of the nation, could not be shared, and this merely reinforced the logic of secession from NATO integration. Finally and above all, political independence. In contrast to his predecessors, de Gaulle's objective was not to place France on a par with Great Britain as second fiddle to the United States, but actually to make its allies recognize its status as a world power—a goal he judged incompatible with integration within NATO”.

seguir uma orientação intergovernamental. Com isso, suas desavenças com outros integrantes da Comunidade Econômica Europeia viriam a atingir seu ápice em 1965, quando Paris retiraria toda a sua representação do Conselho de Ministros. Em termos práticos, a ausência francesa interditou boa parte do processo decisório da estrutura comunitária, principiando, assim, a traumática *crise da cadeira vazia*. No entanto, o que parecia ser um ato de força terminou por fragilizar o general na cena pública nacional. Isso porque a postura do presidente junto à Comunidade suscitou reações de tal modo negativas no mundo agrícola francês — segmento generosamente contemplado pela Política Agrícola Comum, insaturada pelo Tratado de Roma — que viriam a prejudicar o desempenho do general em sua vitoriosa campanha de reeleição, naquele mesmo ano. Dessa forma, a França se viu forçada a retornar à mesa do Conselho. Em certo sentido, o episódio reiterou a força do concerto comunitário diante de ações isoladas de um Estado.

Nesse diapasão, a França buscou aprofundar sua concertação político-diplomática com Bonn. O crescente estreitamento dos laços entre de Gaulle e Adenauer foi selado com a assinatura do Tratado de Eliseu, em 1963, o qual conferiu às relações teuto-francesas o seu mais elevado nível de cooperação. Pode-se dizer que o gesto do líder francês em relação aos alemães, conjugado com sua postura crítica à hegemonia norte-americana, o postulado de uma espécie de *via carolíngia* para o projeto europeu.

De Gaulle tentou empreender uma mudança de rumos na Europa que não deixou de preocupar os americanos. A despeito de seu apoio ao movimento integração, Washington via que a acelerada unificação econômica do espaço europeu poderia ter implicações negativas aos seus interesses. De forma específica, a Europa integrada representaria a emergência de um pujante competidor econômico do outro lado do Atlântico. Por isso, já sob a administração John Kennedy, os Estados Unidos aprovaram medidas de proteção da sua economia contra a Comunidade Econômica Europeia. No comentário de Luiz Alberto Moniz Bandeira:

Evidente já se tornara, àquele tempo, que o Mercado Comum Europeu, dentro não de 12 ou 15 anos mas de apenas oito, converter-se-ia em completa união aduaneira e a ela Kennedy tentou

contrapor-se, ao assinar em outubro de 1961 o *Trade Expansion Act*, com o objetivo de proteger o comércio dos EUA e criar uma zona atlântica de livre comércio. Kennedy, que via a Alemanha e a França governadas por dois velhos, De Gaulle e Adenauer, subestimou, porém, o fato de que o Mercado Comum Europeu não constituía apenas uma união econômica, mas também uma união política.⁸⁴

Ao mesmo tempo, as investidas norte-americanas voltaram-se à obstaculização do prosseguimento de iniciativas comerciais teuto-soviéticas no setor de gás natural, que então tomavam forma.⁸⁵

A rivalidade entre as superpotências e a projeção inescapável dos norte-americanos na Europa Ocidental impunham profundos constrangimentos ao êxito de iniciativas autônomas europeias.

As condicionantes macro-políticas da Guerra Fria não permitiam maiores vias de ação aos europeus. O fim da década de 1960, porém, traria alterações importantes em tal quadro. Com a chegada de Richard Nixon à Casa Branca, os EUA passaram a perseguir junto à URSS um apaziguamento de sua competição. No bojo dessa política de distensão (*détente*) habilmente concebida pelo então Secretário de Estado, Henry Kissinger, os

⁸⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Política Exterior da Alemanha (1949-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alemanha; visões brasileiras*. Brasília: IPRI/ FUNAG, 2000, p. 129. Bandeira ainda acrescenta: “E a zona atlântica de livre comércio gerou fortes desconfiças tanto em Bonn quanto em Paris, pois Kennedy não só pretendia que os EUA conservassem o virtual monopólio das armas atômicas como mantivesse, em termos estritamente bilaterais, as conversações com Kruchev, embora elas envolvessem o destino de Berlim e da própria Alemanha dividida. Esta política, ao inquietar ainda mais Adenauer, do mesmo modo que De Gaulle, concorreu para os levar a promover o *rapprochement* entre a França e a RFA [...]” (BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Política Exterior da Alemanha (1949-1999), *cit.*, p. 129).

⁸⁵ Na virada da década de 1960, a República Federal da Alemanha dava início a um arranjo energético com os soviéticos que ficaria conhecido como “duto por gás” (*pipes for gas*). Em tal arranjo, os alemães se comprometeram a fornecer componentes para a construção do oleoduto de Druzhba, também conhecido como Oleoduto da Amizade, que ligaria o território da União Soviética ao Leste europeu — o que, por sua vez, abriria caminho para que o gás soviético pudesse abastecer o mercado da Alemanha Ocidental. No entanto, a Administração Kennedy, tremendo o crescente setor energético da URSS, impôs embargo (via OTAN) às exportações alemãs de dutos para o projeto de Moscou. Na década seguinte, no entanto, alemães e soviéticos conseguiram viabilizar outros empreendimentos nesse segmento (no bojo da chamada *Ostpolitik*, empreendida por Bonn); de modo que, 1973, a República Federal começaria a importar gás natural da União Soviética. Cf. SULLIVAN, Arthur. Russian gas in Germany: A 50 years-relationship. *DW*, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/en/russian-gas-in-germany-a-complicated-50-year-relationship/a-61057166>. Acesso em: 23 de Fevereiro, 2024.

americanos estabeleceram com os soviéticos tratados de controle de armas nucleares. Ao mesmo tempo, Washington buscou firmar relações diplomáticas com Pequim, passando a reconhecer diplomaticamente a República Popular da China. Desse modo, o antagonismo Leste e Oeste foi sendo aliviado.

Essa reconfiguração do quadro macro-político teve desdobramentos importantes para a Europa. Na República Federal Alemã, a chegada de Willy Brandt à chancelaria federal dava início ao primeiro ciclo de governos social-democratas do país — liderados por Brandt (1969-1974) e, posteriormente, por Helmut Schmidt (1974-1982). No bojo da *Détente*, os sociais-democratas propuseram uma política exterior enfaticamente voltada ao Leste (*Ostpolitik*), a partir da qual Bonn passaria a estreitar seus laços com os integrantes do Pacto de Varsóvia.⁸⁶ Sobretudo a partir da chancelaria de Schmidt, pode-se dizer que a *Ostpolitik* conferiu uma ampliação conceitual na noção alemã de segurança:

Antes da Ostpolitik, a segurança era vista na RFA em termos unidimensionais, estratégico- militares. Schmidt ampliou o rol das preocupações: a *détente* entre as superpotências, o entendimento entre as duas bandas da Alemanha, a garantia dos suprimentos energéticos e a estabilidade da moeda.⁸⁷

Com o tempo, isso foi possibilitando à Alemanha Ocidental uma atuação internacional mais assertiva.

Eventos traumáticos trariam à baila debilidades da arquitetura hegemônica norte-americana. A vexatória retirada de suas tropas do Vietnã, após décadas de um conflito infrutífero, não deixava de ser um emblema de fracasso nacional. Além disso, na tentativa

⁸⁶ Nessa esteira, tratados foram assinados com a União Soviética e Polônia pondo fim a litígios territoriais do pós-Segunda Guerra. Além disso, celebrou-se o reconhecimento diplomático entre as Alemanhas Ocidental e Oriental. “O acordo com Moscou forneceu a base para as outras negociações que arredondaram a Ostpolitik. Menos de quatro meses mais tarde era assinado em Varsóvia o Tratado RFA-Polônia, que repetiu o reconhecimento da linha Oder-Neisse por Bonn, embora sujeito a confirmação final por um tratado de paz. E em dezembro de 1973 foi assinado o tratado com a Tchecoslováquia [...]. O clímax da Ostpolitik ocorreu, porém, entre esses dois tratados, com a finalização em dezembro de 1972 e entrada em vigor em junho de 1973, do Tratado de Relações Básicas entre a RFA e a RDA. Satisfazia ele a todos os lados. A RDA viu formalizadas suas relações com a RFA, num contexto de reconhecimento da existência de dois Estados alemães. A URSS teve reforçada a aceitação da sua soberania sobre o Leste Europeu. A RFA pôde reconhecer a independência da RDA [...]”. (OLIVEIRA, A questão alemã desgasta a Pax Americana, *cit.*, p. 33-34).

⁸⁷ OLIVEIRA, A questão alemã desgasta a Pax Americana, *cit.*, p. 36.

de manejar um cenário econômico adverso, Nixon anunciou a saída dos EUA dos acordos de Bretton Woods, em 1971, quebrando a paridade do dólar com o ouro. Esse cenário viria a se agravar com o advento do primeiro choque do petróleo, em 1973. Por sua vez, o gesto unilateral de Washington despertaria nos europeus significativos receios concernentes ao futuro da estabilidade do sistema financeiro mundial. Isso os levou a direcionar sua parceria também à integração do sistema monetário regional — davam-se, assim, os primeiros passos para uma autonomia em relação ao dólar. Por óbvio, tal concertação foi fruto de uma renovada confluência franco-alemã:

A aproximação com a França parecia especialmente desejável diante do rompimento unilateral pelos EUA, em agosto de 1971, do compromisso assumido na Conferência de Bretton Woods de manter a conversibilidade do dólar em ouro. Essa decisão, tomada por Nixon em desespero pela crescente incapacidade dos EUA de financiarem, adequadamente, suas políticas militares e econômicas globais, dava aos europeus a oportunidade de criarem uma zona monetária própria, ou de alguma outra forma cuidarem dos seus interesses. Os europeus não se mostraram logo à altura do desafio, segundo alguns autores por falta de entendimento entre a França e a Alemanha. Foi preciso esperar a convergência das visões de Giscard d'Estaing e Schmidt para o estabelecimento, em 1977, do Sistema Monetário Europeu, que começou a funcionar em 1979 e por vários anos cumpriu sua função de estabilizador das relações cambiais intereuropéias.⁸⁸

O reposicionamento global do *hegemon de facto* da Europa Ocidental tanto estimulou os europeus a reforçarem sua integração, quanto ampliar sua liberdade de atuação no palco global.

Ao fim da década, quando o arranjo da distensão já dava fortes sinais de deterioração, a eclosão da Revolução Iraniana, em 1979, e a invasão soviética ao Afeganistão ampliaram as apreensões geoestratégicas de Washington. Para os americanos, ficava claro que além da Europa e do Leste Asiático, a região do Golfo Pérsico se tornava uma espécie de novo fronte da Guerra Fria.⁸⁹ Dada a pertinência da região para a política de contenção,

⁸⁸ OLIVEIRA, Amaury Porto de. A questão alemã desgasta a Pax Americana, *cit.*, p. 39.

⁸⁹ BRZEZINSKI, *Game plan*; a geostrategic framework for the conduct of the US-Soviet contest, *cit.*, p.49.

bem como para o abastecimento do mercado petrolífero global, os EUA procuraram reforçar sua presença naquele ponto do planeta.⁹⁰

Ao mesmo tempo, os americanos se engajaram para impedir a vitória de Moscou no conflito, oferecendo apoio à resistência afegã.⁹¹

Em tal quadro, as iniciativas de apaziguamento entre o Leste e Oeste rapidamente perderam força. Uma escalada na rivalidade entre as superpotências teria lugar na cena internacional com a chegada de Ronald Reagan à presidência dos EUA — o qual postulava o combate ao Império do mal (isto é, URSS) como prioridade de sua política externa. A percepção de que o país se encontrava em uma posição de fragilidade, levaria a Administração Reagan a se engajar em uma nova corrida armamentista, na esteira de sua Iniciativa Estratégica.

⁹⁰ Para Brzezinski: “Contudo, um sucesso soviético neste terceiro frente central daria automaticamente à União Soviética uma enorme vantagem na competição com os Estados Unidos nas outras duas frentes centrais. Isto continua a ser verdade, apesar do excesso de petróleo nos mercados mundiais em meados da década de 1980. Com 56% das reservas comprovadas de petróleo do mundo, os Estados do Golfo Pérsico continuarão a ser um interesse estratégico vital do Ocidente. Dada a dependência da Europa Ocidental e do Japão do petróleo do Oriente Médio, o domínio sobre esta região colocaria a União Soviética numa posição de chantagear tanto a Europa Ocidental como o Extremo Oriente para uma acomodação política em termos favoráveis a Moscou. [...] Em maior medida do que nas outras duas frentes, a terceira frente oferecia poucas possibilidades de defesa em profundidade e nenhuma posição de recuo. Se a ocupação soviética do Afeganistão se revelasse permanente, a desestabilização política do Paquistão ou do Irã se tornaria ainda mais fácil e as ambições de Moscou tão explicitamente declaradas no final de 1940 seriam concretizadas.” (BRZEZINSKI, *Game plan; a geostrategic framework for the conduct of the US-Soviet contest*, *cit.*, p.51) [tradução nossa]. No original: “A Soviet success on this third central front, however, would automatically give the Soviet Union enormous leverage in the competition with the United States on the other two central fronts. This is still true despite the oil glut on world markets in the mid-1980s. With 56 percent of the world's proven oil reserves, the Persian Gulf states will continue to be a vital strategic interest of the West. Given Western Europe's and Japan's dependence on Middle Eastern oil, domination over this region would place the Soviet Union in a position to blackmail both Western Europe and the Far East into a political accommodation on terms favorable to Moscow. [...] To a greater extent than on the other two fronts, the third front offered little possibility of defense in depth and no fallback positions. Should the Soviet occupation of Afghanistan prove to be permanent, the political destabilization of Pakistan or Iran would become all the easier, and Moscow's ambitions so explicitly stated in late 1940 would become fulfilled”.

⁹¹ Por sua vez, tal apoio teria dramáticos desdobramentos futuros para os EUA. Nas palavras de Diniz: “Foi exatamente no Afeganistão, com o apoio de dois Estados autoritários, a Arábia Saudita e o Paquistão, que Washington encorajou, durante a década de 70, a criação de brigadas islâmicas recrutadas no mundo árabe-muçulmano. Eram denominadas de *freedom fighters*, combatentes da liberdade! Nesta circunstância, todos sabemos, que a CIA contratou e formou o agora célebre Oussama Bin Laden”. (DINIZ, Arthur Almeida. Após 11 de setembro: os Estados Unidos hiperpotência e as origens da crise atual. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n.43, jul. / dez., p. 54-64, 2004, p.53).

A partir de então, o sistema bipolar entraria em sua fase derradeira. Mesmo com a nova fase de competição entre americanos e soviéticos, a República Federal da Alemanha e a República Democrática da Alemanha seguiram o estreitamento de seus laços. O governo do então chanceler Helmut Kohl (1982-1998) passou a concertar o processo de unificação do território alemão. Os integrantes da Comunidade Europeia comprometeram-se a um aprofundamento da integração com a assinatura do Ato Único Europeu, em 1986. A União Soviética, sob a direção de Mikhail Gorbachev, enfrentaria crescentes adversidades. Sua intervenção militar no Afeganistão levou a um desgastante e infrutífero conflito que viria a perdurar quase uma década. Somado a isso, a URSS caminhava para um processo de enfraquecimento.

Ciente da possibilidade de êxito da política de Kohl para a reunificação alemã, a França condicionou seu apoio ao fortalecimento da integração, e a criação de uma moeda comum. As duas Alemanhas são reunificadas com a anuência das duas superpotências, bem como da França e, profundamente relutante, Reino Unido.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e posterior dissolução da URSS, dois anos depois, concluía-se a Guerra Fria.

1. 2. A emergência da União Europeia: a Europa no pós-Guerra Fria

O término da Guerra Fria repercutiu em uma inequívoca reorganização da cena internacional. Uma vez desmantelada a superpotência soviética, os EUA tornavam-se o único detentor de um sistema imperial de alcance transcontinental, ou global.⁹² Esse momento unipolar permitiu às elites norte-americanas executarem uma agenda de

⁹² Os americanos usaram da própria Guerra Fria para expandir sua estrutura imperial. Segundo José Luís Fiori: “Com exceção de alguns momentos, na segunda metade do século XX, a União Soviética aventurou-se muito pouco, durante a Guerra Fria, fora de sua ‘zona de segurança’ imediata. [...] Pelo contrário, a estratégia de ‘contenção universal’ dos Estados Unidos permitiu uma implantação progressiva e global de suas forças militares, mesmo sem que tivesse havido uma nova Guerra Mundial. Ao se dissolver a União Soviética e terminar a Guerra Fria, os Estados Unidos tinham bases ou acordos militares em cerca de 130 dos 194 países existentes no mundo, e mantinham cerca de 300.000 soldados fora dos Estados Unidos, mantendo o controle militar de todos os oceanos e do próprio espaço. Uma ‘implantação militar’ de tipo imperial e que é quase global, só não incluindo diretamente, os territórios de China, Índia e Rússia”. (FIORI, José Luís. *O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites*. In: FIORI, José Luís(org.). *O Poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, p.87-88).

liberalização dos mercados internacionais e de financeirização de parte expressiva da economia mundial.

Porém, ficou claro aos estrategistas do país que, apesar de seu momento apoteótico, a hegemonia global norte-americana encontraria sérias dificuldades em conservar sua primazia geopolítica. No decurso dos anos, essa constatação seria ratificada pela profunda desorientação estratégica da política exterior norte-americana. Apesar de sua incontestável superioridade, os norte-americanos não conceberam uma consistente estratégia de conservação de suas estruturas imperiais. Em razão disso, no mundo pós-Guerra Fria, a própria atuação internacional dos EUA se converteria em um vetor de desestabilização da ordem geopolítica unipolar.⁹³

Conquanto desfeito o sistema bipolar, a ansiedade estratégica fundamental de Washington no espaço europeu manteve-se centrada na Federação Russa, Estado herdeiro da antiga URSS. Aos americanos interessava impedir qualquer eventual ressurgimento da potência euro-asiática russa. Por isso, não apenas optou pela preservação da estrutura militar transatlântica — no âmbito da qual mantinha sua presença militar na Europa —, como também conduziu uma política de expansão da OTAN rumo ao Leste, incorporando aos quadros da Organização os antigos integrantes do extinto Pacto de Varsóvia. Em paralelo, os Estados Unidos se engajaram a partir daquela década em uma ávida busca pelo controle de bens energéticos no antigo espaço soviético:

Washington considerava que o transporte do petróleo e gás através de dutos que passavam pelo território da Rússia tornava vulnerável o abastecimento dos mercados ocidentais. Daí que, para evitar possíveis problemas, porquanto a Rússia se afigurava o principal rival dos Estados Unidos, o domínio das reservas e das rotas de petróleo converteu-se em fundamental questão geopolítica e devia ser assegurado, mediante o controle dos países que antes integraram a União Soviética, com a instalação de regimes pró-Occidente.⁹⁴

⁹³Cf. ESCOBAR, Pepe. *Empire of Chaos; the Roving Eye collection* (vol. 1). Ann Arbor: Nible Books LLC, 2014.

⁹⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 92. Em outra passagem, o autor complementa: “A União Soviética esbarrondou-se, entre 1989 e 1991, quando perdeu o domínio não apenas sobre os Estados

Gradativamente, tal política levaria a um retorno de sua competição com Moscou.

Em linha com as mudanças de ventos na cena internacional, os europeus empreenderam um aprofundamento de sua experiência de integração regional. A reconfiguração do projeto europeu foi marcada pela assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, a partir do qual a antiga Comunidade Econômica Europeia deu lugar à União Europeia— o que sinalizou, claramente, um esforço de politização da Europa integrada. Nessa esteira, a adoção de uma moeda comunitária comum — prevista no âmbito de Maastricht, e concretizada com o euro — viria a conferir um sentido estratégico singular à União. Além disso, também no âmbito de Maastricht os europeus buscaram institucionalizar uma atuação exterior conjunta.⁹⁵

do Leste-Europeu como, também, sobre outras repúblicas que a integravam, inclusive as do Báltico e da Ásia Central, abrindo um *vacuum* político, que os Estados Unidos aproveitaram para ocupar. E uma consequência geopolítica, produzida pelo fim da Guerra Fria, foi acirrar a disputa em torno das imensas fontes de energia – gás e petróleo – existentes naquela parte do *heartland* euro-asiático. Com a independência das cinco repúblicas soviéticas da Ásia Central e a fraqueza dos novos Estados emergentes dos escombros da União Soviética, os Estados Unidos aproveitaram o *vacuum* e avançaram sobre a região. Expandiram a OTAN às fronteiras da Rússia, incorporando alguns Estados que antes pertenceram ao Bloco Socialista, impuseram sua preeminência nos Bálcãs, com o desmembramento da antiga Iugoslávia [...]” (MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2009, p. 11-12).

⁹⁵ Tal atuação, por sua vez, seria concebida com um viés profundamente universalista: “Artigo 21.1. A ação da União na cena internacional assenta nos princípios que presidiram à sua criação, desenvolvimento e alargamento, e que **é seu objetivo promover em todo o mundo: democracia, Estado de direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, respeito pela dignidade humana, princípios da igualdade e solidariedade e respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional**. A União procura desenvolver relações e constituir parcerias com os países terceiros e com as organizações internacionais, regionais ou mundiais que partilhem dos princípios enunciados no primeiro parágrafo. Promove soluções multilaterais para os problemas comuns, particularmente no âmbito das Nações Unidas. 2. A União define e prossegue políticas comuns e ações e diligência no sentido de assegurar um elevado grau de cooperação em todos os domínios das relações internacionais, a fim de: a) Salvaguardar os seus valores, interesses fundamentais, segurança, independência e integridade; b) Consolidar e apoiar a democracia, o Estado de direito, os direitos do Homem e os princípios do direito internacional; c) Preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional, em conformidade com os objetivos e os princípios da Carta das Nações Unidas, com os princípios da Ata Final de Helsínquia e com os objetivos da Carta de Paris, incluindo os respeitantes às fronteiras externas; d) Apoiar o desenvolvimento sustentável nos planos económico, social e ambiental dos países em desenvolvimento, tendo como principal objetivo erradicar a pobreza; e) **Incentivar a integração de todos os países na economia mundial, inclusivamente através da eliminação progressiva dos obstáculos ao comércio internacional**; f) Contribuir para o desenvolvimento de medidas internacionais para preservar e melhorar a qualidade do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais à escala mundial, a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável; g) Prestar assistência a populações, países e regiões confrontados com catástrofes naturais ou de origem humana; e h) Promover um sistema internacional baseado numa

Em consonância com os desígnios estadunidenses para a região, os membros da Europa integrada buscaram inserir os países então pertencentes à zona de influência soviética em sua organização comunitária. Para os europeus, especialmente para os alemães, a ampliação de ambas as estruturas (a OTAN e a União Europeia) parecia uma medida importante para a manutenção de alguma estabilidade política no vazio de poder que a desintegração da União Soviética legara à Europa Central e Oriental. Para Middelaar, mais do que cálculos econômicos, o que pesou na opção da União pelo alargamento foi “a noção de que *sua* segurança também dependia da estabilidade na metade oriental do continente. As guerras nos Balcãs demonstraram, a partir de 1991, que rivalidades nacionalistas ainda podiam agir tão destrutivas quanto antes de 1939”.⁹⁶

A incapacidade dos europeus em responder conjuntamente às crises de segurança que então eclodiam em seu entorno regional revelava as gritantes insuficiências da União para dar concretude a qualquer política externa e de segurança própria. Em matéria de segurança, a Europa integrada ainda se revelava dependente da OTAN — e, por conseguinte, da liderança dos Estados Unidos. Em especial, isso se verificou com os conflitos que tinham lugar nos Balcãs:

[...] o conflito nos Balcãs serviu tanto para expor como para catalisar a impotência europeia: primeiro, porque a dissolução da Iugoslávia levou a uma disputa séria (nomeadamente entre a França e a Alemanha) sobre o reconhecimento da Croácia e da Eslovênia e demonstrou os limites da coesão política na Europa; e segundo, porque as insuficiências militares dos europeus (liderados pelos franceses e britânicos) foram colocadas sob os holofotes pelo fracasso da operação da ONU na Bósnia.⁹⁷

cooperação multilateral reforçada e uma boa governação ao nível mundial” (EUROPEAN UNION. Tratado da União Europeia, 1992, Art. 21)

⁹⁶ MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. Trad. Ramon Alex Gerrits. São Paulo: Realizações, 2017, p. 324.

⁹⁷ BOZO, Frédéric. *Two strategies for Europe: De Gaulle, the United States, and the Atlantic Alliance*. Trad. Susan Emanuel. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001, p. 255 [tradução nossa]. No original: “[...]the conflict in the Balkans acted both to expose and to catalyze European powerlessness: first, because the breakup of Yugoslavia led to a serious dispute (notably between France and Germany) over recognition of Croatia and Slovenia and demonstrated the limits of political cohesion in Europe; and second, because the military insufficiencies of the Europeans (led by the French and British) were put under a spotlight by the failure of the UN operation in Bosnia”.

Com os conflitos assumindo proporções cada vez mais graves nos Bálcãs, a precária atuação europeia abriu caminho para que a OTAN orquestrar operações militares nos territórios da antiga Iugoslávia. Essa seria a primeira vez em que o mecanismo de segurança coletiva da Aliança Atlântica seria acionado desde sua fundação. Curiosamente, isso se deu em decorrência de agressões que não atingiram nenhum dos integrantes do Tratado de Washington — o que abriu caminho para que a Organização ampliasse futuramente as áreas do globo sobre as quais atuaria.⁹⁸ Nesse sentido, a OTAN realizou bombardeios na Bósnia e Herzegovina (em cumprimento das determinações do Conselho de Segurança das Nações Unidas). Posteriormente, uma outra campanha foi realizada na Sérvia, em que ataques aéreos foram desferidos contra Belgrado, a capital do país. Esta última campanha, porém, foi realizada sem qualquer respaldo do Conselho de Segurança. A partir da atuação militar da Aliança no contexto dos Bálcãs, as chamadas “intervenções humanitárias” passaram a figurar como um conceito legitimador do envolvimento da Organização em outros conflitos armados.⁹⁹

Apesar desse traumático evento, os europeus deram prosseguimento à reconfiguração de seu projeto de integração. Depois de Maastricht, outros acordos comunitários seriam assinados, na esteira do aprimoramento institucional da União Europeia. Em termos gerais, o Tratado de Amsterdã (1996) e o Tratado de Nice (2001) buscavam adequar a estrutura comunitária diante do alargamento de seus integrantes,

⁹⁸ “Logo no começo da década de 1990, em função dos conflitos nos Bálcãs, a OTAN declarou que a instabilidade na Europa Central afetava diretamente a segurança de seus membros. Foi então iniciada a primeira operação militar da OTAN fora do território dos países membros. O objetivo deste primeiro engajamento militar da OTAN na sua história era monitorar um embargo aéreo sobre o território da ex-Iugoslávia, atendendo a um pedido da Organização das Nações Unidas (ONU). É importante lembrar que esta ação não foi motivada por uma ameaça ou ataque real à OTAN por parte do Estado onde foi desenvolvida a ação militar. Ao contrário, a OTAN atuou neste conflito apenas como uma força de restabelecimento da paz, sem montar aliança alguma com uma parte no conflito. Esta foi apenas a primeira de uma série de atuações com e sem mandatos da ONU e, desde então, a OTAN expandiu sua área de interesse para além da Europa e passou a atuar também na África, no Oriente Médio e na Ásia”. BERTAZZO, Juliana. Atuação da OTAN no pós-Guerra Fria: implicações para a segurança internacional e para a ONU. *Contexto Internacional*, v. 32, n. 1, p. 91–119, jan. 2010, p. 93.

⁹⁹ Como comenta Simms: “O conceito de ‘intervenção humanitária’ ganhava agora uma ampla aceitação em ambos os lados do Atlântico, não apenas em ordem a aliviar os sofrimentos das populações, mas também para defender os valores dos quais dependia em última instância a segurança ocidental. A rigorosa separação entre interesse nacional e preocupações humanitárias, em que os realistas tinham insistido a respeito da Bósnia, já não era sustentável.” SIMMS, Brendan. *Europa; a luta por supremacia*, *cit.*, p. 588.

simplificando o processo decisório no Conselho, reforçando as atribuições do Parlamento Europeu e ampliando o próprio rol de competências da União.

O êxito com que eram adotadas essas propostas levariam os europeus a dar um passo mais ousado: a elaboração de um Tratado Constitucional para a União, o qual consagraria definitivamente a Europa integrada como unidade política supranacional. Um ano após a sua assinatura, em 2004, o Tratado seria rejeitado pela República Francesa e pelo Reino dos Países Baixos, em seus referendos nacionais. Diante desse duro revés, a ratificação do Tratado Constitucional foi interrompida, e o Conselho Europeu declarou um “período de reflexão” de dois anos sobre a matéria. A dimensão política do projeto europeu ainda tardaria para ser plenamente afirmada. Porém, o rechaçado Pacto Constitucional europeu teria a maior parte de suas disposições incorporadas em um outro. Em 2007, era assinado o Tratado de Lisboa, o qual foi posteriormente ratificado pelos integrantes da União. Embora mais tímido, o Tratado de Lisboa, em seu escopo geral, buscou dar ênfase à dimensão política do projeto europeu:

No Tratado de Lisboa (2007), a distinção jurídica entre Comunidade e União foi abolida. A Comunidade desapareceu, sobrou a União. As instituições permaneceram as mesmas, com a diferença de que o Conselho Europeu de líderes de governo agora tomaria as decisões normativas em todas as áreas de atuação. Ao mesmo tempo, o consórcio dos líderes nacionais decidiu se dotar de um presidente fixo, por causa da representatividade no exterior. Essa figura faz com que a União Europeia seja politicamente um único corpo. Foi a ruidosamente comentada contrapartida de uma reviravolta jurídica silenciosa que se passava em outra parte do tratado: “A União Europeia tem personalidade jurídica”.¹⁰⁰

No curso dos anos 2000, o sistema de poder unipolar seria sofrer um violento abalo com a crise de segurança que sobreveio aos Estados Unidos ocasionada pelos atentados terroristas ao *World Trade Center* (Nova Iorque), em 11 de setembro de 2001. Como resposta, a administração do então presidente George W. Bush (2001-2009) deflagrou uma guerra global contra o terrorismo (*war on terror*). Os Estados Unidos mobilizaram a nível mundial sua vertiginosa máquina de guerra contra um inimigo peculiar.

¹⁰⁰ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 322.

Tratava-se não de um Estado, de uma aliança militar ou tão pouco de uma superpotência, mas de organizações paramilitares infiltradas nos mais diversos pontos do planeta. Era uma ameaça esparsa, imprecisa e, verdadeiramente, “glocal”.¹⁰¹ Na esteira dessa campanha, Washington operou um reposicionamento geoestratégico, ampliando sua presença militar no Oriente Médio e na Ásia Central. Por conseguinte, uma nova dinâmica foi imposta à geopolítica mundial do pós-Guerra Fria.

Nesse sentido, uma intervenção militar no Afeganistão foi orquestrada, ainda em 2001, com amplo apoio internacional. O ponto de cumeada desse movimento, porém, foi em 2003, quando a Administração Bush executou uma invasão praticamente unilateral ao Iraque. Sob o pretexto de neutralizar artefatos bélicos de destruição em massa, as forças de ocupação estadunidenses destituíram o líder do país Saddam Hussein e desmantelaram a infraestrutura e a institucionalidade do Estado iraquiano.

[...] a Guerra do Iraque formulou uma proposta e fez uma ameaça direta às demais Grandes Potências, que são as maiores produtoras de armas de destruição de massas. Anunciou, de forma clara e inequívoca, que o objetivo último da nova doutrina dos ataques preventivos é impedir o aparecimento, em qualquer ponto, e por um tempo indefinido, de qualquer outra nação ou aliança de nações que rivalize com os Estados Unidos. Uma estratégia de "contenção", como a que foi sugerida por George Kennan e adotada pelos Estados Unidos com relação à União Soviética, depois de 1947, só que agora visando o exercício de um poder global que requer a contenção permanente e universal de todas as demais Grandes Potências[...] a Guerra do Iraque se propôs enviar uma só e mesma mensagem principal para todos os estados do sistema político

¹⁰¹ Por óbvio, um tal paradigma seria reflexo da própria globalização neoliberal, afetando de forma peculiar a segurança global. Como observa Arthur Diniz: “Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, terça-feira, em Nova York iniciam um novo ciclo histórico. Saímos de uma ordem internacional bem ou mal gerenciada para um sistema fluido, imprevisível, descontrolado, ameaçador e, para seguir a palavra da moda, globalizado. Não sabemos nem quando e nem onde seremos atacados. Em qual país, qual alvo, quais personalidades”. E ainda adiciona: “A violência foi mundializada. Conflitos, injustiça no lá longe batem à porta. Quem fala em política internacional fala em política local. A pobreza, a desigualdade, a repressão e a arrogância constituem problemas a serem resolvidos. Os estragos da mundialização neoliberal se fazem sentir tanto em Wall Street como nas aldeias da Ásia Central. Trata-se de problemas de segurança global” (DINIZ, Arthur Almeida. Direito internacional público em crise. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte n. 46, jan/jun, p.39-53, 2005, p.51; p.49).

mundial. Esta mensagem fala da disposição dos Estados Unidos de manter uma dianteira tecnológica e militar inquestionável com relação a todos os demais estados do sistema. Uma vez que os Estados Unidos se propõem arbitrar isoladamente a hora e o lugar em que seus adversários reais, potenciais ou imaginários devam ser "contidos", através da mudança de regimes e governos, através da "mão invisível dos mercados" ou da intervenção militar direta. Às vezes por motivos humanitários, às vezes com objetivos econômicos e às vezes com o objetivo puro e simples de reproduzir e expandir o poder americano.¹⁰²

Embora o terrorismo figurasse como uma ameaça também apara os europeus, os desdobramentos da campanha anti-terror suscitaram consideráveis perturbações na União Europeia. Em especial, os limites da solidariedade ao parceiro transatlântico tornaram-se um aspecto de divisão na temática da política externa. Dentro da Europa integrada, espanhóis e britânicos pleiteavam o engajamento europeu na campanha contra Bagdá; os franceses, por sua vez, eram contra. A decisão mais emblemática, porém, viria da República Federal da Alemanha, que, apesar de seus estreitos laços com os EUA, manifestou-se claramente contrária. Mais uma vez, as circunstâncias mostrariam a força do motor franco-alemão para dirigir os assuntos continentais. Graças às suas convergências, Paris e Berlim lograram resistir às pressões de Washington, afastando a Europa de qualquer envolvimento mais amplo na invasão ao Iraque — muito embora esse movimento não tenha sido suficiente para impedir certos atritos intra-comunitários.

Concomitantemente, a crise da parceria transatlântica suscitada pela questão do Iraque produziu uma articulação diplomática no mínimo curiosa entre Alemanha, França e Rússia. Os três Estados convergiam sobre a impertinência dos rumos que a guerra ao terror então tomava para a estabilidade do Oriente Médio e do mundo. Naquele momento, o núcleo franco-alemão viu em Moscou um parceiro que poderia contrabalançar a imensa influência dos EUA sobre os assuntos de segurança da Europa. Por sua vez, o gesto interessava também à Federação Russa, que, à época, encaminhava uma política externa de aproximação dos países da União Europeia. Para os russos, era importante não apenas

¹⁰² FIORI, O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites, *cit.*, p.99-100.

costurar um arranjo de segurança regional que levasse em conta seus interesses (algo que a política de expansão da OTAN ignorava completamente), mas também para aprofundar sua cooperação político-econômica com europeus — em linha com a construção de uma “Grande Europa Unida”, como o postulava o chefe de Estado russo anos antes em discurso no Bundestag

Ninguém põe em dúvida o grande valor das relações da Europa com os Estados Unidos. Sou apenas de opinião que a Europa reforçará de forma sólida e duradoura a sua reputação de centro forte e verdadeiramente independente da política mundial se conseguir reunir o seu próprio potencial e o da Rússia, incluindo os seus recursos humanos, territoriais e naturais e o seu potencial econômico, cultural e de defesa. Juntos já demos os primeiros passos nessa direção. Chegou o momento de pensar sobre o que deve ser feito para garantir que uma Europa unida e segura se torne o prenúncio de um mundo unido e seguro. Hoje devemos dizer de uma vez por todas: a Guerra Fria acabou! Entramos em uma nova etapa de desenvolvimento. Compreendemos que sem uma arquitetura de segurança moderna, sólida e sustentável nunca seremos capazes de criar uma atmosfera de confiança no continente, e sem essa atmosfera de confiança não poderá haver uma Grande Europa unida! Hoje devemos dizer que renunciamos aos nossos estereótipos e ambições e que doravante trabalharemos em conjunto pela segurança dos povos da Europa e do mundo como um todo.¹⁰³

Ainda que incipiente, a formação do eixo Paris-Berlim-Moscú em reação às ações unilaterais norte-americanas representava uma articulação estratégica que ameaçaria de modo incontornável às pretensões hegemônicas de Washington. Como argumenta Visentini:

¹⁰³ PUTIN, Vladimir. Speech in the Bundestag of the Federal Republic of Germany [25.09. 2001]. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21340>. Acesso em: 20 de Janeiro, 2024. No original “No one calls in question the great value of Europe's relations with the United States. I am just of the opinion that Europe will reinforce its reputation of a strong and truly independent center of world politics soundly and for a long time if it succeeds in bringing together its own potential and that of Russia, including its human, territorial and natural resources and its economic, cultural and defence potential. Together we have already taken the first steps in that direction. The time has now come to think about what should be done to make sure that a united and secure Europe becomes the harbinger of a united and secure world. [...] Today we must say once and for all: the Cold War is done with! We have entered a new stage of development. We understand that without a modern, sound and sustainable security architecture we will never be able to create an atmosphere of trust on the continent, and without that atmosphere of trust there can be no united Greater Europe! Today we must say that we renounce our stereotypes and ambitions and from now on will jointly work for the security of the people of Europe and the world as a whole”.

O problema é que o ritmo e a forma com que essa política está sendo desenvolvida têm produzido o resultado oposto. A autonomia da diplomacia francesa ressurgiu com força, a Alemanha surpreendeu ao opor-se a Washington pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, e a Rússia, considerada vencida, reapareceu na cena internacional, estabelecendo-se um eixo Paris-Berlim-Moscou, que representa exatamente o que os EUA desejariam evitar. Assim, a postura unilateral dos EUA frente a seus próprios aliados representa menos uma descortesia do que a tentativa de manter a subordinação dos mesmos. Exatamente por isso, está emergindo o eixo Paris-Berlim-Moscou (que implicitamente abarca Beijing e Tóquio), que representa o verdadeiro problema. Este já denominado “eixo da paz”, e não o “eixo do mal”, constitui o real desafio. [...] Assim, a intervenção norte-americana no Oriente Médio e na Ásia Central, iniciada com a invasão do Afeganistão, possui uma lógica geopolítica racional e clara: quebrar a chamada ponte eurásiana antes que ela se consolide.¹⁰⁴

Na década posterior, as ações norte-americanas executadas no âmbito da guerra ao terror seriam complementadas por um novo ciclo de intervenções militares no Oriente Médio e no Norte da África. Na esteira da Primavera Árabe, seriam orquestradas pela administração do então presidente Barack Obama (2009-2016) operações militares na Síria, Líbia e Iêmen, algumas das quais com envolvimento direto dos europeus.

A percepção de que a hegemonia norte-americana atravessava sua era de adversidade foi corroborada com a crise bancária de 2008, que nascera do estouro de uma bolha imobiliária. Fruto do vertiginoso processo de financeirização e de desregulamentação das atividades financeiras, a crise não só aprofundou as desigualdades socioeconômicas do país, mas afetou significativamente diversos pontos do globo. De certo modo, ela também explicitava as (até então subestimadas) fragilidades do setor financeiro dos Estados Unidos — e os riscos que elas representavam para economia global. Paralelamente, o episódio da crise colocou em evidência o fôlego que tomava o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, liderados sobretudo pela China. A partir de então, ficava evidente que novas forças, vindas do Sul Global, entravam em cena para redefinir os rumos da economia

¹⁰⁴ VISENTINI, Paulo. A guerra contra o Iraque, o “império” norte-americano e a crise sistêmica. *Revista de Estudos de Planejamento*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 7-20, jun. 2003, p.16-17.

internacional. Diante desse novo quadro, teria início a articulação do grupo dos BRICS (formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia, China e posteriormente acrescido da África do Sul).¹⁰⁵ Ampliava-se, assim, o rol dos atores na coordenação macroeconômica do mundo, com a criação do G20 também o explicitava.

Em face desse novo cenário, a Administração Obama (2009-2017) buscou resguardar a projeção geoeconômica norte-americana, especialmente diante da competição chinesa. Isso se deu, sobretudo, pela tentativa de criação de uma zona de livre comércio com a União Europeia, mediante a negociação do *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTPI), a qual teve início em 2013. Ademais, Washington tentou criar junto a outras onze nações uma zona especial de comércio no Pacífico, mediante o *Trans-Pacific Partnership* (TPP), acordo assinado em 2016.¹⁰⁶

Contudo, as transformações da cena internacional afluíram para exacerbar as profundas contradições do sistema hegemônico erguido por Washington. No âmbito interno, o descolamento entre as pretensões das elites dirigentes e as necessidades populares levou a eleição de Donald Trump em 2016 à presidência do país. A profunda adesão ao mote eleitoral Trump, *make America great again*, revelava-se sintomática da própria autopercepção dos americanos sobre a situação de declínio em que seu país se encontrava. De fato, uma espécie de síndrome de declínio do Império Romano há décadas se instalara de forma silente no imaginário estadunidense.¹⁰⁷ Dessa forma, a Administração Trump encaminhou uma política externa de inspiração nacionalista sob a alcunha de *American first*. No âmbito comercial, os EUA passaram a preconizar a adoção de políticas protecionistas como forma de revigorar a indústria nacional. Houve, assim, aumento de tarifas para importação de produtos oriundos da União Europeia e da China — o que precipitou uma guerra comercial com Pequim. Com efeito, era o início das disputas pela conectividade global; a politização dos mecanismos de globalização. Do de ponto de vista da segurança,

¹⁰⁵ Sobre o sentido geopolítico da formação dos BRICS, ver: CARMONA, Ronaldo. O retorno da geopolítica; a ascensão dos BRICS. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, Jul./Dez. 2014, p. 37-72.

¹⁰⁶ Além dos EUA, assinaram o acordo do TPP os seguintes Estados: Japão, Austrália, Brunei, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Vietnã, México, Malásia e Canadá.

¹⁰⁷ Cf. VISENTINI, Paulo Fagundes. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-“fim da história”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº16, mar. 2004, p.10.

os anos Trump produziram uma forte divisão no âmbito da OTAN entre os americanos e os europeus, dada as exigências de Washington por mais investimentos dos europeus na Aliança. As fissuras na parceira transatlântica pareciam de tal modo severas que o Pacto do Atlântico Norte se encontrava em “morte cerebral”; levando a Europa a se afastar dos americanos.

1. 3. A efetividade da União Europeia: a emergência da ordem multipolar

À medida que se adentra na terceira década do século XXI, o mundo envereda inequivocamente para a multipolaridade. Embora exacerbado pela recente sucessão de crises internacionais, trata-se de uma transição que vem se processando em um ritmo de longa duração. A dispersão de poder tem se mostrado uma tendência que, embora complexa e abrangente, possui uma expressão geograficamente localizada, com a transferência do centro gravitacional da economia global para a Ásia. Por sua vez, esse movimento sinaliza que a nova quadra histórica para a qual o mundo caminha tende a ser marcada por uma maior instabilidade geopolítica, dado que, no tabuleiro asiático, reúnem-se uma diversidade de potências que possuem interesses e herança civilizacionais profundamente distintos.¹⁰⁸

A Europa, porém, parece não ter discernido o sentido histórico da transição que está vigorosamente em curso. Tais circunstâncias exigem que a União Europeia e seus integrantes concebam uma estratégia de inserção internacional orientada ao Leste; adequando a sua visão para um mundo pós-ocidental, ou melhor dizendo, para um mundo pós-americano.

Ao fim do mandato de Donald Trump, o sistema imperial norte-americano encontrava-se fortemente convulsionado. Sua passagem pela presidência dos EUA marcando o fim da *free market agenda*, impôs uma dinâmica de competição estratégica pelos rumos da globalização. Com efeito, quando sobreveio a pandemia de COVID-19, em 2020, os institutos da globalização neoliberal foram colocados sob profundo estresse. Abriu-se

¹⁰⁸ Cf. BRZEZINSKI, *Strategic vision: America and the crisis of global power*, cit., p. 21; HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, cit., p.274-275.

caminho para que as chamadas cadeias valor de suprimentos fossem redesenhadas pelos imperativos de segurança dos Estados nacionais.

O câmbio do ciclo histórico na geopolítica mundial se mostraria irreversível, mesmo com a eleição de Joe Biden para a Casa Branca, em 2020. De fato, a invasão ao Capitólio norte-americano em 6 de janeiro de 2021, dias antes da posse do novo presidente, evidenciou (ainda mais) o caótico quadro interno do império estadunidense. Em termos gerais, a Administração Biden confirmaria alguma das mudanças centrais que os anos Trump operam na política externa do país. Nesse sentido, a centralidade da rivalidade com a China foi oficialmente reiterada, sendo Pequim declarada como a maior desafio à segurança nacional americana¹⁰⁹ — fazendo a República Popular da China figurar, pois, como o principal rival estratégico dos EUA.

Com isso, a ameaça terrorista passou a pesar menos nas preocupações securitárias de Washington, algo que também já estava sendo sinalizado pelo governo anterior.¹¹⁰ Nessa esteira, Biden realizou uma apressada retirada das tropas norte-americanas do Afeganistão, depois de 20 anos de ocupação militar do país. Embora por meio de uma operação desastrosamente executada, a saída dos EUA do território afegão guardava um significado de enorme relevo: era o fim do paradigma da guerra ao terror.

¹⁰⁹ Muita embora a Rússia tenha um inafastável destaque nas Estratégia de Segurança Nacional da Administração Biden, é a crescente projeção de Pequim sobre o globo que representa o grande desafio geopolítico dos norte-americanos. Isso porque o Estado chinês seria o único *player* que reuniria tanto a vontade quanto os recursos necessários para prover uma expressiva alteração na ordem internacional. Afinal: “A República Popular da China, pelo contrário, é o único competidor com a intenção de remodelar a ordem internacional e, cada vez mais, o poder econômico, diplomático, militar e tecnológico para promover esse objetivo.” ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *National Security Strategy [2022]*, p. 8 [tradução nossa]. No original: The PRC [Popular Republic of China], by contrast, is the only competitor with both the intent to reshape the international order and, increasingly, the economic, diplomatic, military, and technological power to advance that objective.”

¹¹⁰ Isso foi explicitado na Estratégia de Segurança Nacional da Administração Trump, segundo a qual: “Hoje, estamos emergindo de um período de atrofia estratégica, conscientes de que a nossa vantagem militar competitiva tem vindo a diminuir. Enfrentamos uma crescente desordem global, caracterizada pelo declínio da ordem internacional baseada em regras de longa data – criando um ambiente de segurança mais complexo e volátil do que qualquer outro que tenhamos vivido na memória recente. **A competição estratégica interestatal, e não o terrorismo, é agora a principal preocupação na segurança nacional dos EUA**”. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *National Security Strategy [2018]*, p. 1.

Paralelamente, a Federação Russa passou a figurar como um incontestado competidor geopolítico contra a ordem unipolar. No decurso do presente século, Moscou confirmaria o seu ressurgimento diplomático-militar no palco dos assuntos internacionais. Com a intervenção de suas forças militantes no conflito da Síria, que se mostrou decisiva para a contenção da ameaça do Estado Islâmico (e para a impedir a desintegração do Estado sírio), a Rússia evidenciou sua capacidade e pretensão de operar em regiões distantes de seu território. Para Fiori:

Em 1991, depois do fim da Guerra Fria, não houve um Acordo de Paz que estabelecesse as perdas da URSS e definisse claramente as regras da nova ordem mundial, imposta pelos vitoriosos, como havia acontecido no fim da Primeira e da Segunda guerras mundiais. Mas as potências ocidentais se auto convenceram da vitória de sua "ordem liberal" na economia e no campo das relações internacionais. A URSS não foi atacada, seu exército não foi destruído e seus governantes não foram punidos, mas, na década de 1990, os Estados Unidos e as demais potências ocidentais patrocinaram ativamente o desmembramento do território russo. Apesar disso, a Rússia manteve seu arsenal atômico e, depois do ano de 2001, [...] o governo russo centralizou seu poder interno, seu Estado e sua economia. Retomou seu caminho de volta à condição de grande potência, a partir de sua primeira intervenção militar na Guerra da Geórgia, em 2008 e, sobretudo, depois de sua intervenção vitoriosa na Guerra da Síria, feita de forma autônoma, mas ao lado da "cruzada ocidental" e da causa comum contra o Estado Islâmico. Naquele momento, de um só golpe, a Rússia se solidarizou e desmoralizou a coalizão euro-americana e sua ambiguidade na Guerra da Síria.¹¹¹

A derrubada do governo pró-Moscou de Viktor Yanukovych, em 2014, após uma série de manifestações, radicalizou as profundas divisões político-culturais da Ucrânia. O evento desencadeou uma vaga de violentos e sistemáticos ataques contra as populações russo-falantes da região do Donbass, ao Leste do país — de onde, por sinal, Yanukovych era oriundo. Tais ataques foram principalmente capitaneados por facções ultranacionalistas (de claros pendores nazi-fascistas), como o *Privy Sector* e o Batalhão de Azov, os quais contaram com a complacência, se não com o apoio, dos governos que então viriam se instalar em Kiev. O franco suporte do governo norte-americano a mais um processo de

¹¹¹ FIORI, José Luís. A transformação mundial e a implosão europeia (III). In: FIORI, José Luís. *A síndrome de Babel e a disputa do poder global* (org.). Petrópolis: Vozes, 2020, p.32.

regime change na Ucrânia levou Moscou a precaver-se contra as consequências da desestabilização desse pivô geoestratégico. Dessa forma, a Federação Russa realizou uma intervenção militar na península da Crimeia — cuja população era majoritariamente russa — anexando-a ao seu território. O movimento, contudo, não foi aceito pelos americanos e europeus, os quais, como represália à ação russa, impuseram sanções econômicas a Moscou. De certo modo, tais atritos levaram a uma reorientação da política externa do presidente Vladimir Putin. Dadas as restrições econômicas impostas pelo Atlântico Norte, a Rússia passaria a conferir maior centralidade ao seu engajamento junto a atores euro-asiáticos; em detrimento das relações com a União Europeia. “A Grande Europa Unida” daria lugar à proposta de uma “Grande Eurásia”.¹¹² Em termos práticos, essa guinada euroasiana que então se incisiva expressou-se em um estreitamento de laços da Federação Russa com a República Popular da China.¹¹³ Outrora promissor, o eixo Paris-Berlim-Moscou foi sendo desarticulado. Mesmo assim, os desgastes suscitados pela crise ucraniana não desencorajaram Berlim de seguir desenvolvendo sua cooperação energética com o Estado russo, visto que seria nesse mesmo contexto que seria anunciada a construção do Nord Stream 2.

A crise iniciada em 2014 na Ucrânia permaneceria em aberto. Com o fracasso *de facto* dos Acordos de Minsk, o conflito étnico-político na região de Donbas foi assumindo novos contornos. A OTAN recusava-se a construir um acordo com Moscou sobre a neutralidade da Ucrânia.¹¹⁴ Diante disso, em fevereiro de 2022, a Federação Russa deflagrou sua “operação militar especial” em território ucraniano, pretextando a liberação das populações russo-falantes contra o nazismo ucraniano.

A resposta europeia à eclosão do conflito não poderia ter sido mais estrategicamente equivocada. Desde o início das confrontações bélicas, a União Europeia e seus membros despenderam dezenas de bilhões de euros em apoio à infrutífera resistência ucraniana.

¹¹² Cf. TRENIN, Dimitri. *From Greater Europe to Greater Eurasia?* The Sino-Russian entente. Moscow: Carnegie Moscow Center, 2015.

¹¹³ LUKIN, Alexander. *China and Russia; the new rapprochement*. Medford: Polity, 2018, p. 191.

¹¹⁴ FEDERAÇÃO RUSSA. Agreement on measures to ensure the security of The Russian Federation and member States of the North Atlantic Treaty Organization [draft] [2021]. Disponível em: <https://mid.ru/ru/folicy/rso/nato/>. Acesso em: 15 de Janeiro, 2024.

Paralelamente, a tentativas de produzir uma *débâcle* econômica na Rússia mediante a adoção, em coordenação com os americanos, de um impressionante número de sanções revelou-se fracassada. A resiliência do Estado russo foi de tal modo consistente que as fortes restrições impostas à sua economia não a impediram de registrar significativas taxas de crescimento. Além disso, ao optarem por sancionar o gás e o petróleo russos, os europeus privaram-se de uma preciosa fonte energética da qual dependem profundamente — e para a qual não encontrarão fornecedores alternativos a médio prazo. Com efeito, a Europa integrada experimenta uma forte insegurança energética, que tem impactado negativamente o desempenho da (cada vez mais debilitada) indústria alemã. Como coração econômico do projeto europeu, uma Alemanha debilitada ameaça a coesão e coordenação da União Europeia.¹¹⁵ A condução da Europa pode estar migrando para o eixo Washington-Londres-Varsóvia.¹¹⁶

As retaliações do mundo euro-americano contra a Federação Russa, bem como a crescente animosidade dos ditos ocidentais em relação à China, corroboraram para que Moscou e Pequim adensassem seu *rapprochement*. Ao firmarem sua *parceria sem limites*, Rússia e China reiteraram o caráter estratégico de sua cooperação, no qual, pode-se dizer, repousa o pilar geoestratégico do mundo multipolar.¹¹⁷ Conjugados, a recusa do Sul Global em aderir ao processo de isolamento da Rússia, a profunda fragilização das capacidades militares ucranianas e a afirmação geopolítica dos BRICS, decorrente do seu processo de expansão iniciado em 2023, formam um quadro internacional favorável a Moscou.¹¹⁸

Além disso, a destruição do Nord Stream 2 representou a ruptura das concertações estratégicas dos europeus com o mundo russo. De certo modo, essa aproximação da União

¹¹⁵ BAAB, Patrik. European Suicide: The Economic War against Russia. *The Postil Magazine*, 2024. Disponível em: <https://www.thepostil.com/european-suicide-the-economic-war-against-russia/>. Acesso em: 14 de fevereiro, 2024.

¹¹⁶ Cf. TODD, Emmanuel. A Terceira Guerra Mundial começou. *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625841-a-terceira-guerra-mundial-comecou-entrevista-com-emmanuel-todd>. Acesso em: 12 de janeiro, 2024.

¹¹⁷ Sobre o amadurecimento da parceria russo-chinesa, ver: FEDERAÇÃO RUSSA. *Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development*, 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 14 de Setembro, 2023.

¹¹⁸ Cf. FIORI, José Luís. A vitória estratégica da Rússia, em 2023. *A Terra é redonda*, 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-vitoria-estrategica-da-russia-em-2023/>. Acesso em: 12 de fevereiro, 2024.

Europeia com a Rússia sofreria crescentes resistências internas a partir de seu próprio movimento de alagamento. Com a incorporação dos países bálticos e, sobretudo, da Polônia, inseriu-se no seio da União um bloco de países profundamente russo-fóbicos. A reconfiguração da balança de poder no seio da União em favor do Leste europeu, principalmente pelo acréscimo de influência de Varsóvia sobre a dinâmica comunitária, faria da Rússia um ponto de divisão entre os membros da Europa integrada. Divisão essa a qual Washington buscou explorar, especialmente diante do fracasso de seus esforços em inviabilizar os projetos do Nord Stream 2.

Dessa forma, o mundo multipolar que se desenha revela-se complexo e instável. A efetividade da União Europeia, como uma comunidade política autônoma e internacionalmente relevante, depende de uma atuação internacional lastreada em uma adequada compreensão dos novos rumos da geopolítica mundial.

II. O DESPERTAR GEOPOLÍTICO DA EUROPA: A QUESTÃO POR AUTONOMIA ESTRATÉGICA

*Não existe e nunca existirá soberania europeia porque não existe povo europeu.*¹¹⁹

MARINE LE PEN

Como buscamos ressaltar no capítulo anterior, a crise sistêmica que afeta a estrutura de poder norte-americana trouxe influxos tais ao ordenamento do mundo que imprimiu uma nova dinâmica às placas tectônicas da geopolítica global, acelerando seus choques e cisões. Por força dessas transformações, bem como pelos próprios impasses internos da Europa integrada, os europeus foram, sobretudo a partir da última década do presente século, reiteradamente expostos às fragilidades de seu projeto de integração. Sob as pressões de uma quadra histórica mais adversa — atravessada por crises migratória, econômica e securitária — o espectro da desintegração ou do desmantelamento da União Europeia passou a pairar como nunca sobre as mentes de seus líderes. Ao mesmo tempo, porém, isso não deixou de produzir efeitos pertinentes ao desenvolvimento histórico europeu.

Para Luuk van Middelaar, deparar-se com a precariedade (e mesmo a transitoriedade) dos seus próprios arranjos institucionais tem levado a coletividade europeia a um caminho de maturação de sua consciência político-estratégica. Afinal, o imperativo de domar as contingências — ou, ao menos, de impedir que elas a dominem — principia um *momento maquiaveliano* na autocompreensão de uma comunidade.¹²⁰ No âmbito europeu, em particular, isso se traduz na aberta afirmação do caráter político do projeto.

¹¹⁹ Cf. LE PEN, Marine. Il n'y a pas et il n'y aura jamais de souveraineté européenne parce qu'il n'y a pas de peuple européen. *Le Figaro TV*, 2022. Disponível em: <https://video.lefigaro.fr/figaro/video/marine-le-pen-il-ny-a-pas-et-il-ny-aura-jamais-de-souverainete-europeenne-parce-quil-ny-a-pas-de-peuple-europeen/>. Acesso em: 24 fevereiro, 2024.

¹²⁰ Cf. POCOCK, John. *The Machiavellian Moment: Florentine political thought and the atlantic republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

Essa afirmação, por sua vez, encontra uma orientação para o plano exterior, onde o assédio de outros atores internacionais — sobretudo das grandes potências, novas e velhas — impõe constrangimentos à liberdade de ação do mundo europeu.¹²¹ É nessa esteira que se inscreve a busca europeia por autonomia estratégica. Ela consiste em uma expressão desse movimento de afirmação do caráter político da União Europeia em face de vontades (potencialmente) agressivas à sua.

Nada obstante, subjacentes ao debate sobre os sentidos da autonomia, estão questões relativas à natureza e ao propósito do projeto europeu. Em outras palavras, qualquer conteúdo que se pretenda conferir à noção de autonomia está, de algum modo, conectado a certa concepção de Europa; especialmente, sobre os rumos de seu desenvolvimento histórico. Nessa esteira, embora os termos “soberania estratégica”, “soberania europeia”, “autonomia estratégica” sejam empregados de formas variadas (tanto por lideranças da União, quanto por pesquisadores) para designar aparentemente um mesmo imperativo — o de deter as capacidades necessárias para autodeterminar-se — não se pode ignorar que cada uma dessas designações evoca ênfases conceituais distintas; as quais, longe de serem triviais, revelam as ambivalências da Europa integrada.

2. 1 Autonomia ou soberania? O desenvolvimento de um conceito

Soberania é uma ideia que encontra sua origem nos ramos da filosofia ocidental concernentes ao poder e, principalmente, ao Estado. Foi o teólogo e filósofo Jean Bodin quem introduziu a problemática da soberania — pelo menos, tal qual a modernidade viria a conceber — no pensamento ocidental.¹²² Pode-se dizer que, para ele, o poder soberano

¹²¹ Isso porque há uma conflituosidade inerente às relações interestatais. Como argumenta Raymond Aron: “Toda política internacional importa um choque constante de vontades, por estar constituída por relações entre Estados soberanos, que pretendem determinar livremente sua conduta. Enquanto essas unidades não estão sujeitas a leis ou a um árbitro, elas são rivais, pois cada uma é afetada pela ação das outras, e suspeita inevitavelmente das suas intenções. Mas esta contraposição de vontades não desencadeia necessariamente a competição militar, real ou potencial. O intercâmbio entre unidades políticas nem sempre é belicoso; seu relacionamento pacífico é influenciado pelas realizações militares, passadas ou futuras, mas não é determinado por elas”. (ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 102).

¹²² Para um estudo mais aprofundado sobre o pensamento de Jean Bodin, ver: BARROS, Alberto Ribeiro de. Soberania e República em Jean Bodin. *Discurso*, USP, São Paulo, v. 39, n. 39, p. 59–84, 2009; LENZ, Sylvia. Jean Bodin e função humanista do Estado moderno. *Dimensões*, UFES, Vitória, v.15, p.335-354, 2003.

consiste no atributo definidor de um Estado (ou, nos seus termos, de uma República). Em Bodin, a soberania confere uma tal unidade aos diferentes segmentos de uma coletividade que os converte em efetivos partícipes de um todo, especificamente, de um corpo político. Nesse sentido, ela corresponde ao

[...] verdadeiro fundamento e pivô sobre o qual gira o estado de uma cidade, e do qual dependem todos os magistrados, leis e decretos, e que é a única união e conexão de famílias, órgãos e faculdades, e de todos os indivíduos em um corpo perfeito da República.¹²³

Depreende-se, por conseguinte, que, ao se configurar como Estado, a vida coletiva já não mais se define como amálgama dissociado e disforme dos entes particulares, quer individuais ou comunitários, que a compõem. Como já dito, o poder soberano é o que torna o Estado o que ele é. Por isso, a soberania é, em certo sentido, um poder integrador do corpo político para o qual ela se volta. Na visão de Bodin: “a República sem poder soberano, que une todos os membros e partes [dela], e todas as famílias e colégios em um só corpo, não é mais República”.¹²⁴

A relação entre unidade e poder soberano também apareceria de forma contemporânea. Para Hermann Heller, por exemplo, a estatalidade se manifesta como um “centro real e unitário de ação, que existe na multiplicidade de centros de ação reais e autônomos”.¹²⁵ No entanto, postula o teórico do Estado, o ente estatal se distingue das demais unidades de ação por seu poder soberano

O Estado diferencia-se de todos os outros grupos territoriais de dominação por seu caráter de unidade soberana de ação e decisão. O Estado está acima de todas as demais unidades de poder que existem no seu território pelo fato de poderem os órgãos estatais “capacitados” reclamar, com êxito normal, a aplicação, a eles

¹²³ BODIN, Jean. *Les six livres de la République*. Paris: Librairie générale française, 1993, p. 51 [tradução nossa]. No original: “[Ce] qui est le vrai fondement, et le pivot, sur lequel tourne l'état d'une cité, et de laquelle dépendent tous les magistrats, lois, et ordonnances, et qui est la seule union, et liaison des familles, corps, et collèges, et de tous les particuliers en un corps parfait de République [...]”.

¹²⁴ BODIN, *Les six livres de la République*, p. 68 [tradução nossa]. No original: “[...] la République sans puissance souveraine, qui unit tous les membres et parties [de celle-ci], et tous les ménages, et collèges en un corps, n'est plus République”.

¹²⁵ HELLER, Hermann. *Teoria do Estado*. Trad. Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1999, p. 274.

exclusivamente reservada, o poder físico coativo, e também porque estão em condições de executar as suas decisões, dando-se o caso, perante.¹²⁶

Heller pontua que o poder do Estado não é necessariamente coativo, mas envolve também dimensões de convencimento. Na verdade, o Estado atua desde uma *comunidade de vontade e de valores*, a qual ele procura conservar e ampliar — promovendo uma unificação volitiva entre os múltiplos centros de ação que atuam em seu território.¹²⁷

No entanto, essa comunidade em que se lastreia aquela unidade real de ação soberana efetiva-se em contextos onde operam acentuadas confluências histórico-culturais; as quais, por sua vez, encontram na ideia nação sua mais arrojada expressão. Afinal, como elucidada Miguel Reale

Devido ao fato inegável da Nação constituir uma realidade, o grau mais alto de integração social até hoje alcançado pela convivência humana, e ao fato não menos importante de que a Nação já contém em esboço ou em forma latente a personalidade estatal, que só se torna completa mediante o ordenamento jurídico, é que se costuma dizer que a Nação é titular da soberania. O termo “titular” neste caso não é empregado em sua acepção técnica, mas para indicar a sede, a fonte originária do poder estatal.¹²⁸

¹²⁶ HELLER, *Teoria do Estado*, cit., p. 281. Na mesma esteira, argumenta Paulo Bonavides: “A soberania assim entendida como soberania interna fixa a noção de predomínio que o ordenamento estatal exerce num certo território e numa determinada população sobre os demais ordenamentos sociais. Aparece então o Estado como portador de uma vontade suprema e soberana — a suprema potestas — que deflui de seu papel privilegiado de ordenamento político monopolizador da coação incondicionada na sociedade. Estado ou poder estatal e soberania assim concebidos, debaixo desse pressuposto, coincidem amplamente. **Onde houver Estado haverá, pois, soberania**” [grifo nosso]. (BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros Editores, 2011, p. 133).

¹²⁷ “O Estado, assim como qualquer outra organização, tem que manter, dilatar e reproduzir de maneira permanente uma comunidade de vontade e valores que virá servir-lhe de fundamento, o que realizará de modo imediato valendo-se de instituições de toda espécie e principalmente pela influência exercida no ensinamento e na formação da opinião pública. Por ser necessário para a sua própria conservação, o Estado vê-se forçado a promover renovadamente um sistema de unificações mediatas de vontades”(HELLER, *Teoria do Estado*, cit., p. 279). Além disso, é possível dizer que, para o teórico do Estado, a formação dessa comunidade de vontades consiste em um processo histórico, a partir do qual se amadurece nos sujeitos uma “consciência de nós”. “A unificação volitiva, em virtude da qual nasce no indivíduo a vontade eficaz para o coletivo, produz-se, sobretudo, como um processo de ordenação e acomodação dentro de cada indivíduo, que se vê pressionado em cada momento pela conveniência social e em quem a educação de numerosas gerações gerou o estado habitual de uma consciência de nós mais ou menos clara e firme”. (HELLER, *Teoria do Estado*, cit., p. 279).

¹²⁸ REALE, *Teoria do direito e do Estado*, cit., p. 135.

Dada a própria complexidade do fenômeno estatal, não se pode apreender a soberania por uma perspectiva unidimensional.¹²⁹ Desde as reflexões de Reale, pode-se dizer que o poder soberano se manifesta, ao menos, tridimensionalmente, nas dimensões histórico-social, técnico-jurídica e ético-política:

a) Soberania é o poder que possui uma sociedade historicamente integralizada como Nação de se constituir em Estado independente, pode-se como pessoa jurídica (é a apreciação genética ou histórico-social da soberania). b) Soberania é o poder de uma Nação juridicamente constituída, é o poder da pessoa jurídica estatal na forma do ordenamento jurídico objetivo que se concretiza como expressão do máximo grau de positividade (é a apreciação técnico-jurídica). c) Soberania é o meio indispensável à realização do bem comum em toda convivência nacional (é a expressão ético-política).¹³⁰

Importa reconhecer, como o também o faz Reale, que há certa dinamicidade inerente à afirmação do poder soberano.¹³¹ É possível dizer que esse caráter dinâmico se evidencia mais nitidamente quando a estatalidade se coloca em face de outras ordens políticas, estabelecendo com elas um jogo de forças. Nesse sentido, embora a soberania implique também “independência total no domínio internacional”, como o coloca José Alfredo de Oliveira Baracho, ela pode também experimentar retrações e ampliações em seu nível de concreção, conforme o câmbio nas correlações de poder entre os atores da cena

¹²⁹ É em face dessa complexidade que a Teoria do Estado se volta a problemáticas multifacetadas. Nas lições de Miguel Reale: “Além do mais, a Teoria do Estado cuida de problemas múltiplos, realiza uma análise dos vários ordenamentos jurídicos positivos para alcançar as uniformidades da positividade da ordem estatal segundo os diferentes graus de evolução histórica; estuda o Estado material e formalmente, tanto em seu aspecto sociológico e econômico quanto no momento em que a realidade social é vista como “realidade” jurídica, em sua estrutura formal e em função normativa; dedica especial atenção aos fins da consciência que mais diretamente se ligam à instituição do Estado, examinando esses fins — não in abstracto — mas in concreto, segundo condições objetivas de lugar e tempo. (REALE, *Teoria do direito e do Estado*, cit., p. 128).

¹³⁰ REALE, *Teoria do direito e do Estado*, cit., p. 140.

¹³¹ Na visão de Reale, a soberania consiste em um *processo incessante*: “Cada forma histórica do Estado Moderno é uma pausa no processo incessante da soberania — o que quer dizer das aspirações coletivas — gravitando constantemente no sentido de uma satisfação cada vez mais completa de interesses e aspirações, tendendo indefinidamente a realizar o tipo ideal da Democracia pura que é aquela na qual a sociedade se realiza como ordem jurídica, com perfeita correspondência entre o sistema dos processos sociais e o sistemas das normas jurídicas, com funcionalidade cada vez mais acentuada entre o poder e a regra jurídica, a soberania e a positividade do Direito (REALE, *Teoria do direito e do Estado*, cit., p. 137).

exterior.¹³² O domínio tecnológico, por exemplo, incide diretamente sobre tais correlações; afetando a configuração soberania, como argumenta Roberto Romano:

Mas nenhuma ordem histórica ou etnológica permite ignorar a tecnologia e o seu máximo resultado, o instrumento estatal que reúne sociedades. A politécnica engendra a soberania e novas soberanias, conforme a sua expansão ou retração no jogo entre diferentes sociedades. [...] A soberania dos Estados garante às sociedades a sobrevivência no espaço e no tempo. Ela é co-essencial à vida coletiva das modernas reuniões humanas. Os países que dominam as técnicas de ponta possuem mais formas de vencer o tempo e o espaço, o que resulta numa soberania mais ampla e profunda, mais garantida.¹³³

Não há dúvida que o conceito de autonomia perseguido pela União Europeia e seus integrantes guarda uma comunhão semântica com a ideia de soberania.

Afinal, o poder soberano é a expressão máxima de autonomia que uma comunidade política pode alcançar a fim de garantir sua autodeterminação. Nessa esteira, pode-se dizer que a soberania corresponde a um fim; e a autonomia, a seu turno, a um meio ou um caminho para alcançá-la.¹³⁴ Deter capacidades autônomas é aspecto imprescindível ao poder soberano:

Como sugere a etimologia grega da palavra, autonomia significa a capacidade do eu — *autos* — de viver conforme as suas leis — *nomos*. Assim, a autonomia, comparada com a soberania, é uma condição e não um conjunto de atributos, embora uma entidade com os

¹³² Discorrendo sobre a concepção de soberania, comenta Baracho: “Compreende, de conformidade com essa teoria, a independência total no domínio internacional. Entendem que o principal atributo da Soberania é a legislação. A lei é considerada como a maneira de comando do soberano, é por ela que a Soberania se faz conhecer. Entendida de conformidade com a legislação positiva, o soberano, tecnicamente, é *legibus solutus*. O poder não é arbitrário e sem freios, pois estaria contrariando a Soberania como poder “legal”(BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Soberania. In: HORTA, José Luiz Borges. *Direito e política*: ensaios selecionados. Florianópolis: Conpendi, 2015, p. 98).

¹³³ ROMANO, Roberto. Soberania, segredo, Estado democrático. In: *Política Externa*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 15-28, 2004, p. 22.

¹³⁴ Nas palavras de Maxime Lefebvre: “Autonomia estratégica está para a soberania como meios estão para os fins.”(LEFEBVRE, Maxime. Europe as a power, European sovereignty, strategic autonomy: a debate that is moving towards an assertive Europe. Fondation Robert Schuman, 2021). Disponível em: <https://www.robert-schuman.eu/en/european-issues/0582-europe-as-a-power-european-sovereignty>. Acesso em: 20 de Agosto, 2021) [tradução nossa].. No original: “Strategic autonomy is to sovereignty what means are to end.”

atributos da soberania seja presumivelmente capaz de assegurar a sua própria autonomia. Em outras palavras, a autonomia é um pré-requisito da soberania.¹³⁵

Além disso, tal qual a soberania, pode-se dizer que a noção de autonomia possui certa dinamicidade. Em termos específicos, autonomia “não é um conceito binário, mas sim uma questão de grau, um espectro de escolhas que vai da total dependência à plena autossuficiência”.¹³⁶ Por conseguinte, a busca por autonomia implica o fortalecimento de capacidades.

Nesse sentido, aqueles que optam por proclamar uma “soberania europeia” — fazendo-o não como mera retórica vazia, mas como chave dotada de alguma coerência conceitual — buscam apresentar a Europa e sua União como um (potencial) corpo político dotado de unidade de vontade, valores e ação. Em outras palavras, “A ‘soberania’ exprime a aspiração da União de encarnar uma identidade política partilhada na cena mundial e de reforçar o seu poder”.¹³⁷

Essa perspectiva, a seu turno, desperta acentuadas suspeitas, desconfianças e oposições dentro da própria Europa. Por isso, o termo autonomia estratégica figura como uma alternativa mais aceitável para alguns europeus. Na busca por autonomia, importa que ele congregue em torno de si as capacidades dos múltiplos Estados da União, para “produzir poder comum”.

A ideia de autonomia, por outro lado, distancia-se da semântica ativa que a soberania evoca; sem, contudo, desfazer a correlação que existe entre essas duas noções.

¹³⁵ TOCCI, Nathalie. *European Strategic Autonomy: What It Is, Why We Need It, How to Achieve It*. Roma: Istituto Affari Internazionali, 2021, p. 8 [tradução nossa]. No original: “As the Greek etymology of the word suggests, autonomy means the ability of the self — autos to live by its laws — nomos. Thus autonomy, compared to sovereignty, is a condition rather than a set of attributes, although an entity with the attributes of sovereignty is presumably able to ensure its own autonomy. In other words, autonomy is a prerequisite of sovereignty”.

¹³⁶ ANALYSES AND RESEARCH TEAM. *Strategic autonomy, strategic choices* [issue paper]. Brussels: Council of the European Union, 2021, p. 9 [tradução nossa]. No original: “[autonomy] is not a binary concept, but rather a matter of degree, a spectrum of choices ranging from full dependence to full self-sufficiency”.

¹³⁷ LEFEBVRE, *Europe as a power, European sovereignty, strategic autonomy*: a debate that is moving towards an assertive Europe, cit., [tradução nossa]. No original: “Sovereignty” expresses the Union's aspiration to embody a shared political identity on the world stage and to strengthen its power”.

Embora o termo possa parecer mais tecnocrático e menos ambicioso, sua expressa dimensão estratégica apela diretamente ao universo da alta política.¹³⁸

[...] nós entendemos a autonomia estratégica como a capacidade de definir as próprias prioridades e tomar as próprias decisões em questões de política externa e de segurança, juntamente com os meios institucionais, políticos e materiais para as levar a cabo — em cooperação com terceiros, ou se necessário, sozinho. Uma forte autonomia estratégica significa ser capaz de definir, modificar e fazer cumprir regras internacionais, em vez de obedecer (de má vontade) a regras estabelecidas por outros. O oposto da autonomia estratégica é ser um tomador de regras sujeito a decisões estratégicas tomadas por outros: Estados Unidos, China ou Rússia.¹³⁹

Nesse sentido, pode-se dizer que a autonomia estratégica consiste em uma espécie de transposição da ideia de soberania — oriunda das águas do pensamento ocidental — ao contexto da União Europeia como ente político. É uma fórmula que traduz, dentro dos limites e possibilidade da atual fase histórica do projeto europeu, a aspiração da Europa por alguma autodeterminação geopolítica. Conquanto restrita, a perseguição de tal desígnio pode fazer germinar uma nova etapa de desenvolvimento da União Europeia. Afinal, para

¹³⁸ É o que se pode depreender, por exemplo, da visão de Lefebvre: “Contudo, o adjetivo ‘estratégico’ aumenta a sua importância. O estrategista na Grécia antiga era o general que comandava o exército. Estratégico é aquilo que diz respeito a operações militares de grande escala (em oposição a táticas), às relações internacionais de poder e, por extensão, a todos os assuntos ou decisões cuja importância os distingue dos assuntos rotineiros ou secundários, e que têm um horizonte de longo prazo que vai além das contingências do dia a dia” (LEFEBVRE, *Europe as a power, European sovereignty, strategic autonomy*: a debate that is moving towards an assertive Europe, *cit.*, [tradução nossa]). No original: “However, the adjective ‘strategic’ enhances its importance. The strategist in ancient Greece was the general who commanded the army. Strategic is that which relates to large-scale military operations (as opposed to tactics), international power relations and, by extension, all matters or decisions whose importance distinguishes them from routine or secondary matters, and which have a long-term horizon that goes beyond day-to-day contingencies.”

¹³⁹ LIPPERT, Barbara; ONDARZA, Nicolai von; VOLKER, Perthes (org.). *European Strategic Autonomy*; actors, issues and conflicts of interest. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik; German Institute for International and Security Affairs, 2019, p. 5 [tradução nossa]. No original: “[...] we understand strategic autonomy as the ability to set one’s own priorities and make one’s own decisions in matters of foreign policy and security, together with the institutional, political and material wherewithal to carry these through – in cooperation with third parties, or if need be alone. Strong strategic autonomy means being able to set, modify and enforce international rules, as opposed to (unwillingly) obeying rules set by others. The opposite of strategic autonomy is being a rule-taker subject to strategic decisions made by others: the United States, China or Russia.”

os mais ambiciosos, a autonomia estratégica — como ato — não esgota, mas sim elucida, a potência da Europa unida.

2. 2. Tomando o destino em nossas mãos: a década da crise (2011-2020)

Compreender a emergência do imperativo por autonomia requer um exame das circunstâncias históricas em que ele passa a ser assumido de forma mais clara. Ora, isso se deu durante os turbulentos eventos que tiveram lugar no segundo decênio do século XXI, o qual designaremos por *década da crise*, em razão dos quais se tornaram latentes as debilidades e insuficiências do projeto europeu — ao mesmo tempo que abriu caminho para que novas dinâmicas de poder se instalassem, e novas lideranças se afirmassem.¹⁴⁰

De forma geral, tal momento despedaçou parte das ilusões cosmopolitas que até então perpassavam a ideia de unidade europeia. Ele afetou aspectos significativos da própria autocompreensão da Europa integrada.

Para Ivan Krastev, essa autocompreensão da União Europeia está *intelectualmente enraizada em uma noção de fim da História*, tal qual veio a ser articulada por Francis Fukuyama ao término da Guerra Fria.¹⁴¹ Nas palavras do autor:

Após o fim da Guerra Fria e a expansão da União, Bruxelas caiu de ponta-cabeça no seu modelo social e político, adotando uma visão altamente acrítica da direção que a história mundial estava a tomar. A opinião pública europeia presumia que a globalização acelerou o declínio dos Estados como atores internacionais chave e do nacionalismo como principal motivador político. Os europeus interpretaram a sua própria experiência pós-Segunda Guerra

¹⁴⁰ Convém elucidar que por tal sequência de eventos adversos, referimo-nos especialmente ao estopim da crise do euro, ao conflito civil ucraniano de 2014, ao dilema migratório de 2015, à saída do Reino Unido da União Europeia (com o Brexit de 2016), ao início da presidência de Donald Trump, em 2017, e a eclosão da pandemia de Covid-19, em 2020. Desdobramentos mais recentes na cena internacional, nada obstante, sugerem que esse ciclo de crises vá se estender para além do intervalo cronológico em tela.

¹⁴¹ Segundo o autor: “Para compreender a atual crise da UE, temos de reconhecer que o projeto europeu hoje está intelectualmente enraizado na ideia de ‘fim da história’. A União Europeia é uma aposta altamente arriscada de que a humanidade progrediu e se desenvolverá na direção de uma sociedade mais democrática e tolerante”(KRASDEV, Ivan. *After Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, p. 20[tradução nossa]). No original: “To understand the current crisis of the EU, we must recognize that the European project today is intellectually rooted in the idea of ‘the end of history’. The European Union is a highly risky wager that humankind will progress and develop in the direction of a more democratic and tolerant society.”

Mundial de superação do nacionalismo étnico e da teologia política como um sinal de uma tendência universal.¹⁴²

O projeto europeu foi concebido como uma resposta aos horrores da Segunda Guerra, numa tentativa de exorcizar o espectro dos nacionalismos, das guerras e, em certo sentido, da geopolítica. Em razão disso, como afirma Luuk Van Middelaar: “O pensamento bruxelense se colocava fora do espaço e do tempo, acima de geografia e história”.¹⁴³ No plano exterior, por sua vez, tal esquema mental se desdobrou em uma conjugação de *despreocupação estratégica e inércia geopolítica*.¹⁴⁴

A constituição da União Monetária Europeia conferiu à Europa um dos seus ativos estratégicos mais valiosos: a moeda do euro.¹⁴⁵ Como tal, o euro foi resultante de negociações entre franceses e alemães, que se iniciaram na esteira da queda do Muro de Berlim. Apesar disso, coube à República Federal da Alemanha, como a maior economia da Europa, impor as condições nas quais ela aceitaria implementar a moeda. Os alemães queriam um euro construído à imagem de sua moeda nacional (o marco alemão): uma moeda estável, forte, despolitizada e administrada por um Banco Central tecnocrata e

¹⁴² KRASTEY, *After Europe*, cit., p. 6 [tradução nossa]. No original: “After the end of the Cold War and the expansion of the union, Brussels fell head over heels for its social and political model, adopting a highly uncritical view of the direction world history was heading. European public opinion had assumed that globalization would hasten the decline of states as key international actors and nationalism as a core political motivator. Europeans interpreted their own post- WWII experience of overcoming ethnic nationalism and political theology as a signal of a universal trend.”

¹⁴³ MIDDELAAR, Luuk van. *A nova política da Europa*. Trad. Francis Petra Janssen. São Paulo: É realizações, 2020, p. 121.

¹⁴⁴ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 120.

¹⁴⁵ Para Fiori, a moeda, ao lado da energia, consiste em um recurso estratégico imprescindível para o jogo de poder inter-estatal. Em sua visão: “Nessa trajetória comum e expansiva do poder e do capital, o controle da moeda e da energia sempre foi absolutamente decisivo e indispensável para o funcionamento da ‘máquina da guerra’ desses estados e, simultaneamente, da ‘máquina econômica’ de seus capitalismo nacionais. É por isso que se pode afirmar que a ‘moeda’ e a ‘energia’ são recursos que têm ‘valor estratégico’: são cruciais para a defesa e a expansão dos estados, mas também funcionam como instrumento de poder das potências vitoriosas, que as utilizam para impor sua vontade política no sistema mundial. O valor desses ‘bens estratégicos’, portanto, transcende seu preço de mercado, e está sempre ‘sobredeterminado’ por sua importância para a luta pelo controle e monopólio desses mesmos bens e recursos. Isto acontece com a moeda e com o petróleo, mas também com todo e qualquer outro produto ou serviço que tenha ou adquira em algum momento a mesma importância para as grandes potências e corporações internacionais”. (FIORI, José Luís. Estratégia e preço da moeda e da energia. In: FIORI, José Luís (org.). *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis: Vozes, 2020, p.74)

independente. Além disso, Bonn transferiu sua rigidez fiscal para o edifício comunitário, proibindo o mútuo financiamento de dívidas públicas entre os integrantes da União.¹⁴⁶ Foi sob esses postulados, então, que se edificou a União Monetária.¹⁴⁷

Não tardaria, todavia, para que tal edificação revelasse os seus problemas. A adoção de uma moeda comum entre economias tão díspares (quanto o são os integrantes da chamada Zona do Euro) não deixaria de impactar negativamente na própria dinâmica econômica.¹⁴⁸ Na verdade, o euro debilitou a capacidade dos países mais pobres da União de administrar autonomamente sua dívida pública e promover seu crescimento.¹⁴⁹ Foi só uma década depois da implementação da moeda única que os europeus tomaram consciência do profundo grau de entrelaçamento financeiro em que se encontravam seus Estados nacionais, bem como seus bancos pátrios, em razão da moeda comum. A seu turno, a implicação de tal entrelaçamento se faria percebida: agora, as adversidades financeiras de qualquer um dos seus membros — mesmo das menores economias — poderiam se alastrar por toda União, colocando-a em risco.¹⁵⁰

Como já assinalamos, o terremoto da crise imobiliária e bancária norte-americana em 2008 foi sentido pelos mercados de todo globo. Preocupados com a dramática falta de liquidez de suas instituições financeiras, os governos dos países da Europa, tal qual o dos EUA, foram obrigados a lançar mão de fundos públicos e despesas extraordinárias para

¹⁴⁶ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 58.

¹⁴⁷ “O Tratado proíbe explicitamente que os Estados-membros assumam dívidas financeiras uns dos outros; esta cláusula *no-bailout*, ou seja, que impede empréstimos a países como problemas financeiros, é uma cláusula pétrea da união monetária, um fundamento da política de regras sem o qual a Alemanha e os Países Baixos, em 1991, não teriam na aventura monetária” (MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 58).

¹⁴⁸ Dos integrantes da União Europeia, adotam o euro as seguintes: Áustria, Alemanha, Bélgica, Chipre, Croácia, Espanha, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

¹⁴⁹ “A instauração de uma política monetária única a países com grandes disparidades econômicas e sociais, e, portanto, com necessidade de políticas diferenciadas ao nível monetário e cambial, intensificou desequilíbrios macroeconômicos, aprofundou a dinâmica de divergência das economias, e agravou os choques assimétricos nas diversas regiões. O Euro ‘encurralou’ a periferia entre a espada e a parede: ou a chantagem dos especuladores, ou a chantagem da *troika*, formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e pela Comissão Europeia” LEONTISINIS, Alexandra Viégas. *Financeirização e crise na Europa*; a experiência grega. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Monografia, Bacharelado em Economia), 2017. p. 24.

¹⁵⁰ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 57.

socorrer os bancos — e, assim, evitar que a situação econômica se deteriorasse ainda mais. No contexto da União, porém, não houve inicialmente uma resposta coordenada entre seus membros; de forma que cada Estado se sentiu responsável pela proteção apenas de seu sistema bancário interno. Porém, diante dos efeitos mais renitentes do problema financeiro americano, essa saída se mostraria insuficiente para impedir que se desencadeasse uma nova crise econômica; dessa vez, do outro lado do Atlântico.

Mesmo com os aportes público para resgatar o sistema financeiro, os quais implicaram um expressivo aumento no endividamento dos Estados, os países europeus com capacidades orçamentárias mais restritas e instituições financeiras mais frágeis não lograram deter a espiral de efeitos negativos que se abateu sobre suas economias.¹⁵¹ Dessa forma, a Grécia foi o primeiro país da Zona do Euro a apresentar graves problemas. Posteriormente, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda vieram também a apresentar problemas.

À medida que o contágio avançava, alardeavam-se as incertezas sobre a sobrevivência do euro. Ficava claro que o problema já não mais se circunscrevia aos limites das fronteiras nacionais. Era uma questão que exigia um enfrentamento coletivo, no âmbito da União Monetária. Porém, também ficava nítido que uma solução efetiva dependia do financiamento da dívida pública das nações necessitadas (situadas, quase em sua totalidade, ao sul do continente) por parte das nações mais estáveis financeiramente, localizadas mais ao norte. Os debates sobre a crise na Zona do Euro deixam latentes a linha de fratura entre as Europas do Sul e do Norte, aspecto particularmente sensível à coesão social da União.¹⁵² A primeira reclamava solidariedade econômica; a segunda, por sua vez, responsabilidade. Os duros embates concernentes à crise levariam a adoção de sucessivas medidas — o resgate dos países endividados, estabelecimento do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e o estabelecimento de uma supervisão bancária centralizada no

¹⁵¹ “Desde a queda do Lehman Brothers em 2008, formou-se um círculo vicioso entre os bancos em dificuldades e as finanças públicas fracas. Quando um banco falia, os pagadores de impostos eram chamados a pagar a conta e, portanto, a dívida pública do respectivo país aumentava. Quando, numa fase seguinte, os ativos de um governo para saldar essa dívida eram questionados, todo o setor bancário acabava sofrendo as consequências”(MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 102).

¹⁵² Sobre a problemática da coesão social no âmbito do projeto de inegração europeia, ver: DIZ, Jamile Bergamaschine Mata. Un enfoque distinto de la integración regional: la cohesión social en la Unión Europea y América Latina. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí, v. 14, n. 1, p. 107-126, 2009.

Banco Central Europeu — na esteira das quais se operou uma flexibilização das restrições alemães ao euro.

Para conduzir sua moeda mal equipada através da tempestade, os líderes precisavam criar ferramentas, com a arma apontada contra o peito, e aplicá-las imediatamente. Assim, eles realizavam a política de acontecimentos em dois níveis: de um lado, no nível constitucional, estabelecendo instituições com capacidade de atuação (os escudos de resgate incluindo-se sua ancoragem de acordo com o tratado) e a instalação de contextos regulatórios (tratado orçamentário, supervisão bancária); do outro lado, no nível da ação, mediante o uso de ferramentas no momento em que Estados-membros estivessem com problemas (pacotes de ajuda para Grécia, Irlanda e Portugal). O Conselho Europeu atuava então como formador e controlador. Essa relação entre contextos igualmente reajustados e ação efetiva salvou a moeda e fechou a ruptura entre Norte e Sul.¹⁵³

Em seu âmago, tal decisão não era meramente fruto de cálculos econômicos, mas de um imperativo político: salvar o euro e o projeto europeu. Com isso, pode-se afirmar que “o euro, então fora criado sobretudo por motivos políticos — na esteira da queda do Muro de Berlim — e agora, mais uma vez, é salvo por motivos políticos”.¹⁵⁴ Essa saga do euro terminou por politizar a moeda.

Além dos dilemas da moeda, um outro episódio também seria emblemático para a transformação da União. Os desdobramentos da crise na Ucrânia aberta em 2014 reanimaram os antagonismos geopolíticos no espaço europeu. Quando as populações russo-falantes na região do Donbass proclamaram sua independência, fundando as chamadas Repúblicas de Donetsk e de Lugansk, deu-se início a um verdadeiro conflito civil no país, o qual contou com o engajamento de americanos e russos. Washington passou a apoiar Kiev e suas forças; a Rússia, por sua vez, dava suporte ao movimento independentista.¹⁵⁵ Mesmo sob pressão estadunidense, os europeus, sobretudo, a Alemanha,

¹⁵³ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 152.

¹⁵⁴ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 26.

¹⁵⁵ Ainda em 2014, o Congresso dos EUA aprovaria o *Ukraine Freedom Support Act*, no âmbito do qual se previa uma ajuda militar no montante de 350 milhões de dólares, o qual incluía o fornecimento de armas antitanque e antiblindagem. A Administração Obama, porém, recusou-se a fornecer diretamente a Kiev armas letais; muito embora, tenha autorizado a venda de equipamentos bélicos ao governo ucraniano. Seria em 2017, já sob a Administração Trump, que o governo norte-americano passaria a enviar armamentos

hesitavam em enviar equipamentos bélicos ao governo da Ucrânia.¹⁵⁶ O envolvimento de Rússia e Estados Unidos sinalizavam para uma potencial deterioração do quadro securitário. Naquela circunstância, desenhava-se uma guerra de procuração na Europa comandada por russos e americanos.¹⁵⁷ A crise fazia os europeus se depararem paara uma realidade que se manteve inalterável mesmo ao fim da Guerra Fria: a de que (em termos militares) o Velho Continente ainda vivia sob um esquema de forças bipolar, o qual poderia ameaçar o projeto europeu de paz.¹⁵⁸ Os véus ideológicos do Fim da História, mais uma vez, dissipavam-se de modo traumático.

Dessa forma, as lideranças da União Europeia decidiram agir diplomaticamente para conter a escalada de tensões. Em 2015, teve início uma série de negociações em Minsk (Bielorússia) entre a chanceler alemã, Angela Merkel, o presidente francês, François Hollande, o presidente russo, Vladimir Putin e o líder ucraniano, Petro Poroshenko, no intuito de acordar um arranjo político-diplomático que viabilizasse a efetiva pacificação da região.¹⁵⁹ Foi nesse processo que se concebeu os chamados Acordos de Minsk. Para Middelaar:

letais diretamente ao país do Leste da Europa. Cf. MARZALIK, Peter; TOLER, Aric. *Lethal Weapons to Ukraine; a Primer*. *Atlantic Council*, 2018. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukraine-alert/lethal-weapons-to-ukraine-a-primer/>. Acesso em: 05 de fevereiro, 2024.

¹⁵⁶ “A hesitação da Europa com os fornecedores de armas para Kiev não era apenas uma questão de debilidade, impotência moral ou oportunismo econômico — embora fraquezas como essas ocorram e o Kremlin as explorará. Ela se origina da experiência de muitos sobre o que a política é capaz de fazer. Enquanto a corrente principal pós-guerra na política externa norte-americana enxerga diabos por todo lado e, preferencialmente, gostaria de erradicar imediatamente todo o mal do mundo, os europeus são conhecidos pela tragédia irrevogável de sua história. Conter o mal já é muita coisa na espera de tempos melhores. É verdade que você será tachado de covarde ou traidor, ou seja, exige coragem e determinação” (MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 146).

¹⁵⁷ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 140.

¹⁵⁸ Sobre a bipolaridade remanescente na Europa pós-Guerra Fria: Cf. MEARSHEIMER, John. *The tragedy of Great Power politics*. New York: W. W. Nanon & Company, 2001, p. 380.

¹⁵⁹ A iniciativa veio depois do fracasso do cessar-fogo negociado em 2014. Pode-se dizer que, no que concerne à atuação de Berlim, tratava-se da própria percepção alemã sobre a complexidade do conflito. “A chanceler alemã enxerga que, nesta guerra civil ucraniana, o ocidente não tem vontade de vencer e a Rússia, de perder. Paz exige um compromisso; não apenas um cessar-fogo entre as partes em conflito, mas um compromisso subjacente de longo prazo entre a Europa e os Estados Unidos de um lado e a Rússia do outro, sobre uma arquitetura de segurança para o continente”. (MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 142).

Os elementos visíveis foram a descentralização constitucional da Ucrânia e as eleições locais monitoradas em áreas separatistas. Esses pontos apontam mais para elementos invisíveis e mais fundamentais que impregnaram todos os interlocutores, mas que, quando proferidos, haveriam de colidir com resistência junto aos *linhas-duras* de ambas as partes: em Kiev e Washington e em Donbass e Moscou. Para a Rússia, o cerne é o fato de a Ucrânia, no curto e no médio prazo, não poder ser um membro da Otan; em troca, Kiev haveria de recuperar a soberania territorial de Donbass e da região revoltosa da Ucrânia oriental (mas não a Crimeia), a não ser que uma emenda constitucional proporcione um tipo de veto ao acesso à Otan¹⁶⁰

Ademais, a partir das próprias considerações de Middelaar, pode-se dizer que os Acordos de Minsk sinalizaram para uma *conscientização geopolítica* da União Europeia, que, diante da iminência de um desafio existencial perigoso, buscou agir autonomamente em face do antagonismo entre Federação Russa e Estados Unidos.¹⁶¹ Para Middelaar, a crise ucraniana colocava um desafio aos europeus:

[...] agora existe a ameaça de uma nova Guerra Fria querendo restringir sua capacidade de agir de modo indesejado ou involuntário. Para não ficar presa entre os Estados Unidos e a Rússia, entre protetor e vizinho, ela terá que desenvolver uma capacidade de distinguir e defender seus próprios interesses e seus próprios valores.¹⁶²

Embora não se possa falar em uma equidistância europeia entre Washington e Moscou, visto que as forças militares americanas ainda eram consideradas como protetoras da Europa, a maneira como as lideranças da União Europeia buscaram responder os conflitos no Donbass — mobilizados sobretudo pelo realismo de Berlim, em profunda convergência com Paris — colocou em tela os limites das confluências entre os dois lados do Atlântico. Com isso, pode-se dizer que, ao trazer a lume as distinções de interesses entre europeus e norte-americanos, o episódio também levantava uma questão de fundo mais ampla, mais estrutural: a “emancipação política europeia dos Estados Unidos”.¹⁶³

¹⁶⁰ MIDDELAAR, *A nova política da Europa, cit.*, p. 143.

¹⁶¹ MIDDELAAR, *A nova política da Europa, cit.*, p. 144.

¹⁶² MIDDELAAR, *A nova política da Europa, cit.*, p. 144.

¹⁶³ MIDDELAAR, *A nova política da Europa, cit.*, p. 145.

Paralelamente, a chamada crise dos refugiados novamente forçaria os europeus a pensarem o exercício de seu poder coletivo de forma geograficamente referenciada. O vertiginoso aumento no pedido de asilos junto à União, em 2015, fez a Europa conceber uma nova fórmula de políticas migratória e, principalmente, fronteiriça. Para os governos nacionais, ficava evidente que uma política de portas abertas aos imigrantes, patrocinada pelo governo alemão, era insustentável. Além disso, o vertiginoso ingresso de populações oriundas do Oriente Médio e da África no espaço Schengen acirrava cada vez mais os ânimos dos eleitorados pátrios¹⁶⁴. Subjacente ao dilema das fronteiras, também estão questões relacionadas à soberania, cidadania, identidade e cultura.¹⁶⁵ Com o tempo, o agravamento da crise migratória concorria para alterar a cena pública europeia de forma incontornável. Dada à sua complexidade, o desafio não poderia ser devidamente enfrentado nem pelos países individualmente, nem pela estrutura tecnocrática da União (corporificada na Comissão Europeia). Era necessário que a coletividade dos Estados-membros acertasse uma medida de controle das fronteiras coletivas externas de forma a possibilitar o represamento dos imigrantes.¹⁶⁶ Então, um acordo foi firmado entre a União Europeia e o governo da Turquia — de onde afluíam a maior leva de refugiados para a Europa, através da Grécia. Ancara aceitou receber uma parte dos migrantes que se encontravam em terras gregas, assentando-os em um campo de refugiados; em troca, os europeus deveriam facilitar o visto de turistas e homens de negócios turcos. O acordo surtiu contundentes efeitos, reduzindo expressivamente as pressões migratórias nas fronteiras europeias. Pode-se dizer que, com ele, a União integrada perdia sua “inocência geopolítica”, uma vez que logrou

¹⁶⁴ O Espaço Schengen consiste em uma área entre Estados europeus na qual não há controle fronteiriço, nem alfandegário. Atualmente, fazem parte do Espaço Schengen 26 países, quais sejam: Bélgica, República Tcheca, Dinamarca, Alemanha, Estônia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polônia, Portugal, Eslovênia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, assim como a Islândia, o Liechtenstein a Noruega e a Suíça.

¹⁶⁵ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 165.

¹⁶⁶ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 169. Não obstante, a própria resposta à crise dos refugiados não deixou de ser criticada pelo prisma humanitário. Nesse sentido, ver: SILVA, Carla Ribeiro Volpini; ALBANEZ, Heloisa Gonçalves. A crise humanitária na Europa: dos direitos fundamentais à coisificação da pessoa humana. *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, v. 10, n. 22, p. 54–66, set./dez., 2018.

uma concertação com um ator regional de relevo, Ancara, a qual foi concebida quase exclusivamente nos termos de uma *realpolitik* europeia.¹⁶⁷

Ora, como argumenta Krastev, a crise migratória rompeu o “consenso liberal” que então guiava a percepção europeia do mundo exterior, bem como do seu projeto de integração. Por conseguinte, abriu-se caminho para que uma crise de identidade se instalasse na União:

Se os europeus tendiam a ver a difusão da democracia como uma pré-condição para um mundo seguro e próspero, a crise migratória desafiou agora radicalmente esta suposição. O apoio à democracia para além das fronteiras da Europa desmoronou – danos colaterais, pode-se dizer, decorrentes da crise migratória. Se os europeus pensavam que exportar o seu sistema político traria estabilidade a um mundo frágil, agora estavam inclinados a concordar com o presidente russo, Vladimir Putin, que a propagação da democracia pode ser um gatilho para a desestabilização. Se fosse metafisicamente viável, muitos europeus provavelmente votariam na ressurreição do líder líbio Muammar Gaddafi e na sua reinstalação no poder. No novo consenso europeu, ele pode ser um ditador, mas é um ditador que protege a Europa de migrantes indesejáveis. Desta forma, a crise migratória não só alterou o equilíbrio esquerda-direita na política europeia e minou o consenso liberal que governou a Europa durante décadas, mas também provocou uma crise de identidade tanto à esquerda como à direita e derrubou os próprios argumentos que a União Europeia tem utilizado para justificar a sua existência.¹⁶⁸

¹⁶⁷ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 170. Apesar de seu êxito, é preciso também reconhecer os limites da própria atuação europeia. De forma geral, os europeus não se preocuparam em delinear uma estratégia compartilhada que visasse promover a estabilização daquelas regiões de que eram oriundos os refugiados (Síria, Afeganistão e o Sahel africano).

¹⁶⁸ KRSTEV, *After Europe*, cit., p. 37–38 [tradução nossa]. No original: “If Europeans tended to see the spread of democracy as a precondition for a secure and prosperous world, the migration crisis has now radically challenged this assumption. Support for democracy beyond Europe’s borders has cratered—collateral damage, one might say, from the migration crisis. If Europeans had thought that exporting their political system would bring stability in a fragile world, now they were inclined to agree with Russian president Vladimir Putin that the spread of democracy can be a trigger for destabilization. Were it metaphysically feasible, many Europeans might likely vote for Libyan leader Muammar Gaddafi to be resurrected and reinstalled in power. In the new European consensus, he might be a dictator, but he is a dictator protecting Europe from unwelcome migrants. In this way, the migration crisis not only shifted the Left - Right balance in European politics and undermined the liberal consensus governing Europe for decades but also provoked an identity crisis on both the left and the right and upended the very arguments the European Union has used to justify its existence”.

Com a saída do Reino Unido da iniciativa de integração, em 2016, um capítulo inédito (e também traumático) se abriu na história da União Europeia. Pela primeira vez desde sua concepção, a Europa integrada sofreu o desligamento de um de seus membros, o que se afigurou aos europeus como um sinal de retrocesso. O projeto europeu não era irreversível; e o mero atrelamento mútuo dos mercados, a aposta do Plano Schuman para a paz, não era suficiente para assegurar uma unidade efetiva à Europa. Nesse sentido, o Brexit foi um duro golpe às concepções fundantes da integração:

O resultado do plebiscito contradiz o axioma da antiga política europeia. Desde os dias da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de Robert Schuman e Adenauer, apostava-se em um cuidadoso entrelaçamento de interesses econômicos para garantir a paz e a prosperidade. A interdependência econômica inexoravelmente levaria a um relacionamento melhor entre os tão agradecidos povos. Os eleitores britânicos desmentiram esse axioma da integração. A aversão a imigrantes prevaleceu sobre o medo da perda de prosperidade. A política de identidade pesou mais que os interesses econômicos. Na lógica dos fundadores, essa opção era inexistente. O macaréu varreu mais um ícone sagrado da doutrina bruxelense: a integração segue uma mão única, países participantes e áreas de atuação podem apenas aumentar e não diminuir, estamos a caminho de uma “liga cada vez mais coesa”. Essa irreversibilidade mostrou-se ilusória. Subitamente, a União Europeia sente sua vulnerabilidade histórica.¹⁶⁹

Ao mesmo tempo, é possível afirmar que o peso dessa questão da identidade a que Middelaar se refere foi se acentuando à medida que a dimensão política do projeto europeu foi cada vez mais evidenciada. Especialmente a Londres, interessava um projeto europeu dos mercados, da produção e das finanças — circunscrito, portanto, ao domínio econômico.¹⁷⁰ Embora tenha sido tomada como uma espécie da tragédia (afinal, a

¹⁶⁹ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 12.

¹⁷⁰ Pode-se dizer, com efeito, que o Brexit resulta do impasse entre o projeto econômico europeu e um projeto político europeu. Como pontua Nuno Rodrigues: “Nesse sentido, tipicamente, esta dimensão política da União Europeia ficou mais para trás da dimensão econômica. Muitas vezes os decisores econômicos tentaram fazer avançar o mais depressa possível na dimensão econômica, até de forma, eu diria, um pouco precipitada [...] Por isso, assistiram-se muitas vezes a impasses políticos no funcionamento da União Europeia, que, por exemplo, culminaram com o Brexit, em que rapidamente os ingleses, até por fruto de uma certa dimensão histórica, se aperceberam que não queriam mais avançar no projeto europeu e acabaram por optar por sair da União Europeia”. RODRIGUES, Nuno Cunha.; RODRIGUES, Lucas

comunidade perdia uma de suas maiores economias, bem como uma de sua maiores potências militares), a saída britânica abriu caminho para uma inegável consolidação da hegemonia alemã sobre a União Europeia — à qual, até aquele momento, a presença de Londres serviria de contrapeso. Concomitante ao redesenho na balança de poder, o Brexit também facilitava o fortalecimento de uma nova coesão geopolítica do bloco, uma vez que se expeliu o maior fiador da perspectiva atlantista no âmbito da União. Isso, a seu turno, abria caminho para iniciativas que visassem alargar a autonomia estratégica europeia *vis-à-vis* Washington.

Nessa perspectiva, não seria mero acaso que, meses após o referendo britânico, a União Europeia lançaria o documento da Estratégia Global, mediante a qual se formalizou o compromisso da Europa com a perseguição de sua autonomia estratégica. De forma notória, o documento refletia os efeitos desse ciclo de crises sobre a autopercepção europeia. Segundo a Estratégia, a União adentrava uma nova fase histórica, atravessada por inegáveis riscos existenciais. Depreende-se, com isso, que a exposição dos europeus a múltiplos perigos, tornava-os mais cômicos de suas debilidades; ao mesmo tempo que, como o Brexit evidenciaria, propiciava um movimento de reorientação estratégica na Europa unida.

O esgarçamento das relações atlânticas, preludiado pelo Brexit, tomou novas proporções com a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA, em 2017. Além de abrir um *dissenso de Washington* no seio das economias desenvolvidas, ao promover o eufórico retorno de políticas protecionistas, o líder estadunidense levantou inquietações no Velho Continente sobre o futuro da segurança europeia. Mais do que todos os seus predecessores, Trump pressionava os parceiros europeus a fazerem mais aportes para manutenção da estrutura da OTAN; da qual ele, por sua vez, era crítico contumaz. As relações no âmbito

da Aliança Atlântica ficaram de tal modo conturbadas que, já ao fim de seu mandato, falava-se que a Organização experimentava uma morte cerebral.¹⁷¹

A recusa de Trump em reiterar a solidariedade atlântica lançaria luz à mais grave vulnerabilidade da Europa integrada: sua incapacidade de assegurar sua defesa por si mesma.¹⁷² Outro emblemático ponto de tensão ocorreu em 2019, quando Trump assinou *Protecting Europe's Energy Security Act*, de iniciativa do Congresso, que autorizava o governo dos EUA a impor sanções a companhias envolvidas na construção do *Nord Stream 2*, a qual avançava velozmente.¹⁷³

Para Angela Merkel, o preceito da autonomia ganhava inédito relevo. Aos europeus, era necessário, como a chancelar destacou em um de seus discursos à época, “tomar o destino em suas mãos”. Mais do que um exercício da retórica, o posicionamento da líder alemã indicava uma mudança de mentalidade:

Isso exige uma mudança mental ingente da Alemanha. Desde seu surgimento em 1949, a República da Alemanha se submeteu à hegemonia norte-americana: agradecida pela segurança e desfrutando da chance do desenvolvimento da Europa a uma potência econômica. Agora que Trump, frio e pretensioso, puxa o tapete debaixo desse arranjo duplo, Merkel tira suas conclusões: precisamos poder cuidar de nós mesmos. [...]. A emancipação de um lado representa a perda de poder do outro. [...] O final da *Pax Americana* parece estar próximo.

Dessa forma, a Administração Trump, a necessidade “emancipação política e geopolítica europeia dos Estados Unidos” vinha a lume de forma contundente.¹⁷⁴ Isso pareceu levar Berlim a um despertar geopolítico; e, com ela, toda a Europa.

¹⁷¹ MCKENZIE, Sheena; ISAAC, Lindsay. Macron says Europe is facing the ‘brain death of NATO’. *CNN*, 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/11/07/europe>. Acesso em: 04 de janeiro, 2024.

¹⁷² “Mais ameaçadora do que a subversão da União Europeia [...] é a hipoteca que Trump coloca na segurança do continente europeu, como assegurado pela Otan. Em sua campanha, ele chamou a aliança transatlântica de “ultrapassada”; há décadas, os pagadores de impostos norte-americanos contribuem muito mais que os outros, e os parceiros aliados na Europa (e na Ásia) devem pagar mais” (MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 218).

¹⁷³ Cf. EUROPEAN PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICE. *The Nord Stream 2 pipeline: economic, environmental and geopolitical issues* [briefing]. Brussels: European Parliament, 2021, p. 5-6.

¹⁷⁴ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 221.

Com isso, a década da crise mostrou a capacidade da Europa em responder coletivamente aos desafios que lhe sobrevieram. A acentuada percepção de suas debilidades e fraquezas durante esse período levou a União Europeia e seus integrantes a perseguirem um maior grau de autodeterminação geopolítica. Na esteira de tal processo, foi se tornando cada vez mais nítido o relevo da liderança da Alemanha, exercida pela habilidosa chanceler Angela Merkel, na condução dos assuntos comunitários. De certo modo, a maturação da consciência político-estratégica europeia é inseparável da crescente assertividade da política exterior de Berlim. Foi durante a Era Merkel (2005-2021) que se manifestou uma nova dinâmica de poder no seio da Europa integrada, centrada na República Federal da Alemanha.¹⁷⁵ Em sua convergência com Paris, a consolidação do poder, do prestígio e da percepção estratégica da líder alemã pareciam ter reposicionado a Europa como um dos centros de um nascente mundo multipolar. A resposta europeia aos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, a qual eclodiu em 2020, sinalizavam um robustecimento de sua solidariedade interna.¹⁷⁶ Naquele mesmo ano, o anúncio de um acordo de investimento entre União Europeia e a República Popular da China indicava que a Europa desenvolvia uma nova abordagem de cooperação voltada para a Ásia e para o Sul Global. Por fim, já nos dias finais de sua chancelaria, Merkel pareceu ter feito a recém-empossada Administração Biden resignar-se quanto ao projeto do Nord Stream 2.

¹⁷⁵ Cf. BARROS, João Paulo Rodrigues. *A Era Merkel e a hegemonia europeia*; ensaio sobre a dinâmica de poder no Velho Mundo. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação, Mestrado em Direito), 2023. Também é pertinente resgatar as considerações de Ulrich Beck: “El nuevo poder alemán en Europa no se basa, por tanto, en la violencia como razón última, como en otros tiempos. Ya no necesita armas para someter a otras naciones a su voluntad. Por lo tanto, hablar del Cuarto Reich parece absurdo. El poder basado en la economía es mucho más versátil. No tienes que invadir un país, pero aun así, él es omnipresente. Su potencial extorsivo no nace de la lógica de la guerra, sino de la lógica del riesgo, más precisamente: la lógica de la amenaza del colapso económico” (BECK, Ulrich. *Una Europa alemana*. Trad. Alicia Valero Martín. Barcelona: Paidós, 2012, p.68-69).

¹⁷⁶ Cf. DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; COSTA, Elizabeth Accioly Rodrigues; SILVA, Alice Rocha da. A Solidariedade como fundamento para o enfrentamento do Covid-19 na União Europeia. *Revista Opinião Jurídica*, Fortaleza, v. 18, n. 29, p. 77-97, set./dez. 2020. Especialmente emblemático dessa reforçada solidariedade foi a criação de um fundo comunitário de mais de 700 bilhões de euros voltado a promover a recuperação das economias europeias, severamente afetadas pela pandemia. Cf. MIGUEL, Bernardo de; PPELICER, Luís. União Europeia define um salto histórico em seu modelo orçamentário para frear a crise da covid-19. *El País Brasil*, 2020. Disponível: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-07-21/ue-define-um-salto-historico-em-seu-modelo-orcamentario-para-frear-a-crise-da-covid-19.html>. Acesso em: 14 de novembro, 2023.

2. 3. Projeto de paz vs projeto de poder: qual Europa?

Pode-se dizer que a perspectiva anti-histórica que a Europa integrada adotou sobre seu próprio processo de fundação e constituição tem condicionado o tipo de papel que ela se propõe a desempenhar na arena internacional. Isso porque seu momento fundante correspondeu, como já o assinalamos anteriormente, a um esforço de negação dos ímpetus nacionalistas, das paixões políticas e da *realpolitik*. Impedir que as nações europeias entrassem novamente em confrontação foi a *raison d'être* originária da integração da Europa. Para viabilizar isso, era necessário arrefecer os choques de valores e de interesses que então tinham conformado a história dos povos da Europa. Nessa perspectiva, a unidade europeia seria edificada a partir do prisma da *despolitização para a paz*. Tal paradigma condicionará toda solidariedade europeia ao longo de sua evolução histórica:

O modelo de cooperação europeu baseia-se historicamente em ignorar a política. As instituições, os métodos de trabalho e as formas de pensamento de Bruxelas estão voltados a esmorecer as paixões políticas em uma rede de regras: despolitização, muito útil para a construção de um mercado. Mas essa engenhosidade reverte em fraqueza assim que é preciso agir, como nos demos conta quase diariamente desde a eurocrise de 2010.¹⁷⁷

Ademais, esse esquema conceitual a partir do qual o projeto europeu foi concebido (pós-nacional, pós-político e pós-soberano) seria reforçado pelo quadro da própria Guerra Fria. Subordinados às esferas de influência de Moscou e de Washington, os europeus, destituídos de sua primazia geopolítica, experimentariam a perda do “primado da política exterior”; um esvaziamento de sua vontade de grandeza.¹⁷⁸

¹⁷⁷MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 10.

¹⁷⁸ Na visão de Brendan Simms “É certo que franceses, britânicos e alemães e alguns outros povos europeus continuavam dispostos a fazer grandes sacrifícios para se defenderem contra a agressão; a conscrição em tempo de paz continuava a estar na ordem do dia na maior parte dos países. Mas tinham na sua maioria perdido o seu apetite de grandeza nacional e assim o imperativo de organizar a sociedade em conformidade. Tinha começado a longa de atrelagem do Estado e da sociedade europeus do projeto de fazer guerra. Tal como as intermináveis guerras de séculos passados tinham deixado a sua marca na sociedade europeia

Por óbvio, as mudanças na geopolítica mundial, bem como as sucessivas crises pelas quais a União viria atravessar, terminaram por colocar em xeque esse paradigma. Em especial, a chamada crise de refugiados desempenhou o papel de inflamar uma vez mais as questões nacionais no seio da Europa. Paralelamente, a incontornável força dos discursos nacionalistas e religiosos ficou mais evidente através dos emergentes atores do Sul Global, os quais explicitamente os assumiam. Para Krastev:

Uma rápida olhada na China, na Índia e na Rússia, para não falar das vastas extensões do mundo muçulmano, deixa claro que tanto o nacionalismo étnico como a religião continuam a ser as principais forças motrizes na política global. O pós-modernismo, o pós-nacionalismo e o secularismo da Europa tornam-na diferente do resto do mundo, e não um prenúncio do que necessariamente a espera. O que também é visível no contexto da crise dos refugiados é que as lealdades nacionais, outrora consideradas mortas e enterradas, estão de volta – com força total – à Europa contemporânea.¹⁷⁹

No âmbito europeu, a (re)emergência dos movimentos de orientação nacionalista colocaria a lume os acentuados ressentimentos e suspeitas das camadas populares europeias

também agora a longa paz iria moldar as estruturas nacionais. A tradição do primado da política externa passou para as duas restantes grandes potências europeias, a União Soviética e os Estados Unidos (SIMMS, *Europa*; a luta por supremacia, *cit.*, p. 523).

¹⁷⁹ KRASTEV, *After Europe*, cit., p. 8-9 [tradução nossa]. No original: “A passing glance at China, India, and Russia, not to speak of the vast reaches of the Muslim world, makes clear that both ethnic nationalism and religion remain major driving forces in global politics. Europe’s postmodernism, postnationalism, and secularism make it different from the rest of the world, not a harbinger of what necessarily awaits it. What is also visible in the context of the refugee crisis is that national loyalties, once considered dead and buried, are back— with a vengeance— in contemporary Europe”. Ainda segundo o autor, a introdução desse paradigma na Europa do Leste, no bojo do alargamento da União, também suscitaria problemas político-culturais no seio da integração: “A democracia alemã assenta-se na premissa de que o nacionalismo conduz inevitavelmente ao nazismo. A União Europeia transnacional originou-se como parte de uma estratégia geopolítica para impedir uma reafirmação potencialmente perigosa da soberania alemã, estratégia esta que previa integrar o país economicamente ao resto da Europa e dar à República Federal da Alemanha uma identidade “pós-nacional”. Em consequência disso, o etnonacionalismo chegou perto de ser criminalizado na Alemanha. O Leste Europeu, em contrapartida, tem dificuldade em compartilhar de uma visão tão negativa do nacionalismo – em primeiro lugar, porque seus Estados são fruto da era do nacionalismo que se seguiu ao colapso dos impérios multinacionais; e, em segundo, porque o nacionalismo desempenhou papel fundamental nas revoluções anticomunistas, em grande parte não violentas, que tiveram início em 1989”(KRASTEV, Ivan; HOLMES, Stephen. *A hora dos descontentes*. *Piauí*, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hora-dos-descontentes/>. Acesso em: 02 de Agosto, 2021).

em relação a suas elites cosmopolitas. Para muitos, a União Europeia figurava como uma estrutura erguida em detrimento das necessidades dos mais vulneráveis:

A União Europeia carrega o estigma de dedicar mais atenção à liberdade e à criação de oportunidades e menos à oferta de proteção. Ela ostenta fronteiras desde seus primórdios e é a heroína daqueles que procuram espaço para vender, viajar, estudar, trabalhar. Ela transformou a Europa [...] num espaço e não num lugar. Assim, ela serve aos “viajantes” multilíngues de formação superior, mas preocupa os “que ficam”, grupo igualmente expressivo. No imaginário popular, a União Europeia é uma aliada da globalização e de seus fluxos de bens e pessoas, em vez de um baluarte contra isso. Enquanto ela não encontrar um equilíbrio político-administrativo entre liberdade e proteção, grandes grupos de eleitores buscarão proteção contra a Europa em seu Estado nacional.¹⁸⁰

Com isso, pode-se dizer que ampla adesão popular aos nacionalismos emergentes, muitos dos quais, hostis à atual conformação do projeto europeu, consiste na expressão de um legítimo anseio por solidariedade, ou, lealdade, por parte de suas lideranças.

Não surpreende, portanto, que seja a lealdade — nomeadamente, a lealdade incondicional a grupos étnicos, religiosos ou sociais — que está no cerne do apelo do novo populismo europeu. Os populistas prometem às pessoas que não os julgarão apenas pelos seus méritos. Eles prometem solidariedade, se não justiça.¹⁸¹

Na mesma linha, prossegue o autor:

¹⁸⁰ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 13. Em acréscimo, não se deixa de notar que o projeto europeu é percebido por uma parcela considerável de europeus como uma iniciativa anti-popular e anti-democrática: “Assim, trata-se não apenas da união monetária europeia (a Zona do Euro) mas também da União Europeia como um todo, de um projeto de elites altivas que acreditam não precisar pedir o consentimento de seus povos, mas antes, acham que podem pressupô-la. Nos casos em que a constituição exige obrigatoriamente um plebiscito, em resultados ‘negativos’ a votação é simplesmente repetida até que se obtenha o resultado ‘correto’” (VOIGT, *Quem é o soberano? Sobre um conceito-chave na discussão sobre o Estado*, *cit.*, p. 111).

¹⁸¹ KRASTEV, *After Europe*, *cit.*, p. 91. [tradução nossa]. No original: “Unsurprisingly then, it is loyalty — namely, the unconditional loyalty to ethnic, religious, or social groups — that is at the heart of the appeal of Europe’s new populism. Populists promise people not to judge them solely on their merits. They promise solidarity if not justice”.

Ao contrário de há um século, os líderes insurgentes de hoje não estão interessados em nacionalizar as indústrias. Em vez disso, prometem nacionalizar as suas elites. Eles não prometem salvar as pessoas, mas ficar com elas. Prometem restabelecer as restrições nacionais e ideológicas que foram removidas pela globalização. Eles elogiam as pessoas por não falarem línguas estrangeiras e por não terem para onde ir. Em suma, o que os populistas prometem aos seus eleitores não é competência, mas intimidade. Eles prometem restabelecer o vínculo entre as elites e o povo. E um número crescente de pessoas na Europa hoje considera esta promessa atraente.¹⁸²

Portanto, subjacente ao grito dos povos europeus contra a Europa integrada está também um “um grito por proteção, um grito por política e visibilidade política”.¹⁸³ Por conseguinte, o futuro da União depende que ela e sua lideranças reconciliem-se com as aspirações profundas dos europeus. Em outras palavras, depende que ganhem a disputa por lealdades, ou (nos termos de Middelaar) a “luta verbal”.

Entretanto, a histórica aversão da Comunidade Europeia à linguagem da política de poder parece tê-la tornado inepta para referenciar-se politicamente em termos de interesses e convicções. Como consequência, ela não consegue construir narrativas convincentes para ir ao encontro dos seus próprios cidadãos.¹⁸⁴

Diante das acirradas rivalidades geopolíticas da quadra histórica contemporânea, é necessário que se consiga mobilizar uma vontade comum europeia a fim de gerar poder coletivo entre os Estados da União e, desse modo, atuar efetivamente em defesa das aspirações e interesses da Europa unida. Em razão disso, o paradigma despolitizante com o qual a integração foi fundada precisa dar lugar a um outro. Apesar de ter, até o momento, possibilitado um estreitamento histórico na cooperação intra-europeia, sua razão de ser

¹⁸² KRASTEV, *After Europe*, cit., p. 91–92 [tradução nossa]. No original: “Unlike a century ago, today’s insurgent leaders aren’t interested in nationalizing industries. Instead, they promise to nationalize their elites. They don’t promise to save the people but to stay with them. They promise to reestablish the national and ideological constraints that were removed by globalization. They praise the people for not speaking foreign languages and for having nowhere to go. In short, what populists promise their voters is not competence but intimacy. They promise to reestablish the bond between the elites and the people. And a rapidly increasing number in Europe today find this promise appealing”.

¹⁸³ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. cit., p. 51.

¹⁸⁴ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 40.

esvaiu-se em face de uma nova dinâmica geopolítica mundial (e regional), em face do imperativo de afirmar politicamente a Europa. Nessa esteira, argumenta Middelhaar:

Depois de transcorridos sessenta anos, essa razão de ser caducou; ela passa a ser uma desvantagem. Nos acontecimentos fervilhantes de nosso tempo, a União precisa defender e articular seus próprios interesses, os Estados-membros precisam vincular sua capacidade de ação por força própria, eles precisam determinar um lugar no espaço e no tempo juntos.¹⁸⁵

Isso, por sua vez, coloca em colisão diferentes perspectivas concernentes ao propósito e à natureza do projeto europeu. Para Middelhaar, em especial, a autocompreensão da União Europeia pendula entre duas vertentes: a *Europa como projeto de paz* e a *Europa como projeto de poder*.

O projeto de paz implica “suprimir as nações, romper a soberania do Estado, para se dar na Europa o primeiro passo em direção à paz mundial”. Nele, “a Europa seria ‘eminentemente um ato moral’, exigindo idealismo e irreconciliabilidade”; e “os cidadãos nacionais teriam de virar cidadãos do mundo apátridas (ou consumidores apolitizados)”. Em seu cerne, portanto, está “a supressão da identidade nacional a favor de valores universais”.¹⁸⁶

Por sua vez, o projeto de poder consiste em “fundir todas as nações numa totalidade maior, concentrar o poder dos Estados, a fim de defender seus interesses conjuntos como uma única Europa perante o resto do mundo”. Nele, “a Europa constitui um ato político, que pede discernimento e uma redefinição do interesse próprio”; e os cidadãos, “europeus comprometidos ou mesmo orgulhosos”. Trata-se, portanto, da “criação de uma identidade europeia”.¹⁸⁷

À luz dessas considerações, percebe-se que o reposicionamento da União Europeia e de seus integrantes em um emergente mundo multipolar está profundamente vinculado a uma redefinição conceitual do próprio projeto europeu. Parece não haver dúvidas de que

¹⁸⁵ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 264.

¹⁸⁶ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. cit., p. 371.

¹⁸⁷ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. cit., p. 371.

um despertar geopolítico da Europa, traduzido em sua preocupação por autonomia estratégica, direciona os europeus a afirmar seu bloco regional como um instrumento coletivo de poder. A seu turno, um tal movimento requer a concepção de uma identidade europeia.

Não há, portanto, como ignorar a pertinência do que vocaliza Marie Le Pen, na epígrafe com que se abriu o presente capítulo do trabalho. Para que a Europa exerça poder concretamente autônomo — nos termos de Le Pen, “soberania”— é preciso que ela se converta em um corpo político que reivindica uma realidade histórico-cultural compartilhada — algo que é inerente à ideia de “povo”. Isso não pode ser feito em antagonismo aos Estado-nacionais do Velho Continente. De que modo, então, podem os europeus encontrar esse elemento de unidade em meio às múltiplas nacionalidades que parecem distanciá-los?

III. DE VOLTA À HISTÓRIA; SOBRE A IDEIA DE UM DESTINO

[...] a história está viva, pujante e aterrorizante.

SAMUEL P. HUNTINGTON

[...] a história é tal quais os oceanos: não apenas divide, mas também une. O importante é interpretar corretamente essa história.

VLADIMIR PUTIN

A Europa é, notavelmente, um espaço polifônico. Como tal, pode-se dizer que o universo europeu se constitui por um processo histórico permanentemente animado pelo conflito de valores e de aspirações entre seus povos. Toda a experiência europeia, por conseguinte, pode ser compreendida pela dinâmica de afirmação de aspectos particulares de um vasto mosaico cultural — aspectos esses que, a seu turno, assumiram formas históricas diferentes (e, por vezes, contrastantes), encarando-se nos diversos movimentos políticos, correntes ideológicas e projetos de poder que moldaram o percurso do Velho Continente. Nas palavras de Emmanuel Todd

As paixões europeias, religiosas ou ideológicas, estão inscritas no espaço. Tal nação, tal região adere à Reforma ou à Revolução, à social-democracia ou ao anarquismo, ao liberalismo, ao comunismo, ao fascismo, ao nazismo, e revela-se disposta a confrontar os seus vizinhos em nome de valores demasiado absolutos [...]. A França acredita principalmente na liberdade e na igualdade; por sua vez, a Alemanha se lhes opõe com os sonhos de autoridade e diferença [*inégalité*]; a Inglaterra só está interessada na liberdade. Algumas regiões, como a Itália central, combinam o amor pela igualdade e o gosto pela autoridade. A diversidade dos valores europeus explica em grande parte o prodigioso dinamismo de um continente que não pode, em nenhuma fase da sua história, fechar-se num sistema mental único e definitivo. Quando a história termina na Itália, ela retoma na Alemanha; quando se esgota na Alemanha, renasce na Inglaterra ou na França... Os conflitos de valores entre zonas

geográficas, porém, também explicam a extraordinária brutalidade dos confrontos dos últimos cinco séculos.¹⁸⁸

Nessa esteira, é possível afirmar que o advento dos nacionalismos potencializou as distinções valorativas no seio da Europa, uma vez que as incorporou aos embates subjacentes à afirmação soberana dos Estados nacionais. Paralelamente, porém, ao mesmo tempo em que demarcavam (por vezes, mediante o uso da força) as distinções entre os povos da Europa, afastando-os — assim — uns dos outros, tais movimentos também traziam em si um segundo desdobramento (aparentemente contraditório), manifesto apenas em um tempo de mais longa duração, qual seja: o de revelar a base de uma experiência histórica comum europeia. Tal qual a sístole é sucedida pela diástole, a vida da Europa profunda pulsa na alternância de movimentos que ora sublinham suas descontinuidades internas, ora promovem o reconhecimento de uma comunhão europeia (quer de ideais, quer de ambições). Assim, de forma quase paradoxal, a mesma afirmação das particularidades que parecem dividir os europeus atua também para suscitar uma renovação no senso de unidade e convergência. Como afirma Middelaar:

Os 25 séculos de história europeia podem muito bem ser considerados uma interação de forças que levaram a uma unidade e e uniformidade política e cultural (romanização, cristianização, o Iluminismo) com forças que propiciaram a divisão e a diversidade (grandes migrações internas, reformas religiosas, formação das nações-Estado). Na era moderna, eles interagiram de maneira imprevista. Por toda a Europa, a invenção da imprensa favoreceu as línguas populares em detrimento do latim. A disputa entre monarcas e Estados, além da guerra, também levou à imitação e ao intercâmbio. Se um país conquistava uma colônia ultramarina, outro

¹⁸⁸ TODD, Emmanuel. *L'invention de l'Europe*. Paris: Éditions du Seuil, 1990, p. 9 [tradução nossa]. No original: “Les passions européennes, religieuses ou idéologiques, sont inscrites dans l'espace. Telle nation, telle région adhère à la Réforme ou à la Révolution, à la social-démocratie ou à l'anarchisme, au libéralisme, au communisme, au fascisme, au nazisme, et se révèle prête à affronter ses voisins au nom de valeurs aussi absolues [...] La France croit majoritairement en la liberté et l'égalité, l'Allemagne lui oppose des rêves d'autorité et d'inégalité, l'Angleterre ne s'intéresse qu'à la liberté. Quelques régions comme l'Italie centrale combinent amour de l'égalité et goût de l'autorité. La diversité des valeurs européennes explique assez largement le prodigieux dynamisme d'un continent qui ne peut, à aucune étape de son histoire, s'enfermer dans un système mental unique et définitif. Lorsque l'histoire s'arrête en Italie, elle reprend en Allemagne; lorsqu'elle s'épuise en Allemagne, elle renaît en Angleterre ou en France... Les conflits de valeurs entre zones géographiques expliquent cependant aussi l'extraordinaire brutalité des affrontements des cinq derniers siècles”.

também o queria; se um príncipe mandava construir um teatro de ópera, outro logo o seguia. Não é correto, portanto, considerar o nacionalismo uma força meramente antagônica. A assertividade das suas nações dividiu mas também homogeneizou a Europa.¹⁸⁹

Depreende-se disso que a União Europeia não poderá constituir-se como um projeto de poder em negação aos Estados europeus, suas nacionalidades e suas particularidades culturais. Antes, a construção de uma efetiva coletividade política europeia demanda que se assuma suas pluralidades, construindo entre elas espaços de mediação, a fim de elevá-las a um plano comum.¹⁹⁰

Para tanto, é preciso que os membros da Europa integrada passem a se reconhecer dentro de uma esfera de afinidades mais ampla, que transcende os limites das nacionalidades — sem, contudo, suprimi-las. O projeto europeu no limiar de uma nascente ordem geopolítica multipolar precisa de uma nova justificação, que, para além de resguardar as conquistas já alcançadas, direcione corações e mentes a uma visão compartilhada de futuro ou de destino. Tal visão, nada obstante, precisa estar lastreada em uma renovada consciência

¹⁸⁹ MIDDELAAR, *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. *cit.*, p. 405-406.

¹⁹⁰ Afinal, a maioria das nações europeias são elas próprias muito diversas a nível antropológico, sem que esta diversidade tenha impedido a construção de Estados. Sistemas familiares minoritários, mas substanciais podem ser identificados em França como na Grã-Bretanha, nos Países Baixos como em Espanha, em Itália como na Noruega. **A fragmentação antropológica do continente só é um obstáculo à unidade porque é reprimida da consciência política:** esta repressão impede-nos de abordar francamente os problemas reais. A definição de uma cidadania comum implica confrontarmos as concepções de nacionalidade alemã, britânica, francesa, italiana, holandesa e espanhola. **A construção de um poder político único pressupõe uma comparação honesta das diferentes formas de vida social existentes em todo o continente.** A Europa dos cidadãos não pode nascer de uma unidade natural que não existe. **Para se definir, deve aceitar e superar diferenças muito reais, ancoradas na moral e no inconsciente das pessoas.** (grifo nossa) [tradução nossa] (TODD, *L'invention de l'Europe*, *cit.*, p. 12-13). Nor original: “Après tout, la plupart des nations européennes sont elles-mêmes très diverses sur le plan anthropologique, sans que cette diversité ait empêché la construction des États. Des systèmes familiaux minoritaires mais substantiels peuvent être identifiés en France comme en Grande-Bretagne, aux Pays-Bas comme en Espagne, en Italie comme en Norvège. La fragmentation anthropologique du continent n'est un obstacle à l'unité que parce qu'elle est refoulée de la conscience politique: ce refoulement interdit que l'on aborde franchement les vrais problèmes. La définition d'une citoyenneté commune implique que l'on confronte les conceptions allemande, britannique, française, italienne, néerlandaise, espagnole de la nationalité. La construction d'un pouvoir politique unique suppose comparaison honnête des différentes formes de vie sociale existant à travers le continent. L'Europe des citoyens ne peut naître d'une uniténaturelle qui n'existe pas. Elle doit, pour se définir, accepter et surmonter des différences bien réelles, ancrées dans les mœurs, dans l'inconscient des peuples”.

histórica que apreenda dos percursos de longa duração do mundo europeu seu sentido comum.

Em nosso sentir, tal intento só pode ser exitosamente empreendido por uma chave civilizacional. Isso corresponde a dizer que a Europa precisa autocompreender-se com uma civilização específica — a civilização europeia ou ocidental — que detém uma herança cultural particular; em torno da qual seus múltiplos povos podem se congregar e se articular politicamente. Por conseguinte, para além dos supranacional ou do comunitário, importa repensar o projeto europeu como um *projeto civilizacional*.

Nesse sentido, convém delimitar conceitualmente o termo civilização. Embora tal termo guarde uma inafastável relação com a ideia de cultura, ambos não se confundem.¹⁹¹Ora, para Samuel Huntington:

Uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm aquém daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas. As pessoas têm níveis de identidade: um morador de Roma pode se definir em graus variáveis de intensidade como um romano, um italiano, um católico, um cristão, um europeu, um ocidental. A civilização à qual ele pertence é o nível mais amplo de identificação com o qual ele se identifica de forma intensa. As civilizações são o maior “nós” dentro do qual nos sentimos culturalmente à vontade, em contraste com todos os outros “eles” por aí afora.¹⁹²

¹⁹¹ Como nos elucida Horta e Ramos: “O termo cultura, conforme visto, refere-se modernamente ao conjunto dos produtos elaborados historicamente por um grupo social, a despeito da sofisticação e do estágio de desenvolvimento no qual se encontra ou, mesmo, de seu locus urbano ou rural. Nesse sentido, é cultura tanto o complexo criativo elaborado pelos franceses, quanto aquele produzido pelos índios da Amazônia ou pelas tribos africanas. A palavra civilização, por outro lado, tem uma conotação mais restrita, sendo utilizada apenas para referir-se a culturas avançadas que apresentam um maior grau de complexidade social.” Além disso, acrescentam: “Se a cultura é a expressão por excelência da criatividade humana, então a civilização é seu cume; um cume no qual impera um orgulho pelas conquistas alcançadas, as quais, ao menos no que se refere ao Ocidente, se apresentam como realizações universais”.(HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as Veredas da Cultura e da Civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, IBF, v. 233, 2009, p. 268/p. 275).

¹⁹² HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Trad. M H. C. Cortês. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997,p. 47–48.

É pelo prisma da identidade civilizacional que se pode acessar aquelas “unidades brilhantes”, na expressão de Fernand Braudel, pelas quais se contempla a Europa como um espaço cultural coerente:

Entenderemos por unidades brilhantes os encontros, os uníssonos que dão à civilização europeia no plano mais elevado da cultura, do gosto e do espírito, um feitiço fraterno quase uniforme, como se ela fosse invadida por uma única e mesma luz. [...] todo movimento, surgido num ponto qualquer de seu espaço, tende a aprendê-lo em sua totalidade. Dizemos: *tendência* apenas. Determinado bem cultural pode chocar-se com reticências, com recusas desta ou daquela parte da Europa, ou, ao contrário, seu sucesso pode extravasar suas fronteiras, como acontece tantas vezes, a ponto de deixar de ser ‘europeu’ para tornar-se mundial. Entretanto, tomado em seu conjunto, o espaço europeu forma uma área cultural bastante coerente e de há muito firmada perante o resto do mundo.¹⁹³

Em outras palavras, a partir de chave civilizacional pode-se acessar uma mentalidade coletiva da Europa:

Em cada época, certa representação do mundo e das coisas, uma mentalidade coletiva dominante anima, penetra a massa inteira da sociedade. Essa mentalidade que dita as atitudes, orienta as opções, arraiga os preconceitos, inclina os movimentos de uma sociedade, é eminentemente um fato da civilização. [...] As reações de uma sociedade aos acontecimentos da hora, às pressões que eles exercem, às decisões que exigem dela, obedecem menos à lógica, ou mesmo ao interesse egoísta, do que a esse mandamento não formulado, frequentemente informulável e que brota do inconsciente coletivo. Esses valores fundamentais, essas estruturas psicológicas, são seguramente o que as civilizações *têm de menos comunicável* em relação umas às outras, o que as isola e melhor as distingue. E essas mentalidades são também pouco sensíveis aos danos causados pelo tempo.¹⁹⁴

O século XXI tem evidenciado que as civilizações guardam também um imenso relevo para a compreensão de uma geopolítica mundial multipolar. Elas, na verdade,

¹⁹³ BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 364.

¹⁹⁴ BRAUDEL, *Gramática das civilizações, cit.*, p. 364.

correspondem a um aspecto central da emergência e rearticulação dos novos centros de poder no pós-Guerra Fria.

Na leitura de Samuel Huntington, com a dissolução da bipolaridade entre Moscou e Washington, e o encerramento das divisões ideológica subjacente à rivalidade entre essas superpotências, os Estados e as coletividades e, em alguma medida, os sujeitos passam a buscar mais intensamente em suas próprias culturas as coordenadas para o seu reposicionamento em face de nova ordem.¹⁹⁵ Nessa esteira, se dá no plano cultural as principais linhas de divisão da geopolítica mundial. *In verbis*:

A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. Entretanto, a violência entre Estados e grupos de civilizações diferentes carrega consigo o potencial para uma escalada na medida em que outros Estados e grupos dessas civilizações acorrem em apoio a seus ‘países afins’.¹⁹⁶

Além disso, é evidente que a tese de Huntington rejeita a noção de uma integração globalizante da ordem internacional e, por conseguinte, uma indefinida manutenção da hegemonia norte-americana. Para ele, o mundo multicivilizacional tende a experimentar acirrados conflitos — talvez mais desafiadores do que aqueles testemunhados ao tempo da Guerra Fria, tendo em vista o maior grau de complexidade desse novo arranjo de forças —

¹⁹⁵ Huntington afirma que os símbolos culturais se tornaram cruciais para a reconstrução das identidades. Por sua vez, as rivalidades e os antagonismos políticos se inscrevem nessa dinâmica, aprofundando a solidariedade entre grupos com afinidades culturais mais estreitas. Leciona o autor: “No mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à pergunta mais elementar que os seres humanos podem encarar, quem somos nós? E estão respondendo a essa pergunta da maneira pela qual tradicionalmente responderam fazendo referência às coisas que mais lhes importam. As pessoas se definem em termos de antepassados, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Elas se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, em nível mais amplo, civilizações. As pessoas utilizam a política não só para servir aos seus interesses, mas também para definir suas identidades. Nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, muitas vezes, quando sabemos contra quem estamos”. HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, cit., p. 18.

¹⁹⁶ HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, cit., p. 21.

principalmente quando estiverem em disputa representantes de civilizações distintas. Desse modo, a possibilidade de se conferir algum ordenamento às relações internacionais repousaria na concertação entre as civilizações ou, mais especificamente, entre seus Estados-núcleo.

Durante a Guerra Fria, a ordem que possa ter existido era fruto da dominação pelas superpotências de seus respectivos blocos e da influência das superpotências no Terceiro Mundo. No mundo que está surgindo, o poder global tornou-se obsoleto, a comunidade global, um sonho longínquo. Nenhum país, inclusive os Estados Unidos, tem importantes interesses globais de segurança. Os componentes da ordem no mundo atual, mais complexo e heterogêneo, se encontram dentro das civilizações e entre elas. O mundo será ordenado com base nas civilizações ou não será ordenado de forma alguma. Nesse mundo, os Estados-núcleos das civilizações assumem o lugar das superpotências. Eles são a fonte da ordem no seio das civilizações e, através de negociações com outros Estados-núcleos, entre as civilizações.¹⁹⁷

3.1 Dialética civilizacional; a UE entre Rússia, China e EUA

É preciso posicionar a Europa em face dos atores que compõem a *tríade geoestratégica* mundial: Rússia, Estado Unidos e China.¹⁹⁸ Isso porque o jogo de forças do emergente mundo multipolar será conformado principalmente, embora não exclusivamente, pela interação entre esses três centro de poder — cada qual, por sinal, oriundo de núcleos civilizacionais diferentes—razão pela qual alguns preferem denominar a cena internacional contemporânea como *tripolar*.¹⁹⁹

O processo de amadurecimento de uma consciência civilizacional se dá, em linha com que o próprio Braudel afirmava, como uma decantação. A partir do contato com elementos culturais que lhe são estranhos, uma civilização vai adquirindo maior grau de autocompreensão. Para o historiador francês:

¹⁹⁷ HUNTINGTON, O *Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, cit., p. 194.

¹⁹⁸ Tomamos o termo emprestado de Brzezinski. V. BRZEZINSKI, *The geostrategic triad; living with China, Europe and China.*, cit., *passim*.

¹⁹⁹ Cf. ROSEIRA, Antonio Marcos. O mundo tripolar: geopolítica russa no século XXI e a nova ordem internacional. In: *GEOgraphia*, UFF, Niterói, v. 25, n. 54, 2023.

Uma civilização atinge sua verdade pessoal lançando aquilo que a incomoda na obscuridade de terras limítrofes e já estrangeiras. Sua história é a decantação, ao longo de séculos, de uma personalidade coletiva, que se acha [...] entre um destino consciente e claro e um destino obscuro e inconsciente.²⁰⁰

Há, nesse sentido, uma inerente dialeticidade em tal processo de tomada de consciência. Dado que as iterações (ou choques) intercivilizacionais desempenham um papel crucial para que se apreenda os aspectos mais essenciais de uma civilização, à Europa cabe colocar-se em face de outros núcleos civilizacionais no intuito de encontrar as sínteses de si; que, a seu turno, possibilitarão construir a unidade europeia em meio à sua multiplicidade de nações e de valores.

Embora Huntington afirme que as civilizações não são entidades políticas *per se*, é notável que as confluências civilizacionais têm operado novas formas de cooperação e organização política entre diferentes nações, quer na forma de blocos regionais, quer na forma de *Mega-Estados*, de Confederações Civilizacionais ou, ainda, dos chamados *Estado Civilizacionais*.²⁰¹

²⁰⁰ BRAUDEL, *Gramática das civilizações*, cit., p. 51. Importa ressaltar, nada obstante, que a dinâmica das civilizações não é constituída exclusivamente por rejeição a artefatos e bens oriundos de outros núcleos civilizacionais; como se fossem universos necessariamente fechados e estáticos. Pelo contrário, Braudel reitera que as relações entre as civilizações foram e são marcadas por incessantes trocas, permutas e empréstimos culturais. “Na verdade, bens culturais viajam desde que o mundo é mundo, desde a pré-história. Durante a Antiguidade, mil ligações não cessam de atuar, do oceano Índico ao Mediterrâneo. Todos os séculos foram atravessados por esses viajantes impenitentes. Por vezes, eles andam em grupo: assim se propagam a arte romana, a arte gótica, a arte do Renascimento, o Barroco ou a pintura abstrata, esta, talvez, ainda mais bem instalada na Itália do que na França. Não pense, de modo algum, que o mundo moderno, nosso mundo da velocidade, tenha o monopólio dessas difusões. [...], na incansável difusão das culturas, acontece, às vezes, o mesmo que com a luz das estrelas distantes, que chega até nós quando essas estrelas já se extinguíram há séculos ou milênios... [...] Estranhas civilizações! Estão sempre prontas a tomar empréstimos com um apetite insaciável, quase sem discernimento. Ir contra essa tendência, contra essa voracidade, é desperdiçar seu trabalho e seu tempo”. Ao mesmo tempo, aderir a um aspecto de um núcleo civilizacional não implica abraçar o seu conjunto. Em razão disso, o historiador francês adverte que a rejeição se dá quando um bem cultural ofende algum componente basilar de uma civilização: “Uma civilização geralmente repugna adotar um bem cultural que questiona uma de suas estruturas profundas. Essa recusa a tomar emprestado, essas hostilidades secretas são relativamente raras, mas conduzem sempre ao âmago de uma civilização.” BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 347-348; BRAUDEL, *Gramática das civilizações*, cit., p. 50.

²⁰¹ Cf. CABRAL, Severino. *Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004; COKER, Christopher. *The Rise of the Civilizational State*. London: Polity, 2019.

Aqui, Rússia e China ganham destaque por corresponderem aos Estados-núcleos de suas respectivas civilizações (eslavo-ortodoxa e confuciana), papel que parecem incorporar em suas políticas externas. Na verdade, tamanha é a centralidade das duas potências em seus respectivos grupos civilizacionais que ambos figuram praticamente como os únicos entes capazes de dar expressão político-estratégica às civilizações de que são pertencentes — razão pela qual alguns designam Moscou e Pequim por Estados Civilizacionais. Para André Benoist, tais Estados:

São potências regionais cuja influência se estende para além das suas fronteiras e que concebem os Nomos da Terra como fundamentalmente multipolares. Inicialmente, a China e a Rússia, em particular, foram consideradas Estados Civilizacionais. Ainda assim, esta qualificação pode ser aplicada a muitos outros Estados capazes de organizar, com base na sua cultura e longa história, uma esfera de influência que se estende para além do seu território nacional ou grupo etnolinguístico: Índia, Turquia e Irã, para citar apenas alguns.²⁰²

Há em ambas as coletividades políticas, a russa e a chinesa, discursos civilizacionais concernentes às suas identidades; os quais afetam o modo como tais atores se colocam na arena internacional.

Quer como Estados-núcleo, quer como Estados Civilizacionais, identifica-se nesses atores uma postura não apenas de defesa de sua soberania, mas também de defesa das singularidades de sua herança histórico-cultural. Ambas, aqui, entrelaçam-se — especialmente, em face das imposições universalizantes (econômicas, políticas e culturais) do Ocidente.

Os Estados civilizacionais opõem-se ao universalismo ocidental com um modelo em que cada grupo civilizacional tem uma identidade distinta, tanto em termos de valores culturais como de instituições

²⁰² BENOIST, Alain de. The time of the Civilisational States. *ARKTOS*, 2023. Disponível em: <https://arktos.com/2023/04/26/the-time-of-the-civilisational-states>. Acesso em: 04 de Janeiro, 2024 [tradução nossa]. No original: “They are regional powers whose influence extends beyond their borders and who conceive the Earth’s Nomos as fundamentally multipolar. Initially, China and Russia, in particular, were considered civilisational states. Still, this qualification can be applied to many other states capable of organising, on the basis of their culture and long history, a sphere of influence extending beyond their national territory or ethnolinguistic group: India, Turkey, and Iran, to name but a few”.

políticas, uma identidade que não pode ser reduzida a qualquer modelo universal. Estes Estados não querem apenas implementar uma política soberana sem se submeterem aos ditames das elites supranacionais. Querem também frustrar qualquer projeto ‘globalista’ que vise fazer reinar os mesmos princípios em todo o planeta, porque estão conscientes de que a cultura que carregam não é idêntica a nenhuma outra. Este é um lembrete de que **não pode haver cultura de todas as culturas**. (grifo nosso)²⁰³

Nestes termos, importa reconhecer que essa postura mais assertiva de Moscou, Pequim e outros Estados não-ocidentais tende a representar um ponto de fricção quase natural com os países da civilização ocidental, da qual sempre foi constitutiva uma inegável pretensão universalista.²⁰⁴ Não se ignora que, diante de sua perda gradativa perda de poder,

²⁰³ BENOIST, The time of the Civilisational States, *cit.* [tradução nossa]. No original: “Civilisational states oppose Western universalism with a model in which each civilisational grouping has a distinct identity, both in terms of cultural values and political institutions, an identity that cannot be reduced to any universal model. These states do not only want to implement a sovereign policy without submitting to the dictates of supranational elites. They also want to thwart any ‘globalist’ project aimed at making the same principles reign over the whole planet because they are aware that the culture they carry is not identical to any other. This is a reminder that there can be no culture of all cultures”. Nota-se que Benoist reconhece nos Estados Civilizacionais uma expressão alternativa de estatalidade, que se difere daquela concebida em termos de soberanias nacionais. Para ele: “O Estado Civilizacional, por outras palavras, procura estabelecer uma concepção do bem baseada em valores substantivos particulares e numa tradição específica. A ascensão dos Estados civilizacionais assinala a entrada numa era em que **a ordem mundial já não está reduzida ao equilíbrio instável dos Estados-nação**. À medida que as normas civilizacionais se tornam um ponto crucial na geopolítica, **a principal competição já não é a tradicional entre Estados-nação, mas sim aquela entre civilizações**. Os Estados civilizacionais dão origem a um novo modo de soberania que já não é o dos Estados-nação [tradução nossa]. No original: “The civilisational state, in other words, seeks to establish a conception of the good based on particular substantive values and a specific tradition. the rise of civilisational states signals the entry into an era in which the world order is no longer reduced to the unstable equilibrium of nation-states. As civilisational norms become a pivotal point in geopolitics, the main competition is no longer the traditional one between nation-states but the one between civilisations. Civilisational states give rise to a new mode of sovereignty that is no longer that of nation-states”.

²⁰⁴ Como salientam Horta e Ramos: “Vale dizer que o conceito de civilização traz em si a nota peculiar da humanidade que o desenvolveu: o universalismo típico e pretensioso da razão ocidental. É o Ocidente e apenas ele que, desde suas origens gregas, dispôs-se verdadeiramente a conhecer o outro (o diferente), assumindo as conquistas das mais distintas culturas e refundindo-as em sua tradição. Ai reside sua vocação universal, que ao integrar em si o outro mesmo que à custa da violência do seu imperialismo, apresenta suas realizações como se fossem de toda a humanidade. As milenares civilizações chinesa e hindu nunca se ocuparam em sair dos limites de seu próprio imaginário mitológico e social; nunca se lançaram à descoberta do alheio ou se ocuparam em se exportar ou se fazer entender; e por não terem saído de si mesmo, não poderiam ter pretendido ser a unidade (unus) para a qual se voltam (versus) as mais diferentes realizações da humanidade”. (HORTA; RAMOS, Entre as Veredas da Cultura e da Civilização, *cit.*, p. 276)

o Ocidente não conseguirá mais fazer frente à resistência das outras civilizações a algumas de suas ações no plano internacional. Como leciona Samuel Huntington:

[...] os esforços do Ocidente: (1) para manter sua superioridade militar através de política de não-proliferação e contra-proliferação com relação a armas nucleares, biológicas e químicas e os meios de lançá-las; (2) para promover os valores e as instituições políticas do Ocidente através de pressões sobre as outras sociedades para que respeitem os direitos humanos tal como concebidos no Ocidente e adotem a democracia segundo as linhas ocidentais e (3) para proteger a integridade cultural, social e étnica das sociedades ocidentais, através da restrição do número de não-ocidentais admitidos como imigrantes ou refugiados. Em todas essas três áreas, o Ocidente teve e é provável que continue a ter dificuldades para defender os seus interesses contra os das sociedades não-ocidentais.²⁰⁵

Isso posto, voltemo-nos a algumas especificidades que atravessam os universos político-culturais russo e chinês

A formação da Rússia se desenrolou pelo permanente contraste com as características da civilização europeia (ocidental).²⁰⁶ Ao mesmo tempo, o universo russo se constituiu a partir de uma diversidade de influências culturais.²⁰⁷ Em razão disso, a definição de identidade russa tem sido, ao menos nos últimos duzentos anos, objeto de disputa entre *ocidentalistas*, de um lado, e *eslavófilos e eurasianos*, de outro.²⁰⁸ Tais disputas, ao seu turno, têm

²⁰⁵ HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, cit., p. 230-231.

²⁰⁶ Para um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento histórico-cultural da Rússia, ver: FREIRE, Thales Monteiro. *Rússia, religião e Estado*; um estudo das dimensões culturais e geopolíticas, da *Rus'* à federação. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação, Mestrado em Direito), 2021.

²⁰⁷ Para Bushkovitch: “As diversas civilizações russas sempre foram uma mistura de diferentes culturas, uma espécie de síntese de muitas influências e povos – ao contrário, por exemplo, de uma civilização como a japonesa que teve uma dinâmica geral bem mais isolacionista e refratária a miscigenações.” BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. Trad. José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: Edipro, 2014, p. 30.

²⁰⁸ SEGRILLO, Angelo. *Rússia: Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e suas consequências hoje na política da Rússia entre ocidente e oriente*. Curitiba: Prismas, 2016.

influenciado consideravelmente a condução da política externa russa ao longo dos séculos XX e XXI.²⁰⁹

Não se ambiciona, aqui, incursionar pelas profundas questões concernentes a esse debate. Interessa-nos, nada obstante, em linha com as reflexões de Huntington e Braudel, reconhecer que há um discurso civilizacional russo (ou eslavo-ortodoxo) — o qual, por sua vez, tem ganhado relevo na atuação internacional de Moscou.

Para os eurasianos, como Alexander Dugin, não há dúvidas de que a Rússia seja ela mesma uma civilização. Afinal, em seu próprio termo, “Quando se cruza as fronteiras da Rússia, a alma cultural muda; nós nos deslocamos de um tipo histórico-cultural a outro. Os russos diferem precisamente da Europa, do Ocidente como um todo”.²¹⁰

Aliás, reconhece-se que o universo cultural russo “possui seus próprios valores originais e seus próprios interesses. Os valores relacionados à sociedade tradicional, com tom de fé ortodoxa e de um específico messianismo russo”.²¹¹

O discurso civilizacional russo, ao ressaltar suas distinções do Ocidente e do Oriente, enfatiza uma pendurada resiliência, que, por vezes, precisou lançar mão de aspectos da modernização ocidental para manter-se

Nesse caso, a história russa aparece como a cíclica pulsação de uma específica civilização, retornando em calmas condições para suas raízes originais, mas adotando a modernização forçada (de cima) em períodos críticos. Em tal figura, as reformas de Petrino, o "europismo" da elite Romanov, e o experimento soviético adquirem significância e regularidade legal. A Rússia-Eurásia inflexivelmente defendeu seus próprios interesses e valores, enquanto algumas vezes

²⁰⁹ Para Andrei Tsygankov, a condução da política exterior russa foi historicamente disputada pelas perspectivas *ocidentalista*, *estatista* e *civilizacional* (eurasianas). A vertente ocidentalista orienta-se a partir das similaridades da Rússia com o Ocidente europeu, buscando dele se aproximar. Já a estatista prima pela estabilidade, segurança e soberania da Rússia *como Estado-nacional*. A perspectiva civilizacional, por sua vez, concebe a Rússia como o coração de uma civilização particular, distinta culturalmente do Ocidente, e que se estende para além das fronteiras do Estado nacional russo; para tal perspectiva, Moscou deve engajar-se prioritariamente na promoção da integração dessa civilização. (TSYGANKOV, Andrei P. *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006).

²¹⁰ DUGIN, Alexander. *Contra o Ocidente; Rússia contra-ataca*. Trad. Álvaro Hauschild. Porto Alegre: Editora Austral, 2013, p. 13.

²¹¹ DUGIN, *Contra o Ocidente; Rússia contra-ataca, cit.*, p. 13.

focou em ter recurso para ocidentalização-modernização com fim de uma efetiva oposição ao Ocidente.²¹²

Além disso, a conformação histórica da identidade russa parece ter como um vetor a sua incessante busca de afirmação entre as influências do Ocidente e do Oriente

A Rússia não é parte do Ocidente nem do Oriente. É uma civilização. E a preservação de sua liberdade, independência e autonomia [self-being] antes de enfrentar outras civilizações - tanto do Ocidente como do Oriente - constitui o vetor da história russa.²¹³

A China, por sua vez, figura como um Estado com uma identidade civilizacional mais consolidada; o que se evidencia reiteradamente nas próprias declarações de seus dirigentes bem como em seus documentos oficiais. Em razão disso, Zhang WeiWei considera o Estado chinês como um Estado Civilizacional. Para ele, a China

[...] tem tradições históricas e culturais extremamente fortes. Não imita ou segue facilmente outros modelos, sejam eles ocidentais ou não. Tem sua própria lógica intrínseca de evolução e desenvolvimento. É inevitável que encontre todos os tipos de desafios no futuro, mas a sua ascensão é aparentemente imparável e irreversível. O Estado Civilizacional tem uma forte capacidade de aproveitar os pontos fortes de outras nações, mantendo ao mesmo tempo a sua própria identidade. Como civilização endógena capaz de gerar os seus próprios padrões e valores, faz contribuições únicas para as civilizações mundiais.²¹⁴

Não se deve ignorar que, apesar dessa afirmada identidade civilizacional, a China abriga em si uma vasta pluralidade cultural — expressa, inclusive, no plano linguístico — para qual se conseguiu conferir algum arranjo de unidade e harmonia²¹⁵

²¹² DUGIN, Contra o Ocidente; Rússia contra-ataca, *cit.*, p. 39.

²¹³ DUGIN, *Contra o Ocidente*; Rússia contra-ataca, *cit.*, p. 39.

²¹⁴ WEIWEI, Zhang. *The China wave; rise of a civilizational State*. Hackensack: World Century, 2012, p. 2-3 [tradução nossa]. No original: “It does not easily imitate or follow other models, be they Western or otherwise. It has its own intrinsic logic of evolution and development. It is bound to encounter all kinds of challenges in the future, but its rise is seemingly unstoppable and irreversible. The civilizational state has a strong capability to draw on the strengths of other nations while maintaining its own identity. As an endogenous civilization capable of generating its own standards and values, it makes unique contributions to the world civilizations.”

²¹⁵ “Por exemplo, os milhares de dialetos da China foram unificados sob a mesma língua escrita neste vasto país. As pessoas de Pequim, Xangai e Guangzhou (Cantão), as três cidades mais famosas da China, também

Como o autor já deixaria transparecer, o escopo geral da estrutura estatal/civilizacional chinesa está lastreada nos preceitos do confucionismo. Primando pelos valores da disciplina, da harmonia e do regramento, a cosmovisão confucionista conferiu certa coesão à classe letrada e administrativa chinesa ao longo das sucessivas etapas históricas de sua civilização, garantindo-lhe um senso de continuidade e de estabilidade.²¹⁶ Em razão de sua pendurada força, pode-se dizer que o confucionismo consiste no eixo valorativo da civilização sínica e, por conseguinte, seu Estado-líder, a República Popular da China.

A dominância incontestada da doutrina confucionista no modelo de organização do governo chinês vigeu por quase dois milênios, quando passou a ser ameaçada no final do século XIX e início do século XX [...] a ameaça não foi suficiente para dizimar a influência confucionista sobre o pensamento social e político chinês. Confúcio está, hoje, tão presente nas instituições de governo e nas decisões dos governantes como sempre esteve. Pode-se dizer que Confúcio, com sua hipervalorização das tradições, garantiu, mesmo que de forma inconsciente, que seu pensamento nunca fosse esquecido. Na China, mesmo diante de fortes rupturas, há continuidade de pensamento. Durante as turbulências, os chineses não abandonam as práticas dos antepassados e muito disso se deve à influência confucionista.²¹⁷

diferem muito entre si em termos de estilo de vida e mentalidade, e esta diferença pode ser ainda maior do que entre os britânicos, os franceses e os alemães e as diferenças entre os 56 grupos étnicos da China também são evidentes. Mas a maioria destas diferenças, se não todas, são complementares entre si no quadro amplo da ideia confucionista de ‘unidade na diversidade’.” WEIWEI, *The China wave; rise of a civilizational*, cit., p. 57 [tradução nossa]. No original: “For instance, China’s thousands of dialects have been unified under the same written language across this vast country. The people of Beijing, Shanghai and Guangzhou (Canton), the three most famous cities in China, also differ a great deal from each other in terms of lifestyle and mentality, and this difference may be even larger than between the British, the French and the German and differences among China’s 56 ethnic groups are also conspicuous. But most of these differences, if not all, are made complementary to each other within the broad framework of the Confucian idea of ‘unity in diversity’”.

²¹⁶ Para Braudel, os ensinamentos de Confúcio converteram-se no “apanágio da *intelligentsia* chinesa”. Além disso, comenta o autor: “O confucionismo é, com efeito, antes de mais nada, a expressão de uma casta, a dos letrados, aqueles a quem se chama mandarins, representantes da nova ordem social e política que se organizou pouco a pouco, após a desintegração feudal — em suma, os administradores e ‘funcionários’ dessa nova China”. BRAUDEL, *Gramática das civilizações*, cit., p. 176, p. 177.

²¹⁷ DINIZ, César Henrique Silva. *A influência do confucionismo no governo da República Popular da China*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Monografia, Bacharelado em Direito), 2022, p. 6-7.

A influência de Confúcio se fez de tal forma profunda na cena político-cultural da China que nem mesmo o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a liderança de Mao Zedong, conseguiu demovê-la. Posteriormente, já sob o comando de Deng Xiaoping, os dirigentes da República Popular passariam a promover a educação confucionistas, adaptando-a à luz de preceitos do marxismo-taoísmo.²¹⁸

O resultado dessa amálgama entre o pensamento tradicional confucionista e o marxismo com características chinesas, que serve de vela mestra para guiar a ação do PCC, é um sistema de governo único no mundo. Nesse sistema, os valores éticos da sociedade chinesa contrabalanceiam as aspirações pueris trazidas pelo consumismo capitalista após a abertura chinesa aos mecanismos de mercado, que foi necessária para desenvolver a indústria nacional num momento de transição para o socialismo. Desde então, o PCC não só respeita a influência confucionista sob o pensamento chinês como também incentiva a adoção, por parte da população, dos valores que Confúcio julgava necessário para que todos convivassem em harmonia. O PCC elevou a busca pela sociedade harmônica confucionista ao patamar de condições *sine qua non* para o desenvolvimento do socialismo pleno, que, para a liderança comunista, será alcançado em 2035.²¹⁹

Já em relação aos Estados Unidos, a diferenciação civilizacional em relação à Europa não aparenta ser tão nítida como aquela em relação aos chineses ou aos russos, por exemplo. Afinal, Huntington, como muitos outros, enquadraria ambos os universos culturais — o europeu e o norte-americano — como participantes de um mesmo grupo civilizacional: Ocidente. Deve-se ressaltar que a essa noção de Ocidente (albergando ambos os lados do Atlântico Norte) cristalizou-se por força da própria Guerra Fria. Ora, inegável é que há afinidades culturais incontornáveis entre o Velho Mundo e a América do Norte. No

²¹⁸ DINIZ, *A influência do confucionismo no governo da República Popular da China, cit.*, p. 71.

²¹⁹ DINIZ, *A influência do confucionismo no governo da República Popular da China, cit.*, p. 71-72. Em certo sentido, o próprio papel desempenhado pelo PCR na coletividade chinesa pode ser lida por lentes confucionistas: “O Partido Comunista da China (PCC) não é um partido tal como o conceito de ‘partido’ é entendido no Ocidente. Em essência, o PCC continua a longa tradição de uma entidade governante confucionista unificada, que representa ou tenta representar o interesse de toda a sociedade, em vez de um partido político de estilo ocidental que representa abertamente os interesses do grupo”. (WEIWEI, *The China wave; rise of a civilizational, cit.*, p. 60) [tradução nossa]. No original: “The Communist Party of China (CPC) is not a party as the concept ‘party’ is understood in the West. In essence, the CPC continues the long tradition of a unified Confucian ruling entity, which represents or tries to represent the interest of the whole society, rather than a Western-style political party which openly represents group interests”.

entanto, mesmo no contexto europeu, essa completa identificação cultural com os EUA (e com todo o mundo anglo-saxão, aliás) não representa um ponto pacífico. Na verdade, pode-se reconhecer uma dualidade na identidade europeia, em torno da qual polemizam as perspectivas de *continentalista* e de *atlantistas*.

Duas diferentes tendências na Europa criam uma identidade dual: por um lado, estamos concernentes com a Europa continental; por outro, com a Europa atlântica (pró-americana). Ambos os lados estão relacionados com o conceito de “Ocidente” de maneiras diferentes: os continentalistas pensam que se a Europa é o “Ocidente”, então os EUA são algo diferente. Os atlantistas, pelo contrário, lutam de todos os modos para identificar o destino da Europa e da América como uma civilização unificada, onde o Atlântico é um tipo de “lago interno” (assim como os ecúmenos grego e romano pensaram sobre o Mar Mediterrâneo em seu tempo). Para os euroatlantistas, a União Europeia e os EUA juntos representam o “Ocidente”, e os EUA como a avante-garde.²²⁰

Ressalta-se que tal diferenciação cultural não deixa de apresentar seus contornos estratégicos. É nítido, por exemplo, como há uma afinada concertação internacional entre os Estados Unidos e os demais países anglo-saxões — a ponto de ser possível reconhecê-los como um eixo específico na estrutura de poder mundial.²²¹

²²⁰ DUGIN, *Contra o Ocidente*; Rússia contra-ataca, *cit.*, p. 33-34.

²²¹ Para Paulo Visentini, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, Canadá e Austrália compõem o que ele designa por *eixo militar-rentista anglo-saxão*. Nessa perspectiva, argumenta Visentini: “Trata-se das nações hegemônicas que detêm recursos militares, diplomáticos, financeiros, tecnológicos, de inteligência e de comunicações. Estando na fase pós-industrial rentista, vive dos recursos das demais nações, empregando para tanto os meios acima mencionados”. E continua: “Mais do que uma simples ‘comunidade linguística’, ele representa uma continuidade dos Impérios Marítimos e de sua geopolítica. Ele é o herdeiro da hegemonia liberal britânica do século XIX e de seu império colonial posterior, bem como das alianças (e dos resultados) das duas Guerras Mundiais contra as potências médias (Alemanha e Japão) e da Guerra Fria antissocialista/antissoviética.” Além disso, tamanha é a convergência estratégica entre esses países que seus governos articularam entre si um sistema global de espionagem: “O acordo chamado UKUSA (Reino Unido e Estados Unidos da América), estabelecido na segunda metade dos anos 1940 entre Washington e Londres, deu origem ao sistema de informações e espionagem eletrônica Echelon, conhecido como tal nos anos 1980. Esse sistema, baseado na Inglaterra, recolhe, processa e compartilha informações entre os países que constituem os Cinco Olhos: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia.” (VISENTINI, Paulo. Eixos do poder mundial no século XXI; uma proposta analítica. *Austral*, Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, v. 8, n. 15, Jan./Jun. 2019, pp. 9-25, p. 10-11; p. 11).

É possível perceber nos influxos da própria geopolítica uma força que tende a acentuar as diferenças culturais entre a Europa e os Estados Unidos, as quais tendem, por sua vez, a reforçar as incompatibilidades também de interesses estratégicos. Para Todd: “A força das coisas, como costumavam dizer, separará a Europa da América”. E prossegue: “As forças de dissociação, contudo, não são apenas econômicas. A dimensão cultural desempenha o seu papel, embora não consigamos distinguir completamente a cultura da economia”.²²²

Além disso, as diferentes perspectivas a partir das quais europeus e norte-americanos concebem o jogo político internacional manifestam uma experiência histórica particular de cada um desses universos culturais:

Se a história norte-americana clássica em seu cerne é um teatro de moralidade do certo contra o talvez, a russa, uma crônica do talvez contra o talvez, a história europeia nos ensinou a consciência trágica de que a política muitas vezes é o certo contra o certo, paz contra justiça, igualdade contra liberdade, segurança contra democracia. Nós, europeus, não jogamos para vencer, mas para a menor perda possível.²²³

José Luiz Borges Horta tem argumentado que as dessemelhanças entre ambos os Ocidentes (o continental e o anglo-saxão) evidenciam-se de modo mais objetivo a partir do Direito Comparado. Como um pensador inscrito nos marcos do jusculturalismo, Horta admite a experiência jurídica como uma realidade histórico-cultural— portanto, específica de cada civilização. Nessa perspectiva, não se poder ignorar os gritantes contrastes entre os sistemas jurídicos de ocidentais (continentais) e de extremo-ocidentais (anglo-saxões), conforme argumenta o autor:

O Direito é tradicionalmente concebido como um fenômeno ocidental, legatário da concepção romana de *Urbi et Orbi*. Assim, em sede de Direito Comparado, confere-se grande importância ao

²²² TODD, Emmanuel. *Après l'empire*, essai sur la décomposition du système américain. Paris: Gallimard. 2002, p. 202 [tradução nossa]. No original: “La force des choses, comme on disait autrefois, va séparer l'Europe de l'Amérique. Les forces de dissociation cependant ne sont pas qu'économiques. La dimension culturelle joue son rôle, sans d'ailleurs que l'on puisse distinguer complètement la culture de l'économie”.

²²³ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 149.

Direito Europeu, Continental (sistema romano-germânico, ou romanístico, consagrado nos povos ibéricos, latinos e na Alemanha, bem como em suas colônias) ou Insular (decorrente da tradição da *Common Law* inglesa, hoje presente na *Commonwealth* extremo-ocidental).²²⁴

E ainda ressalta:

O Direito ocidental é, tautologicamente, o que unifica a experiência jurídica da civilização ocidental, vulgarmente chamado de civil law, em contraposição aos sistemas normativos da civilização extremo-ocidental (calvinista e anglófona em suas raízes culturais e axiológicas), que se valem do epíteto de *common law*.²²⁵

Por óbvio, as dinâmicas religiosas de continentais e de anglo-saxões também contribuem para manifestar a profunda cisão civilizacional entre ambos os universos culturais.

Desse modo, parece possível centrar a distinção das religiosidades ocidental e extremo-ocidental a partir do contraste entre protestantes e católico-romanos. Nesses termos, a matriz valorativa calvinista (adotada pela civilização anglo-saxã), e assentada em ética de trabalho, implicou uma ruptura dramática com todo o esquema axiológico continental (corporificado pela tradição católico-romana). Tal ruptura, por sua vez, afetaria dramaticamente a cultura política de ambos.

[...] ao “Estado”, na cultura calvinista ascética, cabe apenas o dever de estimular, promover e garantir o exercício das vocações individuais (de matriz, aliás, religiosas), não podendo jamais interferir nesse desígnio verdadeiramente divino. Nesse sentido a cultura anglo-saxã se afasta irremediavelmente da cultura ocidental (europeia continental), onde o Estado de Direito foi gestado justamente como

²²⁴HORTA; RAMOS, Entre as Veredas da Cultura e da Civilização, *cit.*, p. 221. Ressalta-se, conforme leciona René David, que as fontes do Direito Continental consistem essencialmente na lei e na doutrina. Já o *Common Law* compreende, como leciona Horta, “uma ordem normativa assentada fundamentalmente sobre a atividade jurisdicional”. Cf. DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*. Trad. Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 91; HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020, p. 168.

²²⁵ HORTA, *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil*, *cit.*, p. 61.

a supressão das particularidades, pela Política, no momento mais ético que é o Estado. Assim, na perspectiva ocidental, o Estado possui justamente a obrigação de intervir na vida dos sujeitos, garantindo e potencializando suas liberdades e buscando ativamente as finalidades e caminhos próprios definidos por aquele povo para si.²²⁶

Já Todd, por outro lado, não vê sentido em atribuir ao contraste calvinismo/catolicismo o ponto de tensão entre as religiosidades americana e europeia. Para ela, tal contraste já não guarda relevância para a dinâmica cultural europeia, a qual tem experienciado um longo processo de descristianização

A crise terminal do catolicismo é também a do cristianismo europeu. Fecha um longo ciclo religioso composto por três ondas descristianizantes: 1730-1800 em parte do mundo católico, 1880-1930 na esfera protestante, 1965-1990 no resto do mundo católico. À medida que o ano 2000 se aproxima, uma Europa reunificada a nível religioso, mas através do indiferentismo, está a tomar forma. Neste mundo onde a prática religiosa tende a zero, já não podemos falar de confrontos entre católicos e protestantes, entre secularistas e cristãos. O continente permanece de tradição e civilização cristã, mas as Igrejas são socialmente insignificantes.²²⁷

²²⁶ HENRIQUES, Hugo Rezende. *Fenomenologia do poder: o Estado de Direito e seu compromisso com o Poder como liberdade*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2020, p. 79. Convém notar, aliás, que essa distinção tende a se radicalizar ainda mais em face da experiência norte-americana, conforme comenta Henriques: “É ainda o Império de uma cultura anglo-saxã extremada, que se colocou como contraponto de sua metrópole inglesa, de um calvinismo mais aguerrido, mais ascético, que, se por um lado, contribuiu para a construção do espírito do capitalismo, conforme percebeu Weber, também se impôs como um Estado sem Estado, fruto de um povo anti-político, que entendia que a única função minimamente digna a um Poder público seria a garantia permanente da liberdade dos sujeitos individuais para perseguir as missões divinas (vocações) a eles conferidas por Deus”. (HENRIQUES, *Fenomenologia do poder*, cit., p. 247).

²²⁷ TODD, *L'invention de l'Europe*, cit., p. 460. [tradução nossa]. No original: “La crise terminale du catholicisme est aussi celle du christianisme européen. Elle clôt un long cycle religieux constitué de trois vagues déchristianisatrices: 1730–1800 dans une partie du monde catholique, 1880-1930 dans la sphère protestante, 1965-1990 dans le reste du monde catholique. A l'approche de l'an 2000 se dessine une Europe réunifiée sur le plan religieux, mais par l'indifférentisme. Dans ce monde où la pratique religieuse tend vers zéro, on ne peut plus parler d'affrontements entre catholiques et protestants, entre laïcs et chrétiens. Le continent reste de tradition et de civilisation chrétiennes, mais les Églises y sont socialement insignifiantes”.

Nesse sentido, para Todd, a Europa seria conduzida por valores agnósticos e os americanos por uma devoção religiosa mais acentuada.²²⁸

Além disso, uma certa propensão à violência seria uma idiossincrasia dos americanos que se contrasta com uma índole mais pacífica e equilibrada dos europeus.

[...] a União Europeia aplica melhor o mandamento bíblico de “Não matarás”. A pena de morte foi abolida e as taxas de homicídios são muito baixas, próximas de 1 por 100 mil habitantes por ano. A execução de condenados é uma ocorrência rotineira nos Estados Unidos, onde a taxa de homicídios, após um ligeiro declínio, permanece entre 6 e 7 por 100.000 habitantes. A América fascina tanto ou mais pela sua diferença do que pela sua universalidade. A sua violência parece interessante no cinema, insuportável quando é exportada na forma de ação diplomática e militar.²²⁹

Para além disso, Todd ressalta que as distinções entre americanos e europeus também se dão a partir de uma ordem mais antropológica.²³⁰

É importante salientar que, apesar das diferenças civilizacionais que marcam a experiência da União Europeia, EUA, China e Rússia, ao Ocidente sempre foi proveitoso o intercâmbio de bens culturais com outras civilizações, o que constitui não só um vetor de

²²⁸ “A América está repleta de fraseologia religiosa, metade de seus habitantes diz que vai aos cultos de fim de semana e um quarto realmente vai. A Europa é um espaço de agnosticismo onde a prática religiosa tende a zero”. (TODD, *Après l'empire*, essai sur la décomposition du système américain, *cit.*, p. 203) [tradução nossa]. No original: “L'Amérique est gavée de phraséologie religieuse, la moitié de ses habitants disent aller à l'office du week-end, et un quart y vont effectivement. L'Europe, elle, est un espace d'agnosticisme où la pratique religieuse tend vers zéro”.

²²⁹ TODD, *Après l'empire*, essai sur la décomposition du système américain, *cit.*, p. 203. [tradução nossa]. No original: “[...] l'Union européenne applique mieux le commandement biblique du « Tu ne tueras point ». La peine de mort y est abolie et les taux d'homicide y sont très bas, proches de 1 pour 100000 habitants par an. L'exécution de condamnés est un fait de routine aux États-Unis où le taux d'homicide, après une légère décade, reste compris entre 6 et 7 pour 100000 habitants. L'Amérique fascine par sa différence autant ou plus que par son universalité. Sa violence paraît intéressante au cinéma, insupportable lorsqu'elle est exportée sous forme d'action diplomatique et militaire”.

²³⁰ Pontua Todd que: “O universo de diferenças culturais entre europeus e americanos é quase infinito, mas um antropólogo deve mencionar: o estatuto da mulher americana, castradora e ameaçadora, tão preocupante para os homens europeus como a onipotência do homem árabe é para as mulheres europeias”. TODD, *Après l'empire*, essai sur la décomposition du système américain, *cit.*, p. 203. [tradução nossa]. No original: “L'univers des différences culturelles entre Européens et Américains est presque infini, mais un anthropologue se doit de mentionner le statut de la femme américaine, castratrice et menaçante, aussi inquiétant pour les mâles européens que la toute-puissance de l'homme arabe l'est pour les femmes européennes”.

enriquecimento cultural, mas também de amadurecimento de uma consciência civilizacional.²³¹ Para Todd: “Os europeus não serão capazes de se definirem sem chegarem a um acordo sobre a definição do Outro”.²³²

De forma especial, o contato com duas civilizações que são mais culturalmente distantes (como Rússia e China), ainda que perpassado por suas tensões, concorre para lembrar aos europeus que sua formação histórica não se deu de maneira isolada dos Orientais. É preciso que, por força de sua geografia, a Europa se reconheça como integrante do vasto retalho de povos e culturas que coexistem (há séculos, senão milênios) no mega continente da Eurásia — e do qual o espaço europeu consiste, por sua vez, em uma espécie de península ocidental. Nesses termos, a Europa não pode conceber seu próprio itinerário histórico como algo fechado em si mesmo, mas a partir do seu permanente contato, intercâmbio e choque com povos de outras civilizações. Afinal, como leciona o geopolítico britânico Halford Mackinder, a história europeia permaneceu durante um considerável intervalo de tempo subordinada à história da Ásia.²³³ E foi a pressão incessante de resistir às invasões dos povos oriundos do mundo asiático que, na visão de Mackinder, fomentou a conformação das nacionalidades europeias.²³⁴

²³¹ Nessa perspectiva, comenta Nelson Saldanha: “O que ocorreu com o Ocidente, mais do que com as demais culturas (mesmo a greco-romana) é que a partir de certo ponto ele foi absorvendo temas e problemas vindos de **outros** orbes culturais, por conta de contactos os mais diversos, inclusive conquistas e conflitos. A fase denominada “moderna”, que se entende como a que começa após o Renascimento (e também após a chegada dos ocidentais às “Américas”), é aquela em que o Ocidente mais acumularia notícias de outros mundos: o dos árabes (conhecido e combatido/assimilado desde a Idade Média), os das antiguidades (asiática e greco-romana), os africanos, os das Américas. São mundos culturais cujas formas e cujos conteúdos os europeus passam a comparar com os seus [...]” (SALDANHA, Nelson. *Teológico, metafísico e positivo: filosofia e epistemologia no ocidente moderno*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010, p. 9).

²³² TODD, *L'invention de l'Europe, cit.*, p. 498. [tradução nossa]. No original: “Les Européen ne pourront pas se définir sans se mettre d'accord sur la définition de l'Autre.”

²³³ Nas palavras de Mackinder: “Peço-lhes, portanto, por um momento, que olhem para a Europa e a história europeia como subordinadas à Ásia e à história asiática, pois a civilização europeia é, em sentido muito real, o resultado da luta secular contra a invasão asiática”. MACKINDER, Halford. O pivô geográfico da história. Trad. Braz Bracuchy. In: BARACUHY, Braz(org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica*; Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021, p.286.

²³⁴ MACKINDER, O pivô geográfico da história, *cit.*, p.285-286; p.289.

Recordar-se disso pode ser estrategicamente pertinente à União Europeia e aos seus integrantes. Ora, uma vez que o centro de gravidade geopolítico e geoeconômico mundial deixa o Atlântico (Norte) rumo ao Pacífico, torna-se cada vez mais necessário uma estratégia europeia de inserção internacional orientada à cooperação junto aos principais Estados euro-asiáticos. Tal estratégia virá a tomar forma quando as lideranças europeias compreenderem que a interação entre espaço, cultura e poder exige da Europa a idealização de um projeto geopolítico distinto daquele empreendido pelos norte-americanos.

Afinal, se a ordem internacional é cada vez mais pós-americana, então se faz imprescindível conceber uma *Europa pós-americana*.²³⁵ Isso, a seu turno, implica abandonar a mentalidade hegemônica que tem afirmado a dependência europeia da proteção militar estadunidense, e identificado os interesses dos EUA com o dos europeus.²³⁶ Implica, também, rever as excessivas complacência e deferência dos europeus para com Washington, as quais tem dado ensejo a equívocos na condução da integração regional e nos esforços de proteção dos interesses da Europa.²³⁷

Nesse diapasão, coloca Middelaar:

Dito de forma inequívoca, se a América se tornar uma superpotência do Pacífico, o destino da Europa será tornar-se uma potência eurásiana. Em vez de ser o lado oriental da ordem atlântica, a Europa ocupará no futuro a região ocidental da Eurásia, a maior área terrestre do planeta, em cujo limite se encontra o gigante econômico chinês. Teremos, portanto, de nos reorientar, no sentido mais literal da palavra, voltando-nos mais uma vez para o Oriente.²³⁸

²³⁵ SHAPIRO, Jeremy; WITNEY, Nick. *Towards a post-American Europe*; a power audit of EU-US relations. London: European Council on Foreign Relations, 2009, p.7. Disponível em: https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR19_TOWARDS_A_POST_AMERICAN_EUROPE_A_POWER_AUDIT_OF_EU-US_RELATIONS.pdf. Acesso em: 19 de janeiro, 2024.

²³⁶ SHAPIRO; WITNEY, *Towards a post-American Europe*; a power audit of EU-US relations, *cit.*, p.8.

²³⁷ SHAPIRO; WITNEY, *Towards a post-American Europe*; a power audit of EU-US relations, *cit.*, p.9.

²³⁸ MIDDELAAR, Luuk van. Europe's Geopolitical Awakening. *Groupe d'études géopolitique*, 2021. Disponível em: <https://geopolitique.eu/en/2021/04/15/europes-geopolitical-awakening/>. Acesso em: 31 de agosto, 2021 [tradução nossa]. No original: "Put starkly, if America becomes a Pacific superpower, Europe's destiny is to become a Eurasian power. Instead of being the eastern side of the Atlantic order, Europe will in the future occupy Eurasia's western reaches, the largest land area on the planet at whose edge lies the Chinese economic giant. We will therefore have to reorient ourselves, in the most literal sense of the word, turning ourselves once again towards the East".

Pode-se dizer, assim, que a interface entre cultura e geopolítica guarda uma pertinência incontornável para os horizontes estratégicos europeus. Em razão disso, tal interface figura como um eixo reflexivo sobre o qual importa que nos detenhamos um pouco mais.

3.2 Do território à narrativa: giro cultural na geopolítica europeia

A geopolítica cuida de pensar o político em sua expressão mais macro — no âmbito das relações entre os Estados — essencialmente a partir da dinâmica de poder. Em certo sentido, pensar geopoliticamente equivale conceber uma espécie de *realpolitik* geograficamente referenciada.²³⁹ Nessa esteira, a espacialidade nunca é tomada como um dado puramente físico ou natural; mas, antes, como algo eivado de sentido político. Ao politizar o elemento geográfico, a perspectiva geopolítica confere-lhes também inegável dinamicidade.

Ela oferece o “retrato conceitual da política do poder e de suas tendências no mapa-múndi”. Para Baracuhy, o conjunto amplo do jogo de poder global, bem como as rivalidades inerentes a ele, molda os contornos do próprio espaço geográfico. Assim, “O espaço geográfico torna-se parte constitutiva da estrutura de poder internacional. É uma expressão concreta da evolução histórica do sistema internacional. A estrutura geopolítica é dinâmica e acompanha o equilíbrio de poder”.²⁴⁰

²³⁹ Sobre a centralidade do poder para a geopolítica, leciona Middelaar: “A geopolítica é acima de tudo uma política de poder. Em vez de confiarem na lei ou no mercado, os seus atores usam o poder para alcançar os seus objetivos. Em que formas, por quais meios, de que maneiras esse poder é expresso? Tudo depende da situação. Sendo o poder relativo, um ator melhora a sua própria posição, em parte, enfraquecendo os seus adversários ou minando uma aliança rival”. MIDDELAAR, Europe’s Geopolitical Awakening, *cit.*, [tradução nossa]. Disponível em: <https://geopolitique.eu/en/2021/04/15/europes-geopolitical-awakening/>. Acesso em: 31 de agosto, 2021 No original: “Geopolitics is above all a politics of power. Rather than relying on law or the market, its actors use power to achieve their objectives. In what forms, by which means, in what ways is this power expressed? It all depends on the situation. Power being relative, an actor improves his own position partly by weakening his adversaries or undermining a rival alliance”.

²⁴⁰ BARACUHY, Braz. Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. BARACUHY, Braz (org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica*; Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021, p. 14. Também o teórico do Estado Herman Heller identificaria essa dinamicidade da geopolítica: “A situação geofísica de um território é relativamente constante e em troca a sua situação geopolítica varia com relativa rapidez e facilidade. A situação geofísica da Inglaterra pouco mudou em toda a história; ao contrário, a sua situação geopolítica, tão desfavorável a princípio, transformou-se

Nessa esteira, as regiões do globo vão adquirindo uma *morfologia político-estratégica* conforme as alterações no jogo de forças — de espaços geográficos, convertem-se em *espaços estratégicos*.²⁴¹

Continentes e mares se fundem no cálculo estratégico das grandes potências, transfigurados em domínios geopolíticos, como a “Eurásia” ou o “Indo-Pacífico”. O espaço a que se atribui valor estratégico se torna o “pivô” ou “heartland”, como o centro eurasiático de Mackinder. Extensas zonas litorâneas ao longo de continentes ganham o caráter de bordas estratégicas (“rimlands”), como o litoral eurasiático de Spykman. Regiões e países recaem sob a “esfera de influência” de uma grande potência ou são neutralizados em “buffer zones”, como o Leste Europeu durante a Guerra Fria. Ainda outras regiões, cuja instabilidade ou fragmentação interna é intensificada pela pressão e competição entre grandes potências, convertem-se em “crush zones”, como o Grande Oriente Médio. Estreitos e passagens, como Malaca ou Hormuz, transformam-se em “pontos de estrangulamento” (“chokepoints”). Países se convertem em potências marítimas ou continentais e, segundo seu poder relativo, em “players” ou “pivots”. Nada determina tais significados estratégicos, a não ser o movimento constante das grandes potências no globo terrestre. Porque o equilíbrio de poder sempre se transforma, o mapa geopolítico jamais é permanente.²⁴²

Se, por um lado, os modos de apreensão do espaço geográfico alternam-se conforme as perspectivas dos jogos de poder; por outro, as comunidades apropriam-se de diferentes referenciais geográficos para a construção de suas identidades — o que, no âmbito dos Estados, traduz-se de maneira mais notável pela idealização das chamadas identidades de política externa.²⁴³

fundamentalmente pela inclusão da zona atlântica da Europa em uma região unitária de tráfico no século XII e ainda mais quando se iniciou o tráfico com a América”. (HELLER, *Teoria do Estado*, cit., p. 178).

²⁴¹ BARACUHY, Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman, cit., p. 15.

²⁴² BARACUHY, Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman, cit., p. 15–16.

²⁴³ Stefano Guzzini tem destacado o crescente uso de categorias geopolíticas para (re)consituição das identidades de política exterior, principalmente, dos Estados europeus no contexto do pós-Guerra Fria. “No

Nesse movimento de ressignificações recíprocas — do poder para o espaço, e, posteriormente, do espaço para o poder — há facetas múltiplas, uma vez que o próprio poder abarca em si uma pluralidade de manifestações. Nessa esteira, Middelaar advoga que a narrativa deve ser considerada como um elemento imprescindível das dinâmicas geopolíticas. Para ele:

[...] existe a *narrativa*. Embora o prefixo “geo” coloque a política de poder frente a frente com um espaço definido, esse espaço não pode ser concebido sem ter em conta um sentimento de unidade entre as pessoas que vivem dentro dos seus limites. Quer se trate de um sentimento tênue de experiências e interesses partilhados ou de uma verdadeira comunidade unida em torno de valores, normas e costumes, os atores geopolíticos são mais fortes quando falam em nome de um todo colectivo. Têm, portanto, interesse em manter, modelar e perpetuar uma memória coletiva, uma história de “nós”.²⁴⁴

De modo similar, Edward Said identifica na narratividade um elemento imprescindível para o exercício do controle sobre territórios, especialmente na esteira das dominações imperialistas

O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a

entanto, quando as certezas de ontem desaparecem, os interesses nacionais precisam ser ancorados novamente. Em tal contexto, a geopolítica, em sua compreensão clássica, fornece coordenadas para pensar o papel de um país nos assuntos mundiais. Nesta situação em que um Estado encontra-se privado de seus tradicionais pontos de referência e com sua autocompreensão desafiada ou delimitada por uma visão externa sobre seu papel, uma lógica espacial pode rapidamente preencher esse vazio ideacional e fixar o lugar do país e seu interesse nacional. A geopolítica é particularmente adequada a esse papel, pois depende de um determinismo sobre o espaço e sobre as fronteiras naturais, proveniente tanto da geografia física (mobilizada com frequência por meio do pensamento estratégico) quanto da geografia humana/cultural típica dos discursos que essencializam uma nação”. (GUZZINI, Stefano. Introdução, o argumento: a geopolítica para corrigir as coordenadas da identidade de política externa. In: GUZZINI, Stefano (org.). *O retorno da geopolítica na Europa?: mecanismos sociais e crises de identidade de política externa*. Trad. Bárbara V. de Carvalho Motta. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 42).

²⁴⁴ MIDDELAAR, Europe's Geopolitical Awakening, *cit.*, [tradução nossa]. No original: “[...] there is the *narrative*. While the prefix ‘geo’ puts power politics face to face with a defined space, that space cannot be conceived without taking into account a feeling of unity among the people living within its boundaries. Whether it be a tenuous sense of shared experiences and interests or a true community united around values, norms, and customs, geopolitical actors are stronger when they speak on behalf of a collective whole. They therefore have an interest in maintaining, modeling, and perpetuating a collective memory, a story of ‘us’”.

reconquistou e quem agora planeja seu futuro — essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa. Como sugeriu um crítico, as próprias nações são narrativas. O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimento mobilizaram povos do mundo colonial para que se erguessem e acabassem com a sujeição imperial [...].²⁴⁵

Especialmente em relação à sua histórica dependência de Washington, para além de instrumentos convencionais de política externa e defesa, a Europa precisa, nos termos de Middelaar, de uma *narrativa de emancipação*.²⁴⁶ Não há consciência histórica que não seja decorrente de uma estrutura narrativa. Desse modo, pode-se dizer que toda visão estratégica é, em alguma medida, narrativamente construída. Nos domínios da geopolítica, narrativas ou discursos complexos articulam-se na forma de grandes estratégias.

Vimos porque é que a geopolítica, muitas vezes reduzida aos conceitos fundamentais de poder e território, é cega e desorientada sem a terceira noção de “narrativa”. Graças à narração de histórias — este meio ancestral e poderoso que nos permite ligar o passado, o presente e o futuro — vivemos num tempo que tem significado. Na geopolítica, o discurso mais sofisticado assume a forma de uma “grande estratégia”, articulando os fins e os meios do Estado. Fazendo eco a uma das frases bem conhecida de Marx, podemos dizer que a grande estratégia permite-nos interpretar melhor o mundo, ao mesmo tempo que é uma ferramenta para o transformar.²⁴⁷

²⁴⁵ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 9-10.

²⁴⁶ “[...] uma Europa mais geopolítica requer claramente uma série de medidas práticas, investimentos e energia diplomática. Mas para escapar ao controle estratégico em que os Estados Unidos nos mantêm — especialmente devido ao poder do dólar e à nossa proximidade com a Rússia — precisaremos, paralelamente, de uma emancipação narrativa”. MIDDELAAR, Europe's Geopolitical Awakening, *cit.*, [tradução nossa]. No original: “a more geopolitical Europe clearly requires a number of practical measures, investments, and diplomatic energy. But in order to escape the strategic grip that the United States holds us in — especially due to the power of the dollar and our proximity to Russia — we will need in parallel a narrative emancipation.”

²⁴⁷ MIDDELAAR, Europe's Geopolitical Awakening, *cit.*, [tradução nossa]. No original: “We have seen why geopolitics, which is too often reduced to the fundamental concepts of power and territory, is blind and rudderless without the third notion of ‘narrative’. Thanks to story-telling — this ancestral and powerful means which allows us to link the past, present, and future — we live in a time which has meaning. In

Por óbvio, não tomamos as narrativas como meras construções subjetivistas, alienadas do real. Antes, consideramos que narratividade figura como um atributo da própria atividade do poder.²⁴⁸ Para Byung Chul-Han, em suas mais complexas manifestações, o poder torna-se criador de sentido. Assim: “El poder crea significativdad configurando un horizonte de sentido en función del cual se interpretan las cosas. Las cosas solo se vuelven significativas y obtienen un sentido en atención al poder”.²⁴⁹ Nos termos de Han, o poder gera continuidade de significados e sentidos. Ele “nunca es puro ni está desnudo. Más bien es elocuente. Se afianza generando perspectivas o modelos de interpretación que sirven para legitimar y mantener un orden de dominio”.²⁵⁰

Na mesma esteira, argumenta Hugo Henriques:

Em sentido propriamente filosófico, o Poder, enfim, é a capacidade de definição de um telos para o qual as ações subjetivas e particulares tenderão a convergir por força dos mecanismos socioculturais de reprodução e dos mecanismos propriamente do Poder. [...] o Poder define um campo de possibilidades, não o faz de forma absolutamente desvinculada. Não há poder puro, o que implica que todo poder deve ser situado cultural e historicamente. Para que um poder possa ser exercido de forma eficaz e, especialmente, se pretende ser exercido como um Poder como Liberdade, ele precisa se vincular ao horizonte de expectativas – é dizer, ao mundo das ideias concretamente existentes em uma cultura.²⁵¹

Dessa forma, postula-se que a emancipação narrativa de que carece a União Europeia refere-se a sua capacidade de conceber, a partir de sua própria experiência civilizacional e de seu universo de representações, aquelas coordenadas fundamentais pelas

geopolitics, the most sophisticated discourse takes the form of a ‘grand strategy’, articulating the ends and the means of the State. To echo one of Marx’s well-known phrases, we can say that the grand strategy allows us to interpret the world better while also being a tool to transform it”.

²⁴⁸ Tal perspectiva encontra ressonância nas reflexões do próprio Middelhaar, para quem: “Narrativa e poder estão inextricavelmente ligados. Afinal, as narrativas não giram apenas em torno do que é verdadeiro e do que é errado; eles têm seu próprio poder criativo e performático. Elas podem se tornar verdadeiras”. MIDDELAAR, Europe’s Geopolitical Awakening, *cit.*, [tradução nossa]. No original: “Narrative and power are inextricably linked. After all, narratives do not just revolve around what is true and what is wrong; they have their own creative and performative power. They can become true”.

²⁴⁹ HAN, Byung-Chul. *Sobre el poder*. Trad. Alberto Ciria. Barcelona: Harder, 2019, p. 49.

²⁵⁰ HAN, *Sobre el poder*, *cit.*, p. 49.

²⁵¹ HENRIQUES, *Fenomenologia do poder*, *cit.*, p. 68.

quais a vontade coletiva europeia possa se situar e se mobilizar estrategicamente, à luz das novas configurações de poder na geopolítica mundial contemporânea — a qual é marcadamente pós-americana e, de maneira crescente, multipolar e multicivilizacional.

Não se pode ignorar que cada uma das potências da tríade geoestratégica mundial dispõe de suas próprias narrativas sobre o mundo europeu, a partir das quais elas buscam engajar a Europa em suas agendas regionais ou globais — influenciando, por conseguinte, na definição do papel dos europeus na cena internacional. Como ressalta Middelaar:

Para uma Europa que tem dificuldade em definir o seu papel no mundo, outros atores erguem um espelho; são eles que nos oferecem uma narrativa e nos convidam a entrar nela. Em Washington, desenvolve-se a narrativa de uma nova Guerra Fria, com tanto ardor sob Joe Biden como sob Donald Trump, na qual as democracias europeias podem lutar ao lado do Bem. Em comparação, a abordagem de Pequim à Europa oferece um forte contraste: enquanto Xi Jinping sempre fala da relação com os Estados Unidos como uma relação entre grandes potências, ele enfatiza, no nosso caso, a ligação entre “grandes civilizações” (com um lugar especial para Grécia). Como terceira grande potência, a Rússia oferece uma terceira imagem refletida na Europa. Em uma cúpula com os presidentes da UE, pouco antes da deterioração das relações na Ucrânia, Vladimir Putin enfatizou uma “herança cristã” partilhada. Há outros sinais de que o Kremlin se vê mais uma vez como “a terceira Roma” e herdeiro dos papas romanos e dos imperadores bizantinos.²⁵²

Não é nada trivial que as disputas pela Europa estejam se dando também nesse plano do narrativo, das representações e dos símbolos. Na verdade, isso é sintomático da própria centralidade que a dimensão do *intangível* vai ganhando nos paradigmas contemporâneos de

²⁵² MIDDELAAR, Europe's Geopolitical Awakening, *cit.*, [tradução nossa]. No original: “For a Europe that has difficulty defining its role in the world, other actors hold up a mirror; it is they who offer us a narrative and invite us to enter it. In Washington, the narrative of a new Cold War is developing, with as much ardor under Joe Biden as under Donald Trump, in which European democracies can fight on the side of the Good. In comparison, Beijing's approach to Europe offers a stark contrast: whereas Xi Jinping always speaks of the relationship with the United States as one between great powers, he emphasizes, in our case, the link between “great civilizations” (with a special place for Greece). As a third great power, Russia offers a third image reflected onto Europe. At a summit with the EU's presidents shortly before relations deteriorated over Ukraine, Vladimir Putin emphasized a shared ‘Christian heritage’. There are other signs that the Kremlin once again sees itself as “the third Rome” and heir to the Roman popes and Byzantine emperors”.

conflito;²⁵³ em um tempo marcado pelo aberto emprego de estratégias de *diatética cultural* para desestabilizar e desorientar os diferentes centros de poder.²⁵⁴

Em seu agônico despertar geopolítico, a Europa, como um corpo político que decide e age, precisa perseguir seu objetivo (poder); definir seu espaço (território) e vocalizar o que torna os europeus uma comunidade (narrativa).²⁵⁵ No entanto, apesar de inegavelmente possuir um legado histórico-cultural próprio, a civilização europeia não tem sabido como expressar tal legado em termos de uma identidade política comum. Em razão disso, o despertar geopolítico europeu só progredirá efetivamente quando operar também um *giro cultural* nas estruturas da Europa integrada. Só assim ela terá os meios para coesionar seus diversos integrantes em uma verdadeira comunidade política. Só assim sua consciência estratégica galgará novos níveis de amadurecimento e sofisticação. E só assim a Europa desfrutará de uma condição na qual robustas iniciativas comunitárias de defesa e política externa poderão ser perseguidas e uma autodeterminação, afirmada.

Não há dúvidas da complexidade de uma tal tarefa. Ainda assim, os europeus dispõem de suficientes recursos na sua própria história para realizá-la.²⁵⁶

²⁵³ Cf. MOTA, Rui Martins da. AZEVEDO, Carlos E. Francesco. A Guerra Omnidimensional: novas concepções do pensamento estratégico militar. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 27, n. 55, p. 55-68, jul./dez. 2012, p. 55-68.

²⁵⁴ Para Paulo Roberto Cardoso, a diatética cultural consiste em um paradigma de conflito centrado na ideia de “vencer sem lutar”, mediante o qual se tenta operar a derrota do adversário sem lançar mão de recursos materiais de força — optando, em vez disso, por executar uma “intervenção, ensejando a manipulação do simbólico no imaginário, alterando matrizes culturais, através da manipulação da predisposição [...] de populações”. Cardoso reconhece que a cultura molda as relações de poder em uma coletividade, ao mesmo tempo que é por elas moldada. Os conflitos culturais centram-se nessa interface (entre o político e o simbólico) e detêm, na acepção do autor, “a capacidade de implodir a própria vida política dos Estados subjugados, operando na sua própria soberania, dominando não as vias clássicas das guerras, mas as vias informacionais, artísticas e culturais”. (CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2016, p. 109–110; p. 102).

²⁵⁵ Cf. MIDDELAAR, Europe's Geopolitical Awakening, *cit.*

²⁵⁶ Nada obstante, é preciso reconhecer a preocupante tendência da Europa integrada em negar suas próprias raízes históricas. Isso ficou evidenciado principalmente pela recusa das lideranças europeia em inserir no texto do Tratado Constitucional uma referência à identidade cristã da Europa. Sobre tal evento, comenta Joseph Ratzinger: “E assim voltamos a falar dos dois pontos controversos do preâmbulo da Constituição Europeia. O afastamento das raízes cristãs não é expressão de uma tolerância superior que respeita todas as culturas do mesmo modo, não querendo privilegiar uma delas, mas revela-se antes como absolutização de um pensar e de um viver que, entre outras coisas, se contrapõem radicalmente as outras culturas históricas

Vinte e cinco séculos separam a construção do Partenon em Atenas e a adoção da Lei das Doze Tábuas pela República Romana da nossa era indeterminada. Existe aqui para nós — franceses, holandeses, alemães, italianos e outros europeus — o material que nos permitirá forjar e transmitir uma narrativa, progredir com confiança, no nosso pedaço de terra eurasiática, entre os nossos amigos, os nossos vizinhos, e nossos rivais, no grande teatro da História.²⁵⁷

Importa ressaltar que, em certo sentido, o processo de constituição da Europa integrada não deixa de se espelhar nos ícones de uma experiência histórica ocidental, como o Império Sacro-Romano Germânico. Como argumenta Benoist:

Há signos que não enganam. A reunificação alemã, a fascinação pela velha Áustria-Hungria ou o renascimento da idéia de *Mitteleuropa* se contam entre esses signos. Por si só, a caída do muro de Berlim marcou por sua vez o final do século XX e o fechamento de uma época cujo resultado havia sido o Estado-Nação. Por outro lado, todo o processo de construção europeia empreendido desde há decênios responde, sobretudo, em seus mais recentes desenvolvimentos, a um modelo que deve mais ao do Império que ao do Estado-Nação. Em efeito, nas instituições europeias reencontramos algumas características, imperiais evidentes: o reconhecimento de uma multiplicidade das fontes do direito, a afirmação (ao menos teórica) do princípio de subsidiariedade, a

da humanidade. A verdadeira contraposição que caracteriza o mundo actual não é entre culturas religiosas diferentes, mas entre a radical emancipação do homem em relação a Deus, às raízes da vida, por um lado, e as grandes culturas religiosas, por outro. Se vier a acontecer um choque de culturas não será pelo choque das grandes religiões — desde sempre em luta umas contra as outras mas que, afinal, sempre souberam viver umas com as outras —, mas sim pelo choque entre esta radical emancipação do homem e as grandes culturas históricas. Deste modo, também a recusa da referência a Deus não é expressão de uma tolerância que pretende proteger as religiões não-teístas e a dignidade dos ateus e dos agnósticos, mas antes expressão de uma consciência que pretende ver Deus definitivamente apagado da vida pública da humanidade e atirado para a esfera subjectiva de culturas residuais do passado. O relativismo, que constitui o ponto de partida de tudo isto, torna-se assim um dogmatismo que se julga em poder do conhecimento definitivo da razão e no direito de considerar tudo o resto um mero estágio ultrapassado da humanidade e que pode ser adequadamente relativizado. Na realidade, isto significa que temos necessidade de raízes para sobreviver, e que não devemos perder Deus de vista se queremos que a dignidade humana não desapareça” (RATZINGER, Joseph. *A Europa de Bento na crise de culturas*. Trad. António Rocha. Lisboa: Atlética, 2005, p.34).

²⁵⁷ MIDDELAAR, Europe's Geopolitical Awakening, *cit.*, [tradução nossa]. No original: “Twenty-five centuries separate the construction of the Parthenon in Athens and the Roman Republic’s adoption of the Law of the Twelve Tables from our indetermined era. There is here for us — French, Dutch, Germans, Italians, and other Europeans — the material that will allow us to forge and carry a narrative, to progress with confidence, on our piece of Eurasian land, among our friends, our neighbors, and our rivals, in the great theater of History”.

distinção entre nacionalidade e cidadania, a flutuabilidade das fronteiras, a inscrição dos espaços nacionais em um espaço jurídico que os desborda, etc. Sem dúvida falta ainda o essencial: a soberania política, a posta em prática real do princípio de subsidiariedade (o “déficit democrático) e a presença de um princípio espiritual forte.²⁵⁸

3. 3 O despertar estratégico da Europa: o futuro do Estado de Direito

Tal qual o projeto europeu, o Estado de Direito ocidental atravessa uma grave crise em seu horizonte de sentidos.

Pode-se dizer, inclusive, que ambas as crises compartilham das mesmas raízes históricas e, por isso mesmo, guardam inegáveis semelhanças.

Ora, os episódios relativos à Segunda Guerra Mundial foram de tal modo traumáticos para o Ocidente que introduziram em seu imaginário coletivo uma profunda aversão às radicalizações políticas. Era necessário então pacificar ao máximo possível a vida coletiva e neutralizar potenciais conflituosidades. Paralelamente, isso concorreu para um processo de esvaziamento dos debates programáticos na cena pública. Uma vaga de despolitização e de desideologização, assim, impôs-se às democracias.²⁵⁹ Nessa *Era pós-ideologias*, a tecnicidade passa a figurar como forma primordial de condução da comunidade.

²⁵⁸ BENOIST, Alain de. *Nação e Império* [manuscrito], 2012. Disponível em: https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/alaindebenoist/pdf/nao_e_imprio.pdf.

²⁵⁹ HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A Era Pós-Ideologias e suas ameaças à Política e ao Estado de Direito. *Confluências*, Niterói, UFF, v. 14, n. 2, p. 120-33, dez. 2012. Também Emmanuel Todd detectaria esse fenômeno na cena europeia: “Entre 1965 e 1990, a maioria dos sistemas ideológicos europeus foram afetados por um mecanismo inexorável de decomposição que destruiu crenças, enfraqueceu partidos, transformou a natureza dos alinhamentos políticos, criou em toda a parte a sensação de vazio e de perda de sentido. A fé, no sentido mais lato do termo, tanto ideológica como religiosa, abandonava a vida política europeia. Conjuntamente, Democratas-Cristãos, Comunistas, Socialistas, Social-democratas, Conservadores e Liberais são afetados por esta mutação, ainda mais poderosa porque atinge insidiosamente, passando pelo inconsciente dos cidadãos e não pela consciência dos executivos políticos.” (TODD, *L'invention de l'Europe*, cit., p. 439) [tradução nossa]. No original: “Entre 1965 et 1990, la plupart des systèmes idéologiques européens sont touchés par une inexorable mécanique de décomposition qui détruit les croyances, affaiblit les partis, transforme la nature des alignements politiques, crée partout le sentiment d'un vide et d'une perte de sens. La foi, au sens le plus large du terme, idéologique autant que religieuse, abandonne la vie politique européenne. Pêle-mêle, démocrates-chrétiens, communistes, socialistes, sociaux-démocrates, conservateurs et libéraux sont atteints par cette mutation d'autant plus puissante qu'elle frappe insidieusement, passe par l'inconscient des citoyens plutôt que par la conscience des cadres politiques”.

A politicidade, por sua vez, é submetida a um processo de sistêmico de asfixia e de repressão. Como leciona Horta:

Na Era Pós-Ideologias, que atravessamos como quem atravessa um deserto talvez sem a certeza de alcançar sequer um oásis, desenergiza-se a política, esvaziando todas as formas potenciais de reação. Em todo o mundo, desenvolve-se campanha midiática violenta contra os parlamentos, ao mesmo tempo que se glorificam os aparatos forenses e policiais.²⁶⁰

Ressalta-se, na esteira do que assinalou Horta, que o sufocamento da politicidade e a desideologização da cena pública corresponde a duas faces de um mesmo processo; isso porque não há politicidade que não implique esquemas de valores ou de representações. Na lição de Nelson Saldanha:

[...] a politicidade, em sentido genérico, produz símbolos e valores, inclusive os que aparecem na estrutura do Estado e do Direito. Tais símbolos, e tais valores, correspondem a algo como uma consciência axiológica, que se acha mais ou menos difusa na sociedade e que se expressa na dimensão institucional.²⁶¹

No âmbito da estatalidade ocidental, por sua vez, isso se traduziu com a emergência do que Joaquim Carlos Salgado denominou de Estado Poiético, uma configuração em que as dimensões produtivas (*poiesis*) e técnicas se sobressaíam sobre os imperativos éticos.²⁶²

A degeneração do universo ético-político do Estado, a seu turno, resultou no avassalador empoderamento das estruturas técnicas, forenses e, especialmente, jurisdicionais.²⁶³ Na verdade, pode-se reconhecer em tal degeneração a matriz de um

²⁶⁰ HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020, p. 40.

²⁶¹ SALDANHA, Nelson. A politicidade do Direito e o problema do Direito Natural. *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, v. 23, p. 321-325, 1992, p. 326. Também afirmaria Saldanha em outra passagem: “Na verdade, os valores provêm da dimensão política da vida social. [...] Valores morais, culturais e mesmo estéticos têm relação com modelos e pautas, que são o ethos e que se fixam por conta da estabilização de coordenadas institucionais”. SALDANHA, A politicidade do Direito e o problema do Direito Natural, *cit.*, p. 323.

²⁶² Cf. SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado ético e o Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, pp. 37–68, abr./jun. 1998.

²⁶³ “Tenemos en la justicialización de la vida humana la más horrenda faz de la Era de la Justicia. La Judicatura es poder técnico, no soberano; tampoco es electivo, ni democrático; sociológicamente se

fenômeno multifacetado que, em seu âmago, sinaliza para um processo de descaracterização do próprio Estado. Nessa esteira, ressalta Horta:

O Estado é político, como o homem, mas a desideologização o vem despolitizando. O séc. XX produziu, em resposta ao dilúvio ético ali verificado, uma catástrofe política e ideológica composta por fatores os mais perniciosos possíveis ao Estado: horror à política, alienação das massas, maniqueísmo, desideologização, hiper-alienação, matematização da política, gerencialismo, moralismo ideológico, controle jurisdicional de constitucionalidade das leis e dos atos administrativos, fragmentações identitárias. Todos esses elementos conjugam-se na formação de um pensamento único globalizado, neoliberal e feminista, cuja característica central é a despolitização da vida e portanto do próprio Estado. **O Estado, despolitizado, está desestatalizado.** (grifo nosso)²⁶⁴

O advento do Estado Poiético, a seu turno, também se expressou nos virulentos ataques perpetrados pelos neoliberalismos às instituições do Estado. Em certo sentido, o *Zeitgeist* pós-político tornou propícia a imposição da agenda global anti-estatal e anti-soberana que se cristalizou, ao fim dos anos de 1980, no Consenso de Washington. Era necessário destituir o Estado dos meios de controle sobre o mercado, alijá-lo da soberania sobre o econômico, submetendo assim o destino das comunidades políticas aos ditames da globalização neoliberal. Como nos ensina Horta:

Es evidente que el proceso de desideologización del Estado está en pleno acuerdo con los dictámenes del neoliberalismo: es preciso evitar toda reacción a la globalización. El Estado, única fuerza capaz de resistir al mercado, es así considerado el villano de los pueblos, y

aproxima a la noción de casta dirigente. Bajo su palio, la sociedad cada vez se despolitiza más, por una razón evidente: la Judicatura debe construir su discurso de modo técnico, no ideológico, y lo hace. Sin embargo, una vez escamoteadas las ideologías y las lecturas políticas, y aunque no juzguen — o no juzgaran — políticamente, los tribunales juzgan la Política, teniendo sobre ella la palabra final. La soberanía popular, tradicional depositaria de la decisión, resulta por tanto victimada, y ahora duda peligrosamente de su propia fuerza” (HORTA, José Luiz Borges. La Era de la Justicia; Derecho, Estado y límites a la emancipación humana, a partir del contexto brasileño. Astrolabio, Revista internacional de filosofía, Barcelona, Universitat de Barcelona, n. 11, p. 75–85, 2010, p. 82).

²⁶⁴ HORTA, *Dialética do Poder Moderador*: ensaio de uma ontoteologia do Estado do Brasil, *cit.*, p. 76.

enflaquecido con todos los argumentos posibles; el objetivo es que su tamaño y sobre todo su coste disminuyan necesariamente.²⁶⁵

As tentativas de desmantelamento do Estado possibilitaram que mecanismos não-democráticos de controle (oriundos quer de estamentos burocráticos, quer de entes privados) avançassem sobre a condução da vida coletiva. Aqui, a própria fragilização da soberania nacional não deixa de ser sintomática da mesma negação da eticidade do Estado.²⁶⁶ Nessa esteira, pode-se dizer que a desideologização e despolitização não resultam em outra coisa senão em uma condição *pós-democrática*.²⁶⁷

Por óbvio, isso se colocaria em tensão com a própria realidade do Estado de Direito, que se define pelo exercício legítimo — e, portanto, democrático — do poder. Nas lições de Salgado:

O que caracteriza o Estado de Direito a partir da Revolução Francesa é a legitimidade. O Estado ou o poder político legitima-se ou justifica-se pela sua origem, pela técnica com que o poder se exerce e pela finalidade. A origem legítima do poder não está em um ser transcendente ao homem, mas nele mesmo, na vontade do povo, pelo seu consentimento, pela técnica com que o poder se exerce segundo procedimentos pré-estabelecidos, com o voto popular, as

²⁶⁵ HORTA, La Era de la Justicia; Derecho, Estado y límites a la emancipación humana, a partir del contexto brasileño. *Astrolabio*, *cit.*, p. 83.

²⁶⁶ Isso porque, como argumenta Salgado, o próprio exercício do poder soberano possui uma natureza ética. Para o filósofo: “A soberania é um dado ético e não poético do Estado, pois ela é institucionalização da comunidade política segundo o princípio da liberdade. É o modo pelo qual um povo se organiza em poder independente, portanto livre, isto é, eticamente existente”. (SALGADO, Joaquim Carlos. Globalização e Justiça Universal concreta. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, Faculdade de Direito da UFMG, n. 89, jan.-jun. 2004, p. 57).

²⁶⁷ Para Chantal Mouffe, a pasteurização dos embates públicos, decorrente da atuação hegemônica do neoliberalismo, produziria um momento pós-democrático. Em seu sentir: “La actual situación puede describirse como una ‘posdemocracia’. Porque durante los últimos años como consecuencia de la hegemonía neoliberal la tensión agonista entre los principios liberales y los democráticos [...] fue eliminada. Con la extinción, de los valores democráticos de igualdad y soberanía popular, han desaparecido los espacios agonistas donde podían confrontar los diferentes proyectos de sociedad, y los ciudadanos han sido despojados de la posibilidad de ejercer sus derechos democráticos. Sin duda, aún se habla de “democracia”, pero ha quedado reducida a su componente liberal y sólo expresa la presencia de elecciones libres y la defensa de los derechos humanos. Lo que ha cobrado una relevancia cada vez mayor es el liberalismo económico con su defensa del libre mercado, en tanto muchos aspectos del liberalismo político han sido relegados a un segundo plano, cuando no simplemente eliminados. Es esto lo que entiendo por posdemocracia”. (MOUFFE, Chantal. *Por un populismo de izquierda*. Trad. Soledad Laclau. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018, p. 30-31).

regras de decisão da maioria e de respeito à minoria, e pela finalidade, que volta a ser ética: a declaração e realização dos direitos fundamentais.²⁶⁸

Ao mesmo tempo, como Salgado assinalaria, a finalidade do Estado não se reduz de modo algum ao universo do poético. Antes, ele se volta para a promoção de um *maximum ético* da coletividade, qual seja: os direitos fundamentais.²⁶⁹ Ensina o filósofo do Estado que

A finalidade do poder é realizar o direito no seu todo e a partir do momento da constituição e estruturação do poder, pela declaração e realização dos direitos fundamentais. Estado de Direito não é apenas o que garante a aplicação do direito privado, como no Estado romano, mas o que declara os direitos dos indivíduos e estabelece a forma do exercício do poder pelo povo, reconhecido como seu único detentor, de tal forma que a estrutura de poder traçada pela Constituição do Estado é montada tendo em vista essa declaração e garantia, como ocorre com a divisão da competência para o exercício do poder do Estado.²⁷⁰

Pelas aporias da História, no entanto, o pensamento hegemônico neoliberal (que se insinuava inexorável) aprofundaria as contradições internas das coletividades sob seus ditames, precipitando-as em uma espiral de crises. Com efeito, à medida que se abriam fraturas do neoliberalismo, a estatalidade e a politicidade tornavam a se manifestar com inequívoco vigor. A própria crise imobiliária de 2008, por exemplo, revelou quão indispensável é o poder estatal para o próprio capitalismo — quanto mais para a vida comunitária!²⁷¹ A própria emergência dos chamados movimentos populistas, que

²⁶⁸ SALGADO, O Estado ético e o Estado poiético, *cit.*, p. 7. Também em outra passagem afirma Salgado: “O Estado de Direito é, assim, o que se funda na legitimidade do poder, ou seja, que se justifica pela sua origem, segundo o princípio ontológico da origem do poder na vontade do povo, portanto na soberania; pelo exercício, segundo os princípios lógicos de ordenação formal do direito, na forma de uma estrutura de legalidade coerente para o exercício do poder do Estado, que torna possível o princípio da segurança jurídica em sentido amplo, dentro do qual está o da legalidade e o do direito adquirido; e pela finalidade ética do poder, por ser essa finalidade a efetivação jurídica da liberdade, através da declaração, garantia e realização dos direitos fundamentais, segundo os princípios axiológicos que apontam e ordenam valores que dão conteúdo fundante a essa declaração”. SALGADO, O Estado ético e o Estado poiético, *cit.*, p. 8.

²⁶⁹ SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo*; Fundamentação e Aplicação do Direito como o Maximum Ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

²⁷⁰ SALGADO, O Estado ético o Estado poiético, *cit.*, p. 7.

²⁷¹ Em razão disso, é contundente a assertiva de Horta: “Não há saída fora do Estado; nem mesmo para os neoliberais (que a ele acorrem em busca de recursos financeiros para manterem lucrativas suas empresas).”

violentamente reagem à pasteurização dos horizontes ideológicos, mesmo com vieses autoritários, deixam explícito que, por mais que se intentasse soterrar a politicidade, ela inexoravelmente encontraria formas de se expressar, ainda que fora dos marcos do Estado Democrático.²⁷²

Importa reconhecer, nada obstante, que o agonizante desfazimento do paradigma neoliberal ainda não foi superado em definitivo— seus efeitos ainda se fazem sentir em diversos níveis da coletividade (quer nos âmbitos jurídicos, culturais, políticos, sociais ou estratégicos).

O momento poiético e o *ethos* pós-político que até então vinham conformando nossa era só darão lugar de fato a um novo ciclo histórico de desenvolvimento político quando, na superação da alienação do Estado de sua eticidade, o projeto de Estado de Direito for redirecionado ao seu propósito, ao seu *telos* fundamental. Ali, na esfera estatal, que o destino da coletividade pode ser recobrado pelos cidadãos. Emerge, portanto, a necessidade de um repensar da estatalidade europeia a partir de sua Teleologia. Nesse esteira, postula Horta:

Falar em uma Teleologia do Estado é pleitear a capacidade de racionalmente projetarmos o seu devir a ele agregando a vontade e a decisão, ambas valorativas e políticas, do que possamos alcançar em meio ao processo. O telos, ou fim, no sentido de finalidade, de razão de ser, de vocação maior, pode e deve ser estudado, uma vez que somente uma Teleologia do Estado pensada para o Estado concreto, a partir das cisões essenciais que ele próprio enfrenta, permite às comunidades políticas interferirem propositivamente em seu devir.²⁷³

(HORTA, José Luiz Borges. A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado: notas para uma filosofia do tempo presente. In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinicius (orgs.) *Filosofia alemã: de Kant a Hegel*. São Paulo: ANPOF, 2013, p. 295).

²⁷² Para Mouffe, o avassalador avanço dos chamados movimento populistas na cena pública ocidental consiste em uma reação às intermináveis insatisfações ocasionadas pelas contradições do neoliberalismo: “Podemos hablar de un ‘momento populista’ cuando, bajo la presión de transformaciones políticas o socioeconómicas, la multiplicación de demandas insatisfechas desestabiliza la hegemonía dominante. En este tipo de situaciones, las instituciones no logran garantizar la lealtad de la gente cuando intentan defender el orden urgente. Como consecuencia, el bloque histórico que constituye el basamento social de una formación hegemónica comienza a desarticularse [...]” MOUFFE, *Por un populismo de izquierda*. Trad. Soledad Laclau. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018, p. 25.

²⁷³ HORTA, *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteologia do Estado do Brasil*, cit., p. 163.

Diante desse incontornável desafio, fica evidente que as democracias carecem de uma proposta de revitalização conceitual; ou melhor dizendo, de uma proposta de *aggiornamento*. Em outras palavras, o momento poiético operou cisões de tal modo dramáticas no seio dos Estados Democráticos que se faz necessário às comunidades políticas europeias conceber novas formas históricas para o Estado de Direito, a Política e o constitucionalismo.²⁷⁴

Pode-se dizer que, conquanto complexa e multifacetada, tal tarefa deve, em seu âmago, convergir para uma paradigmática afirmação da dimensão estratégica do Estado de Direito. Isso é o que se depreende das próprias reflexões de Horta, no bojo das quais se postulou a emergência de um constitucionalismo estratégico. Em seu sentir

É necessário que, no entanto, que os constitucionalistas, teóricos e filósofos do Estado percebam a importância de fazer avançar o constitucionalismo de modo a dar-lhe dimensões estratégicas. O estabelecimento dos marcos do constitucionalismo estratégico incentivam um repensar amplo — tanto material quanto formal — do Estado constitucional, em ao menos três campos até aqui pouco explorados: político, econômico e cultural.²⁷⁵

Por sua vez, Guilherme Sandoval Goés enquadraria tal problemática de modo similar, advogando a partir de outra chave — a do *geodireito* — a constituição de *um novo paradigma estatal*.²⁷⁶ Tratando do contexto brasileiro, Góes afirma que:

²⁷⁴ Horta ressalta que o próprio constitucionalismo consiste em um fenômeno dinâmico, aberto a novas configurações e aportes conceituais. *In verbis*: “O Constitucionalismo é, desta forma, um fenômeno complexo, a um tempo alimentador das utopias constituintes, e a outro francamente inspirado pelas constituições já positivadas e em processo de concretização. O constitucionalismo é, no contexto da Modernidade, o movimento de imaginação institucional e de concretização constitucional; compromete-se com a ordem constituída, mas inspira o permanente devir do Estado de Direito”. (HORTA, José Luiz Borges. Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, Fórum, a. 6, n. 23, p. 783-806, jul./set. 2012, p. 784).

²⁷⁵ HORTA, Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico, *cit.*, p. 795.

²⁷⁶ Para Goés e Visentini, o geodireito volta-se a um repensar do fenômeno jurídico “dentro de uma simbiose multidisciplinar que faz avançar o direito e a própria geopolítica”. Em seu sentir: “Pode-se definir geodireito como o ramo do conhecimento científico que se destina a examinar as relações epistemológicas entre a geopolítica e o direito (sentido amplo), bem como as relações epistemológicas entre a interpretação constitucional e a grande estratégia nacional (sentido estrito). Nesse sentido, o geodireito é a base científica do estadista na sua tarefa de promover o desenvolvimento nacional, da mesma forma que é a base científica do juiz na sua tarefa de decidir sobre uma questão geopolítica fundamental do Estado brasileiro” GÓES,

É urgente, pois, construir um novo paradigma estatal, com latitude científica capaz de harmonizar a tensão do jogo geopolítico de poder do sistema internacional e o sentimento constitucional de justiça, viabilizando destarte o fortalecimento do núcleo estratégico de industrialização do País e, na sua esteira, garantindo o núcleo essencial de vida digna para o homem brasileiro, em geral.²⁷⁷

Em consonância com Horta, Goés postula uma Constituição Estratégica. *In verbis*:

Assim, a ideia de Constituição Estratégica projeta a imagem de “ato de constituir a ação estratégica do Estado”, o que evidentemente significa dizer que a Constituição deve ser lida com filtro estratégico, capaz de compreender a influência dos fatores reais de poder não apenas no campo interno [...] principalmente, dos fatores reais de poder hegemônico no plano da geopolítica mundial.²⁷⁸

Paralelamente, a construção europeia iniciada em 1951 seria uma reprodução desse *Zeitgeist* pós-político. As estruturas comunitárias concebidas no âmbito dos Tratados visavam despolitizar as relações dos Estados europeus e inibir sua conflituosidade. Os alicerces da Europa integrada foram lançados em linha com um esquema conceitual eminentemente poético. Afinal, a Europa dos estrategistas, dos estadistas, dos ideólogos, dos utopistas e dos nacionalistas dera lugar a trinta anos de horror e catástrofe (1919-1945). Assim, com vistas a assegurar a paz, parecia ser necessário inaugurar uma outra Europa, assentada na racionalidade econômica, na previsibilidade jurídica e na boa governança, uma Europa dos burocratas. Por conseguinte, a mentalidade tecnocrática sempre prevaleceu nos círculos de Bruxelas.

Ora, é inegável que uma tal mentalidade torna-se cada vez mais incompatível com a própria sobrevivência do projeto europeu em uma quadra marcada pelo acirramento das disputas geopolíticas globais e pela emergência de questões de grande complexidade estratégica.

Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. Escola Superior de Guerra: 70 anos pensando segurança, desenvolvimento e geopolítica. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 34, n. 70, p. 13–38, 2019, p. 28–29.

²⁷⁷ GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e Constituição à luz do Estado Democrático de Direito. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v. 9, n. 18, p. 107–131, jul./dez. 2020, p. 126.

²⁷⁸ GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e Constituição à luz do Estado Democrático de Direito, *cit.*, p. 124.

Por outro lado, não se pode negar que a formação da União Europeia se inscreve nos marcos do próprio Estado de Direito. Aliás, pode-se afirmar que o percurso do projeto europeu consiste em longo (e também conturbado) experimentalismo institucional de proporções transnacionais, a partir do qual novas estatalidades podem vir a tomar forma. Nesse diapasão, Horta afirma:

[...] é preciso reconhecer a vivência e a sobrevivência do Estado de Direito, renovado em seus marcos pela rica experiência de construção da União Européia e, mais recentemente, pela irrupção, no cenário internacional, de novos atores estatais outrora apartados, de formas diversas, do legado europeu. Na Europa, a experiência da vida em Estado transita de uma base nacional para uma perspectiva plurinacional, sem abandonar o legado do Estado; sabemos como é severa a crise econômica por que passa nosso Velho Mundo: ainda assim, o debate europeu é sempre marcado ou pela luta dos nacionalistas pela soberania de seus Estados-nação ou pelo empenho dos europeístas na construção de uma União Européia cada vez mais forte e portanto em franco trânsito de uma confederação de Estados para uma vigorosa federação européia.²⁷⁹

Especialmente ao mundo europeu, o revigoramento da arena democrática exige um afastamento de uma perspectiva universalista e racionalizante.²⁸⁰ Importa, ademais, desarticular a identificação entre globalização econômica (neoliberal) e o próprio projeto europeu. Em face das atuais circunstâncias históricas, está mais do que evidente a inviabilidade, bem como a própria impertinência, de se tentar conciliar democracia, soberania e globalização.²⁸¹

²⁷⁹ HORTA, *A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado: notas para uma filosofia do tempo presente*, cit., p. 295.

²⁸⁰ Nas visão de Mouff: “Defendo que a crença na possibilidade de um consenso racional universal pôs o pensamento democrático no caminho errado. [...] a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deve ser imaginar a criação de uma vibrante esfera pública agonística de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar. Essa é, do meu ponto de vista, a condição *sine qua non* para um efetivo exercício da democracia”. MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015, p. 3.

²⁸¹ Na advertência de Krastev: “Em vez de escolher entre uma democracia soberana, uma democracia globalizada ou um autoritarismo favorável à globalização, as elites políticas tentam redefinir a democracia e a soberania, a fim de tornar possível o impossível. O resultado é impraticável: acabamos por ter uma democracia sem escolhas, uma soberania sem sentido e uma globalização sem legitimidade” KRASTEVEV, *After Europe*, cit., p. 70. [tradução nossa]. No original: “Instead of choosing between a sovereign democracy,

A Europa integrada e o Estado de Direito, assim, compartilham (cada qual a seu modo) de uma mesma sina, de um mesmo desafio, de um mesmo destino: o de superar a *condição poiética* mediante um movimento de vívida politização — ou, dito de outra forma, operando um *giro estratégico* em suas bases conceituais.

Como já ressaltado, não há politicidade que não evoque, de algum modo, valores e representações. Uma revitalização dos projetos democráticos requer uma reavivada abordagem ideológica, axiológica e teleológica da estatalidade. É, portanto, a partir da interface entre política e cultura que se deve construir tais alternativas.²⁸²

Para tanto, importa reconhecer no plano da cultura, especificamente na cultura ocidental, uma rica matriz de ideários, ícones, símbolos e representações capazes de, uma vez mais, fazer avançar o projeto europeu e projeto do Estado de Direito para um novo momento de desenvolvimento histórico-político.

Como lecionou Fernand Braudel:

Será preciso dizer que esta parece ser uma das menores preocupações dos construtores da Europa? Suas discussões razoáveis sobre as alfândegas, os níveis de preços e a produção, como as mais generosas concessões recíprocas, falam tão-só ao espírito de cálculo. Elas parecem não se afastar jamais do nível puramente técnico, altamente técnico, de especialistas dados às notáveis especulações da economia dirigida e do planejamento. [...]

Mas é conhecer mal os homens dar-lhes como único pasto essas sábias adições que fazem tão pálida figura ao lado dos entusiasmos, de outrora ou de ontem. Uma consciência europeia coletiva pode ser construída unicamente com base em cifras? Não pode ela, ao contrário, escapar-lhes, ultrapassá-las de forma imprevisível? É inquietante constatar que a Europa, ideal cultural a promover, vem

a globalized democracy, or a globalization- friendly authoritarianism, political elites try to redefine democracy and sovereignty in order to make possible the impossible. The outcome is unworkable: you end up with democracy without choices, sovereignty without meaning, and globalization without legitimacy.”

²⁸² Como bradado por Horta: “**O verdadeiro salvador da pátria não é um herói; é uma cultura. Política**”. HORTA; FREIRE; SIQUEIRA, A Era Pós-Ideologias e suas ameaças à Política e ao Estado de Direito, *cit.*, p. 131. Sobre a pertinência das interações entre cultura e política para se fazer frentes à desideologização, ver: SIQUEIRA, Vinicius de. *Política, Cultura e Desenvolvimento Político*; A Desideologização das democracias no século XXI. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020 (Dissertação, Mestrado em Direito).

em último lugar na lista dos programas em execução. **Ninguém se preocupa nem com uma mística, nem com uma ideologia, nem com as águas falsamente acalmadas da Revolução ou do socialismo, nem com as águas vivas da fé religiosa. Ora, a Europa não existirá se não se apoiar nessas velhas forças que a construíram, que ainda a trabalham profundamente, numa palavra, se forem negligenciados todos os seus humanismos vivos.** Ela não tem escolha: ou se apoiará neles, ou, fatalmente, um dia ou outro, eles a subverterão e a arrastarão consigo. A Europa dos povos — belo programa, mas que ainda está por formular.(grifo nosso).²⁸³

²⁸³ BRAUDEL, *Gramática das civilizações, cit.*, p. 382.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agonia ou fortuna? Que tipo de sorte a transformação da ordem internacional do século XXI reserva à Europa? Por um lado, a emergência de um mundo multipolar abre caminho para que ela se afirme como um centro de poder autônomo. Por outro, ela se encontra ainda mais enredada nos laços da hegemonia norte-americana — afinal, a Europa continua sendo um continente ocupado.

Tal ambivalência é constitutiva do próprio processo de construção do projeto europeu.

É inegável, por um lado, que sua construção se deu como parte da geoestratégia norte-americana no contexto da Guerra Fria, a qual buscou converter a emergente Europa integrada em uma peça no jogo de contenção ao seu rival geopolítico de então, a União Soviética. Para Washington, era especialmente importante impedir que qualquer potência assumisse o controle da extremidade ocidental da Eurásia. Com isso, o próprio desenvolvimento da integração europeia se deu de maneira associada à edificação do sistema imperial dos EUA na esteira do pós-Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, os europeus ocidentais (especialmente os continentais) buscaram em seu projeto de integração um meio de mitigar a desmedida ingerência de Washington sobre os assuntos continentais — sem, contudo, jamais colocar em cheque os aspectos basilares da chamada parceria transatlântica. Na verdade, pode-se dizer que os integrantes das Comunidades Europeias que nasceram na década de 1950 tinham cada qual distintas aspirações e perspectivas para a unidade do Continente.

Essas contradições, por sua vez, ganhavam maior ressonância a partir das interações entre os dois principais arquitetos da integração, a República Francesa e a República Federal da Alemanha. Ainda assim, mesmo com todas as suas divergências, franceses e alemães encontraram as necessárias confluências para dar vida ao projeto europeu. Inegavelmente, as relações franco-alemãs foram — como ainda o são — a força motriz da integração europeia em cada uma das suas etapas de desenvolvimento. Não raramente, os episódios de conflitos entre os Estado Unidos e alguns desses atores europeus gradativamente corroboraram para adensar ainda a cooperação entre ambos os Estados.

Como tradução do espírito epocal do pós-Guerra, marcado pelo horror às radicalizações ideológicas e aos nacionalismos, o projeto europeu foi concebido sob um *ethos* pós-político (e pós-histórico). Dada a centralidade que o imperativo de pacificação então tomava nos corações e mentes da Europa, a integração foi assumida preementemente como um *projeto de paz*, na esteira do qual se buscou dissolver as conflituosidades e as identidades nacionais dos Estados europeus. A estrutura comunitária, assim, seria justificada em termos de uma racionalidade econômica, previsibilidade jurídica e governança tecnocrática. Com efeito, em sintonia com os próprios rumos que o Estado de Direito viria a tomar, pode-se dizer que a Europa integrada padeceria de uma perene *condição poiética*.

Embora tenha originalmente abdicado dos postulados da política (de poder), a condução da Comunidade Europeia não deixou de observar critérios concernentes à *realpolitik*, especialmente quando defrontada por crises e empasses. Com isso, paulatinamente, a expressão política do projeto europeu foi ganhando contornos tais que as estruturas comunitárias já não mais poderiam ignorá-la. O fim da Guerra Fria, assim, abriu caminho para que a Europa integrada adquirisse em sua institucionalidade contornos mais políticos; especialmente a partir da assinatura do Tratado de Maastricht, o qual marcou a passagem da Comunidade Econômica Europeia para a União Europeia. Como União, a integração passava a contemplar, por exemplo, uma cidadania europeia e uma política comum de segurança e defesa.

À medida que a crise do sistema hegemônico norte-americano foi se acentuando, e com ela, antigas e novas rivalidades geopolíticas foram se despertando, a União Europeia se viu diante da necessidade de alargar sua autonomia estratégica *vis-à-vis* Washington — sobretudo em termos de política exterior e defesa. Importa aqui reconhecer que a Europa, pela soma de recursos de seus Estados-membros, guarda a vocação para ser um considerável centro de poder de um mundo crescentemente multipolar. Aliás, seu desprendimento da esfera de influência norte-americana representaria um duro golpe para o sistema imperial de Washington.

Essa busca por autonomia estratégica, não obstante, inscreve-se em um movimento mais amplo na esteira do qual a União Europeia vai ganhando feições similares a de um

corpo político, capaz de decidir e agir conforme uma vontade coletiva. Nessa esteira, o ciclo de crises experienciadas pela Europa a partir do último decênio (2011-2020), colocou-a sistematicamente em face de suas mais agudas vulnerabilidades. Desde então, a União Europeia parece estar desenvolvendo uma revigorada consciência histórico-política que a tem feito enveredar pelos caminhos da busca por autodeterminação, por sua afirmação como um *player* autônomo no palco do mundo — capaz, portanto, de exprimir-se em termos de interesses e valores próprios.

No centro de tal processo está também uma espécie de transmutação da República Federal da Alemanha, a qual (após ver sua posição hegemônica na União progressivamente se fortalecer a partir da reunificação alemã) foi reunindo confiança suficiente para colocar-se mais abertamente como líder do espaço europeu. Isso ficou especialmente evidente ao longo da chancelaria federal de Angela Merkel, sob cujo governo a Alemanha foi assumindo novas responsabilidades para com o projeto europeu — o que foi impulsionado na esteira das resoluções das intermináveis crises que sobrevieram à União —, bem como adotando uma política externa de tons mais assertivos. No bojo das crises transatlânticas, durante a presidência de Donald Trump, foi particularmente eloquente a assertiva da chanceler, conclamando os europeus a “tomarem nosso destino em nossas mãos”.

Um ponto de virada história parecia ter sido alcançado, na União e em Berlim. Um despertar geopolítico tinha então lugar na Europa. Um despertar, em boa medida, centrado em uma nova dinâmica do poder alemão — como também da própria geopolítica mundial.

Nada obstante, ele se mostraria profundamente precário.

A Europa ainda não conseguiu perceber a armadilha para a qual está sendo tragada ao reagir à Guerra Russo-Ucraniana de maneira tão lesiva aos seus interesses. Isso porque aparentemente os europeus não conseguiram discernir com nitidez que o escopo de seus interesses se difere daquele dos norte-americanos. As lideranças europeias nada mais fazem senão reproduzir sistematicamente a narrativa estadunidense de que o mundo está se dividindo pela rivalidade entre democracias e autocracias — um enquadramento que mais parece uma nova roupagem para a velha retórica de luta do bem contra o mal.

A desorientação da União Europeia também convergiu com um preocupante apagão estratégico da República Federal da Alemanha ocasionada pela mudança de governo em Berlim. Encerrado o último mandato de Merkel, o social-democrata Olaf Scholz veio a assumir a chancelaria federal alemã. Contudo, a coalizão liderada por Scholz — composta também pelos Verdes (*Die Grünen*) e pelo Partido Democrático Liberal (FDP) — tem se mostrado de tal modo dividida que o atual governo padece de uma paralisia agonizante. Paralelamente, o governo Scholz tem ignorado o imprescindível sentido estratégico da cooperação teuto-russa para a Alemanha, algo que a tradição de política exterior inaugurada pelo seu próprio partido, no bojo da *Ostpolitik*, havia mais que evidenciado. Ora, se resta claro que o papel de liderança da União Europeia recai sobretudo aos alemães, também se tornou nítido que a Alemanha ainda é um hegêmon em profunda debilidade.

Ela ainda não conseguiu amadurecer a percepção de que nenhuma proposta de autonomia poderá efetivamente avançar sem a construção de uma estrutura defensiva alternativa à OTAN.

Com efeito, uma abordagem geopolítica do projeto europeu precisa ser conceitualmente mais ampla. Não se trata apenas de equipar-se militarmente, ou de adquirir capacidades autárquicas nos domínios estratégicos, tecnológicos, energéticos. Tudo isso, por óbvio, é incontornável para o futuro do projeto europeu. Nada obstante, há uma questão de fundo que precisa ainda ser tocada, que não pode ser negligenciada.

Em outras palavras: há uma ruptura conceitual a ser empreendida. Para que a União se converta em um corpo político efetivo, a Europa integrada precisa conceber-se como um *projeto de poder*, na esteira do qual se afirme uma identidade europeia compartilhada.²⁸⁴

²⁸⁴ Tal projeto de poder poderia ser concebido sob inspiração do próprio antigo Sacro Império. Como pontua Benoist: “[A] Europa, para fazer-se, necessita uma instância unitária de decisão política. Mas a unidade política europeia não pode construir-se segundo o modelo nacional jacobino, sob pena de ver desaparecer a riqueza e a diversidade de todos os componentes da Europa, do mesmo modo que não pode ser o mero resultado da supranacionalidade econômica cara aos tecnocratas de Bruxelas. A Europa democrática e pluralista não pode fazer-se senão segundo um modelo federal — a “Europa das cem bandeiras” —, mas um modelo federal portador de uma idéia, de um projeto, de um princípio, quer dizer, em última análise, segundo um modelo imperial. Tal modelo permitiria resolver o problema das culturas regionais, das etnias minoritárias e das autonomias locais, problema que no marco do Estado-Nação não pode achar solução verdadeira. Igualmente, permitiria repensar, à luz de certos fenômenos recentes de

Tal projeto, por sua vez, só ganhará vida se lastreado em uma realidade histórico-cultural comum, em que as nacionalidades e os Estados das Europas se reconheçam. É no plano da cultura em que reside a mais bem-acabada expressão da unidade europeia²⁸⁵. Por isso, importa que uma Europa geopoliticamente desperta seja uma Europa de orientação civilizacional; isto é, que se defina enquanto portadora do legado de uma civilização particular — a Civilização Ocidental ou Europeia Continental.

Uma renascida **consciência civilizacional** pode fazer a Europa afluir mais consistentemente para um protagonismo geopolítico. Não há tomada de consciência que se dê isoladamente, que prescindia do contato com outras fontes culturais. Convém reconhecer, desse modo, que uma vívida consciência civilizacional europeia precisa ser articulada, como que dialeticamente, pela interação (política e cultural) com os três principais atores da cena internacional contemporânea: Washington, Moscou e Pequim — os Estados-polos, respectivamente, das civilizações anglo-saxã (ou extremo ocidental), eslavo-ortodoxa e confucionista.

Dada a incontornável influência dos integrantes dessa tríade geoestratégica, não haverá autonomia europeia que não passe por um adequado — e estrategicamente desenhado — engajamento com americanos, russos e chineses. Aliás, a União Europeia pode fazer-se valer das suas relações com cada um desses atores de modo a contrabalancear excessivas ingerências de outras potências sobre si

imigração, toda a problemática das relações entre cidadania e nacionalidade. Este modelo ajudaria a conjurar os perigos, hoje novamente ameaçadores, do irredentismo etnolinguístico e do jacobinismo xenófobo. Por último, e em virtude do lugar decisivo que outorga às noções de autonomia e subsidiariedade, o modelo imperial deixaria amplo espaço para os procedimentos de democracia direta. Princípio imperial na cúspide, democracia de base no cimento: assim se renovaria uma velha tradição. [...] Quem disse federação, disse princípio federador. Quem disse Império, disse idéia imperial. Hoje não vemos assomar nem a uma nem a outra. E sem embargo, essa idéia se inscreve no segredo da história, inclusive se pelo momento não há achado ainda sua forma. É uma idéia que tem um passado e, em consequência, um futuro. (BENOIST, *Nação e império*, cit.).

²⁸⁵ Em razão disso, iniciativas como a criação de Espaço Universitário Europeu, no âmbito da Declaração de Bolonha, guardam um significado estratégico de imenso relevo para a coesão cultural da Europa.V. EUROPEAN UNION. Declaração de Bolonha, 1999. Disponível em: https://www.ehea.info/me_dia.ehea.info/file/Ministerial_conferences/05/3/1999_Bologna_Declaration_Portuguese_553053.pdf. Acesso em: 14 de agosto, 2023.

A Europa carece de uma nova narrativa sobre si mesma, que recolha as conquistas alcançadas até aqui por seu projeto de integração, mas que, ao mesmo tempo, permita-lhe articular uma nova justificação, ou mesmo definir-se a partir de um novo *télos*, de um novo propósito. Ele carece de uma narrativa de emancipação em torno da qual se possa mobilizar a vontade comunitária de modo a direcionar os europeus, uma vez mais, a lutar para que retomem o destino em suas mãos — luta em que se atravessada pela agonia de um soturno presente e pela fortuna de um possível recomeço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARYA, Amitav. *The end of American World Order*. Malden: Polity, 2014.
- ANALYSES AND RESEARCH TEAM. *Strategic autonomy, strategic choices* [issue paper]. Brussels: Council of the European Union, 2021.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 2002.
- BAAB, Patrik. European Suicide: The Economic War against Russia. *The Postil Magazine*, 2024. Disponível em: <https://www.thepostil.com/european-suicide-the-economic-war-against-russia/>. Acesso em: 14 de fevereiro, 2024.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Política Exterior da Alemanha (1949-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alemanha; visões brasileiras*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Soberania. In: HORTA, José Luiz Borges. *Direito e política: ensaios selecionados*. Florianópolis: Conpendi, 2015.
- BARACUHY, Braz. Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. BARACUHY, Braz(org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica; Mahan, Mackinder, Spykman*. Brasília: FUNAG, 2021.
- BARROS, Alberto Ribeiro de. Soberania e República em Jean Bodin. *Discurso*, USP, São Paulo, v. 39, n. 39, p. 59–84, 2009.
- BARROS, João Paulo Rodrigues. *A Era Merkel e a hegemonia europeia*; ensaio sobre a dinâmica de poder no Velho Mundo. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação, Mestrado em Direito), 2023.
- BECK, Ulrich. *Una Europa alemana*. Trad. Alicia Valero Martín. Barcelona: Paidós, 2012.
- BEHNKE, Andreas. O tema que não ousa falar o nome; geopolitik, geopolítica e a política externa alemã desde a unificação. In: GUZZINI, Stefano (org.). *O retorno da geopolítica na Europa?: mecanismos sociais e crises de identidade de política externa*. Trad. Bárbara V. de Carvalho Motta. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- BENOIST, Alain de. *Nação e Império* [manuscrito], 2012. Disponível em: https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/alaindebnoist/pdf/nao_e_imprio.pdf.
- BENOIST, Alain de. The time of the Civilisational States. *ARKTOS*, 2023. Disponível em: <https://arktos.com/2023/04/26/the-time-of-the-civilisational-states>. Acesso em: 04 de Janeiro, 2024.
- BERGMANN, Max. Europe's Geopolitical Awakening. *Foreign Affairs*, 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2020-08-20/europes-geopolitical-awakening>. Acesso em: 20 de Agosto, 2020.
- BERTAZZO, Juliana. Atuação da OTAN no pós-Guerra Fria: implicações para a segurança internacional e para a ONU. *Contexto Internacional*, v. 32, n. 1, p. 91–119, jan. 2010.
- BODIN, Jean. *Les six livres de la République*. Paris: Librairie générale française, 1993.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BORRELL, Josep. Pourquoi l'Europe doit-elle être stratégiquement autonome? *L'Institut Français de Relations Internationales*, 2021. Disponível em: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/borrell_europe_autonomie_strategique_2020.pdf. Acesso em: 13 de setembro, 2021.

BOZO, Frédéric. *French foreign policy since 1945: an introduction*. Trad. Jonathan Hensher. New York: Berghahn Books, 2016.

BOZO, Frédéric. *Two strategies for Europe: De Gaulle, the United States, and the Atlantic Alliance*. Trad. Susan Emanuel. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Game plan; a geostrategic framework for the conduct of the US-Soviet contest*. Boston: The Atlantic Monthly Press, 1986.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Strategic vision: America and the crisis of global power*. New York: Basic Books, 2012.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The geostrategic triad; living with China, Europe and China*. Washington: CSIS, 2000.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

BUSH, George. Address Before a Joint Session of the Congress on the Persian Gulf Crisis and the Federal Budget Deficit [11 de setembro de 1990]. *The American Presidency Project*. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-persian-gulf-crisis-and-the-federal-budget>. Acesso em: 06 de setembro, 2021.

BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. Trad. José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: Edipro, 2014.

CABRAL, Severino. *Brasil megastado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CÂMARA, Marcelo. *A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel*. Brasília: FUNAG, 2013.

CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2016.

CARMONA, Ronaldo. O retorno da geopolítica; a ascensão dos BRICS. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, jul./dez. 2014, p. 37-72.

COKER, Christopher. *The Rise of the Civilizational State*. London: Polity, 2019.

COSTA, Oliveira. *A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão*. Brasília: FUNAG, 2017.

COSTA, Wanderley Messias. *Geografia política e geopolítica; discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: EdUSP, 2020.

DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*. Trad. Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

DINIZ, Arthur Almeida. Após 11 de setembro: os Estados Unidos hiperpotência e as origens da crise atual. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n.43, jul. / dez., p. 54-64, 2004.

DINIZ, Arthur Almeida. Direito internacional público em crise. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte n. 46, jan/jun, p.39-53, 2005.

DINIZ, César Henrique Silva. *A influência do confucionismo no governo da República Popular da China*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Monografia, Bacharelado em Direito), 2022.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; COSTA, Elizabeth Accioly Rodrigues; SILVA, Alice Rocha da. A Solidariedade como fundamento para o enfrentamento do Covid-19 na União Europeia. *Revista Opinião Jurídica, Fortaleza*, v. 18, n, 29, p. 77-97, set./dez. 2020.

DIZ, Jamile Mata. The Mercosur and European Union relationship: an analysis on the incorporation of the Association Agreement in Mercosur. *Eur. World*. v. 6, n. 1, p. 1-19, 2022. DOI: 10.14324/111.444.ewlj. Acesso em: 31 de julho de 2023.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata. Un enfoque distinto de la integración regional: la cohesión social en la Unión Europea y América Latina. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí, v. 14, n. 1, p. 107-126, 2009.

DUGIN, Alexander. *Contra o Ocidente; Rússia contra-ataca*. Trad. Álvaro Hauschild. Porto Alegre: Editora Austral, 2013.

ESCOBAR, Pepe. *Empire of Chaos; the Roving Eye collection* (vol. 1). Ann Arbor: Nible Books LLC, 2014.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *National Security Strategy* [2018].

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *National Security Strategy* [2022].

EUROPEAN PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICE. *The Nord Stream 2 pipeline: economic, environmental and geopolitical issues* [briefing]. Brussels: European Parliament, 2021.

EUROPEAN UNION. *Declaração de Bolonha*, 1999. Disponível em: https://www.ehea.info/media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/05/3/1999_Bologna_Declaration_Portuguese_553053.pdf. Acesso em: 14 de agosto, 2023.

EUROPEAN UNION. *EU and ASEAN elevate relations to a Strategic Partnership*. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-and-asean-elevate-relations-strategic-partnership_and_en#:~:text=Today%2C%20the%20EU%20and%20ASEAN,regular%20sum. Acesso em: 2 de Outubro, 2023.

EUROPEAN UNION. *EU and Mercosur reach agreement on trade* [press release]. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_19_3396?fbclid=IwAR3Be1CVRoXUpPqpg2xVdKCsC6F2B5ZBOHEF2MfZdqX7Rfryd-etNBELTg. Acesso em: 7 de Agosto, 2020.

EUROPEAN UNION. Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank: The Global Gateway, 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021JC0030>. Acesso em: 14 de março, 2023.

EUROPEAN UNION. *Shared Vision, Common Action; a stronger Europe* (a global strategy for the European Union's Foreign and Security Policy), 2006. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eugs_review_web_0.pdf. Acesso em: 14 de Agosto, 2020.

EUROPEAN UNION. Tratado da União Europeia, 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar>. Acesso em: 15 de fevereiro, 2023.

FEDERAÇÃO RUSSA. Agreement on measures to ensure the security of The Russian Federation and member States of the North Atlantic Treaty Organization [draft] [2021]. Disponível em: <https://mid.ru/ru/folicy/rso/nato/>. Acesso em: 15 de Janeiro, 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA. *Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development*, 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 14 de Setembro, 2023.

FIORI, José Luís. A transformação mundial e a implosão europeia (III). In: FIORI, José Luís(org.). *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis:Vozes, 2020.

FIORI, José Luís. A vitória estratégica da Rússia, em 2023. *A Terra é redonda*, 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-vitoria-estrategica-da-russia-em-2023/>. Acesso em: 12 de fevereiro, 2024.

FIORI, José Luís. Estratégia e preço da moeda e da energia. In: FIORI, José Luís (org.). *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis:Vozes, 2020.

FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, José Luís(org.). *O Poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís(org.). *O Poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Thales Monteiro. *Rússia, religião e Estado*; um estudo das dimensões culturais e geopolíticas, da *Rus'* à federação. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação, Mestrado em Direito), 2021.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 1992.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e Constituição à luz do Estado Democrático de Direito. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v. 9, n. 18, p. 107-131, jul/dez 2020.

GÓES, Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. Escola Superior de Guerra: 70 anos pensando segurança, desenvolvimento e geopolítica. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 34, n. 70, p. 13–38, 2019.

GUZZINI, Stefano. Introdução, o argumento: a geopolítica para corrigir as coordenadas da identidade de política externa. In: GUZZINI, Stefano (org.). *O retorno da geopolítica na Europa?: mecanismos sociais e crises de identidade de política externa*. Trad. Bárbara V. de Carvalho Motta. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

GUZZINI, Stefano. Prefácio à edição brasileira; da geografia da política para a política da geografia. In: GUZZINI, Stefano (org.). *O retorno da geopolítica na Europa?: mecanismos sociais e crises de identidade de política externa*. Trad. Bárbara V. de Carvalho Motta. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

GUZZINI, Stefano. *The return of geopolitics in Europe?: social mechanisms and foreign policy identity crises*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HADDAD, Benjamin; POLYAKOVA, Aline. Is Going It Alone the Best Way Forward for Europe? *Foreign Affairs*, 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe>. Acesso em: 13 de Agosto, 2020.

HAN, Byung-Chul. *Sobre el poder*. Trad. Alberto Ciria. Barcelona: Harder, 2019.

HELLER, Hermann. *Teoria do Estado*. Trad. Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1999.

HENLEY, Jon. Angela Merkel: EU cannot completely rely on US and Britain anymore. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/may/28/merkel-says-eu-cannot-completely-rely-on-us-and-britain-any-more-g7-talks>. Acesso em: 18 de agosto, 2020).

HENRIQUES, Hugo Rezende. *Fenomenologia do poder: o Estado de Direito e seu compromisso com o Poder como liberdade*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2020.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos; o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. *The Age of Empires (1870-1914)*. New York: Vintage Books, 1989.

HORTA, José Luiz Borges. A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado: notas para uma filosofia do tempo presente. In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinicius (orgs.) *Filosofia alemã: de Kant a Hegel*. São Paulo: ANPOF, 2013.

HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020.

HORTA, José Luiz Borges. *Direito e política: ensaios selecionados*. Florianópolis: Conpendi, 2015.

HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

HORTA, José Luiz Borges. La Era de la Justicia; Derecho, Estado y límites a la emancipación humana, a partir del contexto brasileño. Astrolabio, Revista internacional de filosofía, Barcelona, Universitat de Barcelona, n. 11, p. 75–85, 2010.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, Fórum, a. 6, n. 23, p. 783-806, jul./set. 2012.

HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A Era Pós-Ideologias e suas ameaças à Política e ao Estado de Direito. *Confluências*, Niterói, UFF, v. 14, n. 2, p. 120-33, dez. 2012.

HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as Veredas da Cultura e da Civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, IBF, v. 233, 2009, p. 268/p. 275.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JAGUARIBE, Helio. Fundamentalismo, unilateralismo e as alternativas históricas do mundo. In: JAGUARIBE, Helio. *Brasil, mundo e o homem na atualidade: estudos diversos*. Brasília: FUNAG, 2008.

JAGUARIBE, Helio. General Introduction. In: JAGUARIBE, Hélio; VASCONCELOS, Álvaro de. (org.). *The European Union, Mercosur and the new world order*. Portland: Frank Cass, 2003.

JAGUARIBE, Hélio. Mercosul: problemática factual e institucional. In: HOFMEISTER, Wilhelm; TREIN, Franklin, (Org.). *Anuário Brasil-Europa: instituições e integração*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2018

KENNAN, George. The Sources of Soviet Conduct. In: KENNAN, George. *American diplomacy*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Trad. Saul Gefter e Ann Mary Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012.

KRASTEV, Ivan. *After Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

KRASTEV, Ivan; HOLMES, Stephen. A hora dos descontentes. Piauí, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hora-dos-descontentes/>. Acesso em: 02 de Agosto, 2023

KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. *Foreign Affairs*. New York, v. 70, n. 1, 1990/1991, pp. 23-33

LEFEBVRE, Maxime. Europe as a power, European sovereignty, strategic autonomy: a debate that is moving towards an assertive Europe. *Fondation Robert Schuman*, 2021. Disponível em: <https://www.robert-schuman.eu/en/european-issues/0582-europe-as-a-power-european-sovereignty>. Acesso em: 20 de agosto, 2021

LENZ, Sylvia. Jean Bodin e função humanista do Estado moderno. *Dimensões*, UFES, Vitória, v.15, p.335-354, 2003.

LEONTISINIS, Alexandra Viégas. *Financeirização e crise na Europa*; a experiência grega. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Monografia, Bacharelado em Economia), 2017.

LE PEN, Marine. Il n'y a pas et il n'y aura jamais de souveraineté européenne parce qu'il n'y a pas de peuple européen. *Le Figaro TV*, 2022. Disponível em: <https://video.lefigaro.fr/figaro/video/marine-le-pen-il-ny-a-pas-et-il-ny-aura-jamais-de-souverainete-europeenne-parce-quil-ny-a-pas-de-peuple-europeen/>. Acesso em: 24 Fevereiro, 2024.

LIPPERT, Barbara; ONDARZA, Nicolai von; VOLKER, Perthes (org.). *European Strategic Autonomy*; actors, issues and conflicts of interest. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik; German Institute for International and Security Affairs, 2019.

LUKIN, Alexander. *China and Russia*; the new rapprochement. Medford: Polity, 2018.

MACKINDER, Halford. O pivô geográfico da história. Trad. Braz Bracuchy. In:BARACUHY, Braz(org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica*; Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021.

MARZALIK, Peter; TOLER, Aric. Lethal Weapons to Ukraine; a Primer. *Atlantic Council*, 2018. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/lethal-weapons-to-ukraine-a-primer/>. Acesso em: 05 de Fevereiro, 2024.

MAYOS SOLSONA, Gonçal. Limites da hiperespecialização: necessidade da macrofilosofia. *Revista de Ciências do Estado*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–21, 2021, p. 21. Available at: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e35658>. Acesso em: 20 de setembro, 2021.

MCKENZIE, Sheena; ISAAC, Lindsay. Macron says Europe is facing the 'brain death of NATO'. *CNN*, 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/11/07/europe>. Acesso em: 04 de janeiro, 2024.

MEARSHEIMER, John. *The tragedy of Great Power politics*. New York: W. W. Nanon & Company, 2001.

MIDDELAAR, Luuk van. *A nova política da Europa*. Trad. Francis Petra Janssen. São Paulo: É realizações, 2020.

MIDDELAAR, Luuk van. EU China agreement; a sign of European geopolitical awakening. *Clingendael*, 2021. Disponível em: www.clingendael.org/sites/default/files/202103/Alert_EU_China_agreement_geopolitical_awakening. Acesso em: 30 de Agosto, 2021.

MIDDELAAR, Luuk van. *Europa em transição*; como um continente se transformou em União. Trad. Ramon Alex Gerrits. São Paulo: Realizações, 2017.

MIDDELAAR, Luuk van. Europe's Geopolitical Awakening. *Groupe d'études géopolitique*, 2021. Disponível em: <https://geopolitique.eu/en/2021/04/15/europes-geopolitical-awakening/>. Acesso em: 31 de agosto, 2021.

MIGUEL, Bernardo de. Europa desperta de su letargo geoestratégico. *El País*, 2020. Disponível em: <https://elpais.com/ideas/2020-08-22/europa-despierta-de-su-letargo-geoestrategico.html>. Acesso em: 25 de agosto, 2020.

MIGUEL, Bernardo de; PPELICER, Luís. União Europeia define um salto histórico em seu modelo orçamentário para frear a crise da covid-19. *El País Brasil*, 2020. Disponível: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-07-21/ue-define-um-salto-historico-em-seu-modelo-orcamentario-para-frear-a-crise-da-covid-19.html>. Acesso em: 14 de novembro, 2023.

MIRANDA, Rodrigo Marzano Antunes. *A paz em Kant*; uma abordagem macrofilosófica do projeto de paz. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019 (Dissertação, Mestrado em Direito).

MOLOTOV, Vyacheslav. Molotov's Proposal that the USSR Join NATO. *The Postil Magazine*, 2024. Disponível em: <https://www.thepostil.com/molotovs-proposal-that-the-ussr-join-nato/>. Acesso em: 14 de fevereiro, 2024.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A desordem mundial*: o espectro da total dominação mundial (guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Segunda Guerra Fria*: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Geopolítica e política exterior*: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: FUNAG, 2009.

MORAVCSIK, Andrew. Europe is still a superpower. *Foreign Policy*, 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/04/13/europe-is-still-a-superpower/>. Acesso em: 17 de Setembro, 2021.

MOTA, Rui Martins da. AZEVEDO, Carlos E. Francesco. A Guerra Omnidimensional: novas concepções do pensamento estratégico militar. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 27, n. 55, p. 55-68, jul./dez. 2012.

MOUFFE, Chantal. *Por un populismo de izquierda*. Trad. Soledad Laclau. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NYE, Joseph S. *The future of power*. New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A questão alemã desgasta a Pax Americana. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alemanha; visões brasileiras*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rosso de. FRANCO. Sâmia Brito de. O declínio hegemônico norte-americano e a ascensão de um sistema multipolar: sinais que vêm do Oriente. *Coleç. Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 7-16, jan./abr, 2016.

OTAN. *Tratado do Atlântico Norte*, 1949.

POCOCK, John. *The Machiavellian Moment: Florentine political thought and the antlantic republican tradition*. Princenton: Princenton University Press, 1975.

PUTIN, Vladimir. Speech in the Bundestag of the Federal Republic of Germany [25.09. 2001]. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21340>. Acesso em: 20 de janeiro, 2024.

RATZINGER, Joseph. *A Europa de Bento na crise de culturas*. Trad. António Rocha. Lisboa: Atlétheia, 2005.

REALE, Miguel. *Teoria do direito e do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2000.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. *Lei Fundamental da República Federal da Alemanha* [1949]. Trad. Assis Mendonça.

RODRIGUES, Nuno Cunha.; RODRIGUES, Lucas Antônio Nogueira. BARRETO, Pedro Luiz. Rodrigues. FONSECA, Theo Augusto. Apolinário Moreira.; REIS, Maria Regina Duarte. Da União Europeia para o mundo. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 1–12, 2023. DOI: 10. 35699/2525-8036. 2023. 49365. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e49365>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ROMANO, Roberto. Soberania, segredo, Estado democrático. In: *Política Externa*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 15-28, 2004.

ROSEIRA, Antonio Marcos. O mundo tripolar: geopolítica russa no século XXI e a nova ordem internacional. In *GEOgraphia*, UFF, Niterói, v. 25, n. 54, 2023.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAINT-PIERRE, Abbé de. *Projetos para tornar perpétua a paz na Europa*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB/IPRI, 2003.

SALDANHA, Nelson. A politicidade do Direito e o problema do Direito Natural. *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, v. 23, p. 321-325, 1992

SALDANHA, Nelson. *Teológico, metafísico e positivo: filosofia e epistemologia no ocidente moderno*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo*; Fundamentação e Aplicação do Direito como o Maximum Ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SALGADO, Joaquim Carlos. Globalização e Justiça Universal concreta. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, Faculdade de Direito da UFMG, n. 89, jan.-jun. 2004.

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado ético e o Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, pp. 37-68, abr./jun. 1998.

SALGADO, Karine. *A paz perpétua de Kant: atualidade e efetivação*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008

SARDICA, José Emanuel. Messianismo Revolucionário e Europeísmo Francocêntrico: dos Estados Gerais a Santa Helena. In: MORUJÃO, Carlos; OLIVEIRA, Cláudio. *A ideia de Europa de Kant a Hegel*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010, p. 72; p. 71.

SCHUMAN, Robert. *Declaração Schuman* [09.05. 1950]. Disponível em https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_pt. Acesso em: 24 de Janeiro, 2024.

SEGRILLO, Angelo. Rússia: Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e suas consequências hoje na política da Rússia entre ocidente e oriente. Curitiba: Prismas, 2016.

SIMMS, Brendan. *Europa; a luta por supremacia*. Trad. Miguel Freitas de Costa. Lisboa: Edições 70, 2015.

SILVA, Carla Ribeiro Volpini; ALBANEZ, Heloisa Gonçalves. A crise humanitária na Europa: dos direitos fundamentais à coisificação da pessoa humana. *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, v. 10, n. 22, p. 54–66, set./dez., 2018.

SHAPIRO, Jeremy; WITNEY, Nick. *Towards a post-American Europe*; a power audit of EU-US relations. London: European Council on Foreign Relations, 2009. Disponível em: https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR19_TOWARDS_A_POST_AMERICAN_EUROPE__A_POWER_AUDIT_OF_EU-US_RELATIONS.pdf. Acesso em: 19 de janeiro, 2024.

SIQUEIRA, Vinicius de. *Política, Cultura e Desenvolvimento Político*; A Desideologização das democracias no século XXI. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020 (Dissertação, Mestrado em Direito).

SPYKMAN, Nicholas. A posição do Hemisfério Ocidental. Trad. Braz Baracuchy. In: BARACUCHY, Braz (org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica*; Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021.

SPYKMAN, Nicholas. Os Estados Unidos no mundo. Trad. Braz Baracuchy. In: BARACUCHY, Braz (org.). *Os fundamentos da geopolítica clássica*; Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília: FUNAG, 2021.

STUENKEL, Oliver. *Post-western world*; how emerging powers are remaking global order. Malden: Polity, 2016.

SULLIVAN, Arthur. Russian gas in Germany: A 50 years-relationship. DW, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/en/russian-gas-in-germany-a-complicated-50-year-relationship/a-61057166>. Acesso em: 23 de fevereiro, 2024.

TIMOFEITCHEV, Aleksêi. Stálin considerou se juntar à OTAN após 2ª Guerra Mundial. *Russia Beyond*, 2023. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/79808-stalin-juntar-se-otan>. Acesso em: 14 de Fevereiro, 2024.

TOCCI, Nathalie. *European Strategic Autonomy*: What It Is, Why We Need It, How to Achieve It. Roma: Istituto Affari Internazionali, 2021.

TODD, Emmanuel. *Après l'empire*, essai sur la décomposition du système américain. Paris: Gallimard. 2002.

TODD, Emmanuel. A Terceira Guerra Mundial Começou. *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625841-a-terceira-guerra-mundial-comecou-entrevista-com-emmanuel-todd>. Acesso em: 12 de janeiro, 2024.

TODD, Emmanuel. *L'invention de l'Europe*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

TRENIN, Dimitri. *From Greater Europe to Greater Eurasia?* The Sino-Russian entente. Moscou: Carnegie Moscow Center, 2015.

TRUMAN, Henry. President Harry S. Truman's message to Congress recommending assistance to Greece and Turkey. [12.03. 1947] *National Archives*. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine#transcript>. Acesso em: 23 de Janeiro, 2024.

TSYGANKOV, Andrei P. *Russia's Foreign Policy*: Change and Continuity in National Identity. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

VISENTINI, Paulo. A guerra contra o Iraque, o “império” norte-americano e a crise sistêmica. *Revista de Estudos de Planejamento. Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 7-20, jun. 2003, p.16-17.

VISENTINI, Paulo. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-“fim da história”. *Tempo*, Niterói, v.8, n.16, mar., p.1-23, 2004.

VISENTINI, Paulo. Eixos do poder mundial no século XXI; uma proposta analítica. *Austral*; Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, v. 8, n. 15, Jan./Jun. 2019, pp. 9-25.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolítica y geocultura*; ensayos sobre el moderno sistema mundial. Trad. Eugenia Nacarino. Barcelona: Kairós, 2007.

WALTZ, Kenneth . Structural Realism After the Cold War. *International Security*. Cambridge, v. 25, n. 1, p. 5-41,2000.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEIWEI, Zhang. *The China wave*; rise of a civilizational State. Hackensack: World Century, 2012.R